

FRANCISCO FARIAS

DO CORONELISMO AO CLIENTELISMO:

PRÁTICAS ELEITORAIS NO PIAUÍ, BRASIL



**DO CORONELISMO AO
CLIENTELISMO:
Práticas Eleitorais no Piauí,
Brasil**

Francisco Farias

DO CORONELISMO AO CLIENTELISMO: Práticas Eleitorais no Piauí, Brasil

Teresina - Piauí



2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
REITOR

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

SUPERINTENDENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Prof.^a Dr.^a Jacqueline Lima Dourado

EDITOR

Prof. Dr. Ricardo Alággio Ribeiro

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Ricardo Alággio Ribeiro (Presidente)

Prof. Dr. Acácio Salvador Veras e Silva

Prof. Dr. Antônio Fonseca dos Santos Neto

Prof.^a Dr.^a Cláudia Simone de Oliveira Andrade

Prof. Dr. Solimar Oliveira Lima

Prof.^a Dr.^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Prof. Dr. Viriato Campelo

CAPA

Vitória Alencar Farias

REVISÃO

Maria da Conceição de Souza Santos



DIAGRAMAÇÃO
Delson Ferreira Bonfim



Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal do Piauí - UFPI

F224c Farias, Francisco.

Do Coronelismo ao Clientismo: práticas eleitorais no Piauí, Brasil /
Francisco Farias. - Teresina : EDUFPI, 2020.
212p.

ISBN: 978-65-5904-038-4

1. Ciência política - Piauí. 2. Clientelismo. 3. Coronelismo. 4. Práticas
eleitorais - Piauí. 5. Política brasileira. I. Título.

CDD 320.981 22

Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI

Campus Ministro Petrônio Portela, Espaço Rosa dos Ventos, bairro Ininga, Teresina-
Piauí - Brasil - CEP 64049-550 • Tel. 55 (86) 3215 5688 • Site: [www.ufpi.br/sobre-
edufpi](http://www.ufpi.br/sobre-edufpi) - E-mail: editora@ufpi.edu.br - **Todos os direitos reservados**

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	13
I. CORONELISMO E CLIENTELISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA	19
1. O Coronelismo	19
A Transição Capitalista	19
O Chefe Político	23
Visões da Dependência Pessoal	25
2. O Clientelismo	28
Apoio Político-Eleitoral	28
Relações Intergovernamentais	30
Análises do Voto de Barganha	35
II. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NO PIAUÍ	39
1. A Estrutura Agrária	39
2. Mudanças na Estrutura Agrária	46
A Modernização Pecuária	46
A Migração Rural	61
Os Projetos Especiais Governamentais	63
A Modernização da Pequena Propriedade	66
O Latifúndio e a Pequena Propriedade	72
A Dinâmica da Economia Agrária	74

III. O CORONELISMO EM CRISE	77
1. A Reprodução do Coronelismo	77
O Voto de Cabresto	77
O Curral Eleitoral	80
A Competição Restrita	81
A Ausência dos Partidos das Classes Trabalhadoras	83
O Papel das Eleições	86
2. A Força dos Coronéis no Município	88
3. A Crise do Coronelismo	93
Da Sujeição à Liberdade	95
A Dissociação no Comportamento Eleitoral	99
O Quadro Partidário	103
A Votação na Zona Rural	105
O Público e o Privado	107
 IV. O CLIENTELISMO ESTATAL	 117
1. A Ascensão do Clientelismo Estatal	118
O Associativismo Rural	118
O Quadro das Políticas Sociais	124
A Modernização Administrativa	131
O Crescimento dos Partidos de Esquerda	138
2. As Razões da Prevalência Clientelista	140
 CONCLUSÃO	 155
BIBLIOGRAFIA	161
ANEXOS	177

PREFÁCIO

A publicação da pesquisa de Francisco Farias sobre a política do nordeste piauiense adiciona dados valiosos sobre as mudanças da política regional, constituídas ao longo do processo inicial da democratização brasileira.

O livro ***Do coronelismo ao clientelismo: práticas eleitorais no Piauí, Brasil*** indica como o clientelismo passa a ocupar o terreno da dinâmica coronelista dominante no estado e estabelece práticas eleitorais transformadas. Com base em entrevistas qualitativas realizadas nos municípios selecionados de Barras e Esperantina, junto a políticos, quadros partidários, membros da justiça eleitoral e da administração governamental, e trabalhadores rurais e urbanos, o autor procura mostrar como se constitui a dinâmica do voto livre, tal como o autor denomina a superação das práticas políticas do coronelismo.

Uma análise do período inicial da transição mostra que política democrática trouxe um novo arranjo de forças estabelecido com os novos partidos e as eleições diretas locais e estaduais de 1982, fundamentais para redefinir, ainda durante a ditadura militar, uma nova relação entre os estados da federação e o poder central. Foi nesse contexto que os partidos de oposição ao regime obtiveram importantes vitórias em governos estaduais, valiosas para a sequência do processo de democratização, com a entrada de novos atores na política nacional.

Esse contexto da transição e novos arranjos institucionais, no qual o autor localiza as transformações observadas, teve uma tradução limitada no estado do Piauí. Sendo o estado um terreno marcado pelo domínio de uma organização política tradicional, de caráter oligárquico, historicamente definido pelo domínio de famílias, notadamente no seu interior, poucos novos atores protagonizaram as mudanças do período, mas novas condições de relacionamento foram definidas entre o eleitorado e os políticos, dando novas condições de funcionamento ao sistema representativo. É nesse âmbito que Francisco Farias encontra as novas práticas, e redimensiona a compreensão da inserção política no domínio do clientelismo estatal.

Ao final de quase quatro décadas de construção democrática, a literatura sobre a transição brasileira, bem como sobre o sistema partidário nacional e suas implicações subnacionais, tornou-se volumosa e diversificada. Esse livro dialoga com a literatura do momento de sua elaboração, as etapas ainda iniciais da década de 1990, sob um enfoque teórico específico. É uma referência fundamental para compreender o papel dos setores populares na construção da participação no ambiente democrático, da sua relação com a política e os políticos, e a definição da dinâmica clientelista em um estado do Nordeste rural.

Rachel Meneguello

*Professora Titular de Ciência Política da
Universidade Estadual de Campinas*

APRESENTAÇÃO

Os últimos anos presenciaram um grande aumento da produção historiográfica piauiense, fenômeno que, em parte, se deve ao avanço da pesquisa no âmbito da Universidade Federal do Piauí, bem como a toda série de iniciativas de cooperação institucional na área acadêmica. Seguiu-se notadamente uma parceria entre UFPI e Universidade Estadual de Campinas -UNICAMP, com a realização de um Mestrado Acadêmico no qual se inseriu o autor desta importante obra.

De fato, esta obra, **Do coronelismo ao clientelismo: práticas eleitorais no Piauí, Brasil**, de autoria de Francisco Pereira de Farias, vem preencher uma significativa lacuna em relação aos estudos sobre as práticas políticas e a natureza da estrutura de poder no Piauí. Neste sentido, é importante registrar que o livro apresenta especificamente as práticas eleitorais em municípios piauienses em um dilatado registro de tempo.

Este tempo que se alonga se deve ao interesse do autor em mostrar a passagem do predomínio da política coronelista (o voto de cabresto) para a dominância da prática clientelista (o voto de barganha). Essa mudança político-eleitoral vem concebida por Francisco Farias enquanto uma dimensão da transição política. Diversamente de correntes na sociologia política que definem o clientelismo eleitoral como prática pré-capitalista ("pré-moderna") o autor, tendo como

referencia importantes obras da ciência política brasileira, defende que ele deveria ser incluído no conjunto das práticas típicas de uma sociedade capitalista.

A obra examina o fenômeno do coronelismo - realidade nacional e não propriamente nordestina, como alguns pensam - como expressão do poder local ou municipal e base de uma estrutura que se verticaliza rumo ao poder estadual, sustentando-o e sendo sustentada por ele. De fato, a dominação pessoal exercida pelo coronel, dentro de um dado território, a qual era transformada em poder político através de normas, valores, e práticas que regulavam o exercício do poder municipal ou local em todo Brasil, constituiu a base da estrutura de poder sobre a qual foi apoiar-se o poder estadual e federal, formando um sistema de poder bastante peculiar, cuja especificidade se deve ao singular desenvolvimento histórico das instituições sociais e políticas brasileiras.

O coronelismo se explica não só pela domínio da propriedade mas também por outro fenômeno da vida social brasileira que foi a formação dos grupos de parentes como forma de organização política. O poder privado era exercido pelo patriarca de uma família extensa ligada por fortes laços de sangue, formando o que Pereira de Queiroz chamou de "grupos de parentela" e outros denominaram simplesmente "clã". Basicamente, um núcleo extenso de indivíduos unidos pelo parentesco, formado por um conjunto de famílias nucleares, geralmente independentes de um ponto de vista econômico, vivendo cada qual na sua morada. Estes grupos eram estratificados em função da posse de bens econômicos e somados a um número de agregados e dependentes de todo tipo sobre o seu controle, que formavam a "massa de manobra" da política eleitoral coronelística.

Farias traz para fundamentar a análise Vitor Nunes Leal, para quem o coronelismo não é mera sobrevivência do poder privado colonial ou imperial, mas sim um compromisso, "uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras". De qualquer forma, A força política do coronel representa a sua privilegiada posição econômica e social que lhe dá a oportunidade de negociar os "votos de cabresto".

Para Nunes Leal, há um duplo aspecto a ser reconhecido: em primeiro lugar o poder se fortalece por meio de uma rede de leal-

dades que se tecem no interior das relações sociais entre o coronel e os seus dependentes, cujo núcleo principal são os favores prestados pelo próprio. Por outro lado, o poder era respaldado e protegido pelo potencial de violência possuído pelo controle de capangas, agregados ou jagunços prontos a obedecer as ordens. Paternalismo e mandonismo são as duas faces da estrutura de poder coronelística, a qual se desenvolveu num ambiente de ausência de poder público.

Farias dedica boa parte do estudo às mudanças das condições estruturais da sociedade piauiense que trouxeram novas práticas políticas: as novas formas econômicas agrícolas, a urbanização e suas consequências. O progresso econômico, a difusão do trabalho assalariado, a expansão do Estado, rompeu a antiga relação vertical existente no campo mas, como alguns estudos mostram, os coronéis e suas famílias ressuriram como uma nova elite partidária modificada e juntamente com novas lideranças passaram a utilizar de novas técnicas de controle do poder estadual e municipal: o clientelismo, que só se torna possível com a expansão da burocracia e da administração pública.

Assim, o livro constrói um painel das origens da nossa elite política piauiense e das práticas que a sustentaram no poder, que parecem hoje estarem mais fortes do que nunca. Não se pode duvidar que isto aponta para a existência de uma forte demanda por este tema dentro do campo mais geral dos estudos sobre ciência política no Piauí e no Brasil.

A EDUFPI assim, apóia este novo livro com grandes expectativas. Nossa percepção é a de que se trata de um livro que deve apoiar todos os estudos futuros sobre o tema. Ao mesmo tempo, ao publicá-lo, temos a certeza que a Universidade Federal do Piauí mais uma vez está apostando na divulgação de um saber rigoroso, inventivo, de espírito crítico e aberto, principal razão de ser desta editora.

Ricardo Alaggio Ribeiro
Professor titular da Universidade Federal do Piauí
Diretor EDUFPI

INTRODUÇÃO

Este livro é uma versão modificada de minha dissertação de mestrado - *Do coronelismo ao clientelismo: a transição política capitalista no Piauí (1982-1996)* -, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em 1999. Foram feitas alterações basicamente na parte introdutória.

A "Introdução", composta de objeto, teoria, hipóteses e metodologia, foi desmembrada, sendo aqui exposta uma parte nesta **Apresentação e outra no Capítulo 1: Coronelismo e clientelismo em perspectiva histórica**, que vem, em alguma medida, reescrito. A reexposição dos significados de coronelismo e clientelismo deveu-se à necessidade de alguns ajustes, de modo a se retirar tais termos do contexto de um discurso predominantemente filosófico ou *axiomático*, conferindo-lhes um teor mais de ciência social - crítica, histórica e dialética. Em relação à dinâmica da pesquisa, mantivemos o que se segue.

O tema deste trabalho é o teor das práticas eleitorais numa região do Brasil contemporâneo. Estamos interessados em mostrar a passagem do predomínio da política *coronelist*a (o voto de cabresto) para a dominância da prática *clientelist*a (o voto de barganha). Essa mudança político-eleitoral vem concebida enquanto uma dimensão da *transição política*. Diversamente de correntes na sociologia política que definem o clientelismo eleitoral como prática pré-capitalista

("pré-moderna"), pensamos que ele deveria ser incluído no conjunto das práticas típicas de uma sociedade capitalista.

Na perspectiva hegemônica sobre o Nordeste rural brasileiro, as práticas analisadas seriam diagnosticadas como uma *evolução interna* do "coronelismo". Não haveria diferença *qualitativa* entre o domínio do coronel (o curral eleitoral) e o do cabo eleitoral (o mercado eleitoral), daí, o político de clientela ser também denominado de "neocoronel".¹ Nessa direção, os autores tendem a omitir a questão da estrutura agrária como o elemento determinante da mudança política, sugerindo, como Jean Blondel (1957), que a crescente urbanização e a competição dos profissionais urbanos - o médico, o advogado, o tabelião -, formando através de suas atividades as clientelas eleitorais, determinam a perda de peso do poder do coronel no sistema nacional, ou, como Albuquerque; Vilaça (1978), que o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, o exercício contínuo do voto e o acesso às informações através da ampliação dos sistemas de comunicação - o rádio, a televisão, as estradas etc.- levam a modificações internas ao sistema coronelício.

A nossa delimitação quanto ao âmbito da pesquisa leva em conta dois aspectos. Em primeiro lugar, a prática política tem uma repercussão parcial (planos local ou regional) ou global (plano nacional) frente ao sistema político, o aparelho de Estado e o bloco no poder. Assim, é possível um padrão de política perder a preponderância no plano nacional e continuar imperando no âmbito regional. Pode-se evocar a regra de quanto mais desenvolvida for uma região, mais a sua política tende a repercutir no padrão dominante nacional e vice-versa.

Em segundo lugar, não investigamos a dinâmica do complexo de forças sociais, da qual resulta o colapso do coronelismo. A nossa tarefa consiste em caracterizar os momentos anterior e posterior à mudança política, sem reconstruir o próprio processo de mudança, o que não significa não se reconhecer a importância da dinâmica do processo político. Razões práticas conduz-nos a omiti-la, já que sua

¹ Dentre esses trabalhos, destacam-se os de Jean Blondel. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: FGV, 1957; e Marcel Bursztyn. **O poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1984.

análise exige uma vasta incursão histórica, para além do espaço disponível à pesquisa de campo que baliza o estudo.

Para essa caracterização das práticas político-eleitorais, lançamos mão da técnica da entrevista, na qual estão imbricadas duas dimensões: as informações sobre os processos eleitorais e as representações fetichizadas desses processos. Procura-se evitar dois extremos. Um deles consiste na representação centrada na visão do pesquisador, que permanece sem estabelecer uma adequada comunicação com o mundo social observado; contra esta espécie de etnocentrismo, o analista deve fazer um esforço em penetrar no modelo de representação do entrevistado. O outro extremo, também insatisfatório, reside em ficar exclusivamente submetido à fala dos investigados, sem a análise ou a interpretação segundo um esquema teórico proposto.²

Consideramos haver certa consistência nos dados coletados, porque procura-se compor uma amostra qualitativa a mais diferenciada e estabelecer um número de entrevistas por categoria que captasse o registro de determinada tendência pelo complemento às informações (conferir Quadro 1). É verdade que existe alguma margem de condução da pesquisa de opinião por parte do pesquisador, tais como as influências na formulação das perguntas e nos aspectos psicológicos e de reciprocidade cultural.³ No entanto, é possível se tentar controlar e reduzir essas influências.⁴ Neste caso, a audição de

² Seguimos as advertências encontradas em Michel Thiollent. A captação de informação nos dispositivos de pesquisa social: problemas de distorção e relevância. **Cader- nos do CERU**, v. 16, p. 81-105, 1981.

³ M. Thiollent (1981), destaca, como um fato normal da pesquisa de opinião, a questão da distorção (influência), que não deve ser confundida com o erro, uma vez que ela não pode ser abolida. A comunicação distorcida na situação de pesquisa pode ser vista sob a forma de verdadeiros paradoxos: a) o pesquisador adota o princípio de não influenciar os entrevistados. Entretanto, no plano da metacomunicação, tudo é influência: sua simples presença, certos sinais associados à formulação da pergunta, a categoria sociocultural diretamente perceptível etc.; b) o entrevistado recebe da parte do entrevistador uma série de ordens no sentido de dizer-lhes "responda a essas perguntas sem estar influenciado por elas", num contexto em que o interrogatório é feito por questões cujos conteúdos e formulações são visivelmente influenciadores

⁴ Os americanos desenvolveram métodos para calcular a margem de distorção das entrevistas (cf. M. Jahoda et al. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

algumas entrevistas⁵, a leitura sobre a técnica em textos de metodologia⁶ e a preparação do roteiro temático constituem uma base de controle ao uso dessa técnica. De qualquer modo, as alternativas à entrevista seriam a pesquisa participante, nem sempre viável nos limites de recursos disponíveis, ou a pesquisa bibliográfica, não a única desejável, por minimizar a originalidade da pesquisa empírica.

Quadro 1 - Entrevistas individuais por categoria

CATEGORIAS		BARRAS	ESPERANTINA	TOTAL
Trabalhador urbano	Assalariado Manual	01	02	03
	Assalariado Intelectual	02	01	03
	Autônomo	02	02	04
Trabalhador rural	Morador	02	02	04
	Assalariado temporário	02	01	03
	Pequeno proprietário	01	02	03
Cabo eleitoral	-	05	04	09
Militante	-	02	05	07
Candidato eleito	Vereador	04	05	09
	Prefeito (ou ex-prefeito)	02	01	03
	Deputado estadual	01	01	02
Quadro governamental	Justiça eleitoral	02	01	03
	Administração	01	02	03
TOTAL		27	29	56

A área da amostra envolve dois municípios pertencentes ao estado do Piauí, no Nordeste brasileiro. O município de Barras, segundo o Censo de 1991, possui uma população de 50.151 habitantes, dos quais, 71% residentes na zona rural, e apresenta uma estrutura fundiária concentrada, voltada aos produtos de agricultura de alimentos. Ao passo que o município de Esperantina conta um total de 35.806 habitantes, sendo 48% de população urbana, e detém uma estrutura fundiária menos concentrada, com predominância da pecuária de pequeno e médio porte. Os jornais estaduais destacam os seus Prefeitos eleitos em 1992 como *novos políticos*, que teriam ascendido em oposição aos esquemas *tradicionais*.

⁵ As entrevistas, as quais tratam sobre o voto numa área rural, foram realizadas por Cícero Soares Neto, a quem agradecemos a gentileza da permissão por as ouvir.

⁶ Cf. Jahoda *et al.*, 1965; W. J. Goode; P. K. Hatt. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

A nossa exposição está dividida em quatro capítulos: o primeiro, compõe-se da construção dos significados de coronelismo e clientelismo; o segundo capítulo compreende o estudo do contexto socioeconômico, com influência nas tendências das práticas políticas; já os capítulos terceiro e quarto centram-se na análise dos dados das entrevistas, visando a caracterização das práticas eleitorais.

Sem as colaborações de pessoas e instituições, esta pesquisa não teria se concretizado. Gostaria de agradecer, inicialmente, a Décio Azevedo Marques de Saes, pela paciente e rigorosa orientação do trabalho, e a Reginaldo Carvalho de Moraes (em memória) e Rubens Murilo Leão Rego, membros da banca de qualificação. Os colegas do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), representados por Ricardo Alaggio, Roberto John e William Bandeira (em memória), contribuíram com sugestões e discussões.

Não poderia deixar de mencionar os agradecimentos aos vários informantes e apoiadores da pesquisa de campo, representados por Arimateia Dantas, Edmilson Araújo, Pe. Ladislau Silva. Os apoios de amizades no IFCH-Unicamp, nomeadas por Paulão, Cristina, Mei, Roberto, Rafael; nos Movimentos Sociais e Pastorais em Campinas, simbolizadas por Elaine, Pe. Ferraro, Izalene, Durval, Renato, e, em Teresina, lembradas por Pe. Roberto, Antônio José, Conceição, Williams, Marcoelis, foram de inestimável valia. Os agradecimentos também ao Departamento de Ciências Sociais da UFPI, que me licenciou das atividades de docência no período de pesquisa, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por me ter concedido uma bolsa de pesquisa, através da cota do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp.

I. CORONELISMO E CLIENTELISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

1. O Coronelismo

A Transição Capitalista

Torna-se esclarecedora a análise, esboçada por Étienne Balibar⁷, da transição histórica de um tipo de sociedade a outro. Balibar concebe uma defasagem na sociedade de transição entre a esfera política, que avança historicamente, e a esfera econômica, que permanece atrasada durante certo período. Em outros termos, e, mais especificamente no caso da transição capitalista, a revolução jurídico-política instaura o predomínio da estrutura do Estado moderno-burguês no plano político, que passa a contribuir para a difusão do capitalismo urbano-industrial na formação social, mas, na esfera econômica, as relações de produção no campo permanecem prevalentemente de caráter não capitalista, até que, notadamente nas transições em que não se dão as condições políticas de distribuição ampla de terras aos pequenos produtores, o capital industrial tenha condições de revolucionar a estrutura agrária.

No caso brasileiro, as transformações econômicas (expansão do comércio, implantação das estradas de ferro, urbanização, novos serviços) ensejaram, a partir da segunda metade do século XIX, uma tensão com o regime de escravidão que prevalecia na esfera das relações de produção. Os resultados desse processo foram a eclosão

⁷ E. Balibar. Sur les concepts fondamentaux du materialisme historique. In: L. Althusser (org.). **Lire le Capital**. Paris : Quadrige/PUF, 1996.

do movimento abolicionista - combinando à tática das fugas dos escravos das fazendas, à formação dos quilombos de novo tipo (agora junto às áreas urbanas), à agitação política dos abolicionistas liberais nas cidades - e à aprovação, em 1888, junto ao Parlamento, do projeto de abolição jurídica do sistema de trabalho escravo.

A essa revolução na esfera jurídica, implantando as regras do direito burguês (centrado na norma do tratamento igual aos desiguais) e possibilitando a regulamentação do contrato de trabalho assalariado, correspondeu uma mudança na estrutura político-administrativa do Estado. As normas de organização "patrimonialista" (a confusão entre os recursos da classe dominante e os recursos estatais) do *Estado imperial* foram substituídas pelas regras do burocratismo (a separação dos recursos da classe dos proprietários e os meios da burocracia estatal) do *Estado republicano*. A Proclamação da República (1889) e a nova Constituição (1891) difundiram o padrão de modernização burocrática nas esferas do legislativo e do executivo do Estado e ensejaram as condições para o discurso da construção do povo-nação, cujos interesses estariam representados pela burocracia estatal, profissionalizada em termos de mérito (abertura das tarefas estatais a todos e a hierarquização das funções com base no critério formal de competência).

Lançadas as bases do Estado burguês (direito igualitário e burocracia meritocrática), que proveem as condições fetichistas (contrato de trabalho, povo-nação) para a reprodução e a difusão da economia capitalista na formação social, cabe a indagação de qual era o caráter das relações de produção prevalentes no campo brasileiro, onde se concentrava a maior parte da população, até a década de 1960.

O historiador Caio Prado Jr.⁸ foi um dos principais contestadores de que as relações de produção dominantes no campo brasileiro, após a Abolição da escravidão, fossem de natureza pré-capitalista. Para ele, o colonato e a moradia - onde o trabalhador recebe um lote de terra para produzir parte dos bens de sua subsistência - seriam formas disfarçadas de trabalho assalariado. O seu argumento é

⁸ Caio Prado Jr. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. In: Caio Prado Jr. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 5. ed., 2000.

que, em última análise, "[...] o que se apresenta no terreno das relações de proprietários e trabalhadores da agropecuária brasileira é um mercado livre de trabalho". Essas relações de trabalho seriam "[...] formas de retribuição de serviços prestados em que por um motivo ou outro - mas sempre motivo de ordem circunstancial - o pagamento em dinheiro é substituído por prestações de outra natureza", embora Prado Jr. conceda que as práticas do "barracão" (obrigação de comprar ou vender produtos no armazém do patrão) ou do "cambão" (dias de trabalho gratuito ao patrão), amplamente difundidas, fossem reminiscências pré-capitalistas, ou seja, formas de sujeições pessoais que "contaminavam" as relações de trabalho livre.

No entanto, o colonato e a moradia não são, a rigor, formas de trabalho assalariado.

Se o produtor direto (colono) produzia diretamente uma parte dos seus meios de subsistência, isso significa que, com o salário recebido, o produtor direto comprava no mercado apenas uma parte dos seus meios de subsistência. Nesse caso, a forma-salário (troca entre iguais) não se impunha ideologicamente ao produtor direto; este, ao produzir diretamente parte dos seus meios de subsistência, tinha inevitavelmente consciência de que realizava, de um lado, trabalho necessário e, de outro lado, trabalho excedente. Ou seja, o caráter restrito do salário, no colonato, impedia que a remuneração do colono em dinheiro produzisse o efeito de ocultar a este a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente.⁹

No Brasil pós-abolicionista, como apontou Jacob Gorender, era impraticável, imediatamente, uma remuneração inteiramente monetizada da mão de obra agrícola, sobretudo porque faltava ainda um "exército rural de reserva" e "[...] sem ele, sem ter esse exército de desempregados flutuantes, o aumento da demanda de braços elevaria os salários e frearia a viabilidade da plantagem nas

⁹ Décio Saes. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra 1985, p. 212.

novas condições pós-escravistas".¹⁰

Além disso, o colono e o morador não eram trabalhadores individuais, mas trabalhadores familiares; os membros das suas famílias estavam obrigados a trabalhar para o mesmo proprietário da terra. Diferente do direito de trabalho assalariado, em que a adesão à negociação coletiva (sindicato) é primeiramente o contrato individual, o direito do colonato e da moradia seria diretamente o "contrato coletivo" (o grupo familiar de força de trabalho). Não se produziria, então, o efeito de individualização, próprio do direito burguês, necessário ao sentimento de pertença à sociedade nacional e, em consequência, ao enfraquecimento dos laços da esfera local do Estado com a propriedade fundiária.

A esfera central do Estado brasileiro, após 1891, como indicamos, já era de tipo moderno-burguês, produzindo efeitos fetichistas favoráveis à reprodução das relações de produção capitalistas. Dessa forma, a hegemonia política nesse novo tipo de Estado tendia a ficar nas mãos das frações da nova classe dominante: seja o capital comercial, seja o industrial ou uma coligação dessas frações. Um indício de que a propriedade fundiária pré-capitalista de fato estava numa condição subordinada no interior do bloco no poder foram as derrotas sistemáticas, ao longo das décadas seguintes, de reivindicações dos seus principais segmentos (café, cana-de-açúcar, cacau, algodão e borracha)¹¹.

¹⁰ J. Gorender. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: J. P. Stédile (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994, p. 25.

¹¹ Para a análise da hegemonia política no período da República Velha (1889-1930), consultar Renato Perissinotto. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994. Quanto ao período de 1930-1964, ver Francisco P. Farias. **Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH-Unicamp), Campinas, 2010.

O Chefe Político

Chegamos à questão do papel político-eleitoral da grande propriedade fundiária, o "coronelismo". O coronelismo aparece como "[...] uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras".¹² Portanto, a resposta à nossa indagação começa pela análise do chefe político rural.

O chefe político da região rural é o dono de terras (patrão) ou um dos seus prepostos (advogado, médico). O seu poder político-eleitoral faz uso do "voto de cabresto", a manifestação de fidelidade pessoal do eleitor. Como tal, o ato eleitoral não é redutível nem à forma da coerção física, nem à modalidade da troca mercantil, mas se legitima enquanto uma obrigação moral, concretizando-se como uma doação pura e simples do sufrágio ao chefe político.

A condição socioeconômica da patronagem político-eleitoral é a vigência no campo de uma estrutura econômica pré-capitalista, em que as relações de produção se expressam como relações de dominação e dependência pessoal. Essa dependência, presente em relações econômicas como a parceria ou o arrendamento, implicam a apropriação do sobretrabalho sob a forma extraeconômica de uma contraprestação pessoal do trabalhador ao proprietário pela cessão de uso da terra. Há, pois, uma homologia entre a forma da dependência econômica e o modo da subordinação política.

Por isso, o chefe político local tem a possibilidade de impor invariavelmente os seus candidatos aos eleitores dependentes. Na prática, o voto torna-se vinculado: a votação no plano nacional segue a local. O chefe político dispõe, então, de um importante recurso de barganha junto aos poderes externos.

A manifestação do compromisso entre o chefe político regional e o governo nacional, como notou Victor N. Leal, "[...] consiste nisso: da parte dos chefes regionais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições externas; da parte da situação nacional, carta branca ao chefe regional governista em todos os assuntos relativos à localidade [...]", inclusive a nomeação de funcionários dos apare-

¹²Victor N. Leal. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 20.

lhos estatais superiores na região.¹³ Assim, ao lado da falta de autonomia legal, reforçada, por vezes, com o sistema federativo, os chefes regionais governistas gozam de ampla autonomia extralegal.

O conteúdo latente desse compromisso político são os interesses de classe:

Tal classe (os senhores de terras) pede o pagamento, pelos seus serviços eleitorais, de um preço sócio-político elevado: a intocabilidade da grande propriedade fundiária ao longo da industrialização capitalista. [...]. Prestando serviços no plano eleitoral, ele (chefe político regional) só faz consolidar sua posição no plano socioeconômico, opondo obstáculos à sua eliminação (mediante a distribuição da terra) ou à sua transformação em empresário capitalista.¹⁴

O chefe político rural tem uma vocação localista; os cargos da esfera nacional tendem a ser ocupados por membros ou representantes de outros grupos sociais. Isso faz parte do compromisso político. A presença do Estado burguês democrático - condição de existência da patronagem - "[...] já exprime, em si mesma, a derrota política da classe de proprietários de terras pré-capitalistas (a velha classe dominante) diante das frações burguesas (a nova classe dominante)" (SAES, 1998, p. 99). Assim, no plano nacional, agudizam-se os conflitos entre os interesses de frações do capital, principalmente do capital mercantil e da burguesia industrial.

Na fase de transição capitalista, o regime democrático mostra a força eleitoral do partido da situação, em contraposição ao partido de oposição, em razão do peso do eleitorado rural. Em troca, o partido governista impede que o tema da reforma agrária venha a entrar na pauta do Parlamento. A proposta, por exemplo, de extensão ao campo das leis trabalhistas, conquistadas nos centros urbano-industriais, torna-se marcada pelo insucesso. Do ponto de vista dos representantes agrários, a proposta seria o tipo de medida "inviável e

¹³ Leal, 1975, p. 20.

¹⁴ Décio Saes. Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação. In: Décio Saes. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998, p. 100-01.

demagógica", que deslocava a questão agrária de seu "verdadeiro cerne", o aumento da produtividade, para o qual o Governo permaneceria indiferente em sua política econômica.

A questão agrária deixa de ser uma retórica do Governo para se transformar em medidas concretas somente quando entra o movimento camponês em cena. Suscita, porém, a oposição ativa das lideranças ruralistas, levando a coalisões conservadoras no Parlamento para barrar as iniciativas de reformas.

A patronagem, em apoio ao partido governista, põe-se a serviço dos setores nacionalistas e da pró-industrialização da burocracia do Estado nacional. O partido governante, por vezes, nasce de dentro do aparelho de Estado (como no Brasil da redemocratização de 1945), e tende a aprovar no Parlamento o conjunto das medidas do programa nacional-desenvolvimentista (siderurgia, petróleo, energia elétrica, controle cambial, lei de remessa de lucros).

Aparentemente, os representantes ruralistas criticam a política industrializante do Governo nacional, afirmando, por exemplo, que a maior parte das indústrias "[...] vive da parasitação da economia nacional" (pelas proteções alfandegárias e políticas obtidas em favor de seus produtos).¹⁵ No entanto, a retórica anti-industrialista procura evidenciar a sua identidade perante outros interesses econômicos, quando, na prática, a fração agrária está presa, pelo compromisso coronelício, à política de industrialização, de modo que a relação com os poderes públicos termina por ser avaliada positivamente.

Visões da Dependência Pessoal

De um lado, Alberto Torres, em *A organização nacional*¹⁶, escrito na década de 1920, argumenta que seria um erro contestar o destino agrário de um país diante de seu vasto território nacional. Torres vê uma modalidade de divisão nacional do trabalho em que, ao lado da grande propriedade, que explora as produções para exportação, fundar-se-ia a pequena cultura, com produções de consumo. O autor desconfia da indústria, insistindo na ideia de que o protecionis-

¹⁵ SBR. *Revista da Sociedade Rural Brasileira*. São Paulo, n. 358, 1950, p. 22.

¹⁶ Torres, A. *A organização nacional*. 4. ed. Brasília: Edunb, 1982.

mo produz e desenvolve a industrialização imprópria ao meio e o estado de desenvolvimento econômico deste país.

Vemos o tratamento abstrato dado ao tema da agricultura no contexto discursivo em que Alberto Torres sustenta a tese da "vocalização agrária" do país. O autor considera a questão agrícola mais pelo lado da estrutura fundiária (grande e pequena propriedade) do que da estrutura agrária (tipo de relações de produção). A oposição que aparece entre agricultura e indústria se explica porque a natureza das relações de produção nos dois setores é distinta. Enquanto a atividade agrícola está assentada em relações de trabalho não capitalistas (colonato, moradia), a indústria emprega a força de trabalho assalariada. Então, a crítica à indústria transforma-se em arma para a preservação da estrutura agrária em atraso temporal.

Para Gilberto Freyre, em *Casa-grande e senzala*¹⁷, publicado na década de 1930, "[...] nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro". O autor aponta a importância não apenas da família, mas também das forças agrário-oligárquicas, que deveriam ser incorporadas ao projeto de desenvolvimento nacional, por serem a garantia da ordem social e da unidade do país. O nacionalismo de Gilberto Freyre mostra-se particularista. Para ele, o brasileiro não seria um povo predominantemente "racional", sendo a cordialidade ("afetividade") uma marca distintiva, em decorrência da sua miscigenação étnica e cultural.

A aparente contradição entre cosmopolitismo (o "racional") e particularismo (o "afetivo") no discurso freyriano se explicaria em função da luta entre a antiga classe dominante (proprietários fundiários pré-capitalistas) e a nova classe dominante (proprietários urbanos industriais). A burguesia tende a ascender ao poder político enfatizando os valores universais, pois necessita legitimar o processo de centralização política que afasta a propriedade agrária do controle do aparelho de Estado nacional. Por sua vez, os senhores de terra são levados à defesa dos valores particularistas, que os mantêm ligados aos poderes regionais. A avaliação positiva de Gilberto Freyre das práticas cordiais na formação brasileira converte-se, pois, em recurso de uso pela ideologia e o poder agrário-oligárquico.

¹⁷ G. Freyre. **Casa-grande e senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

De outro lado, deparamo-nos com a crítica de Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*¹⁸, também da década de 1930, sobre a herança rural e os valores da "vocação agrária". Para o autor, um tipo de cordialidade - aquele resultante do ruralismo ibérico, cuja vida social é centrada no privatismo da família dos senhores de terra, e que foi incorporado na "cultura brasileira" - é que deve ser visto como negativo, porque incompatível com o novo tipo de cosmopolitismo, trazido com o capitalismo moderno. A "essência" da vida política moderna, o direito igualitário, já não se harmoniza com as relações de privilégio pessoal, institucionalizadas pelo direito desigualit rio senhorial. A nossa revolução, a partir da Abolição da escravatura, em 1888, e da Proclamação da República, em 1889, caminharia para o "aniquilamento das raízes ibéricas de nossa cultura" e a construção de uma nova cordialidade, a "cordialidade democrática", em substituição   "cordialidade oligárquica" subsistente nos municípios rurais não penetrados pela modernização capitalista.

A abordagem de Sérgio Buarque de Holanda torna-se, assim, funcional aos valores da burguesia industrial; talvez menos aos princípios do segmento de capital privado, que ainda privilegiava o discurso da harmonia de agricultura e indústria (seja porque esta dependia de divisas propiciadas pela agroexporta  o para a importação de maquinário, seja por ela possuir origem social, em parte, na economia agromercantil), e mais aos postulados do segmento de capital estatal, em vias de implantação pela política nacional-desenvolvimentista, após Revolução de 1930. Curiosa aproximação essa, uma vez que a filosofia social inspiradora da obra de S. B de Holanda  , em boa medida, a de Max Weber, o qual deplora o "socialismo estatal". No entanto, convém lembrar que os anos 1930 registraram a influência das ideias de John M. Keynes, valorizando o papel do Estado na economia para chegar ao "capitalismo com justiça social". Vemos, então, qual é o "horizonte de significação" ou o limite histórico da reflexão empreendida em *Raízes do Brasil*: a construção de um capitalismo com menos desigualdades.

¹⁸ S. B. Holanda. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Por fim, Florestan Fernandes, em *A revolução burguesa no Brasil*¹⁹, produzido, em parte, na década de 1960, sustenta que a especificidade do capitalismo industrial no Brasil é a ausência do caráter nacional-democrático, construindo-se como um capitalismo semidependente, em razão da dupla articulação que o submete: de um lado, nasce atrelado, via geração de divisas, ao setor agrário-exportador; e, de outro, forma-se vinculado aos empréstimos estrangeiros e à difusão tecnológica do capitalismo do centro mundial. Além disso, contribuem para essa condição de relativa dependência as motivações políticas da burguesia industrial: a) a suposição de que a inserção no capitalismo internacional (pelo impulso externo) tornaria possível resolver os problemas herdados do período "neocolonial", surgidos e agravados com a economia agromercantil; b) a consideração de que as restrições do poder da "iniciativa privada interna" e da "soberania" do Estado nacional seriam transitórias, pois a integração com o capitalismo internacional diluiria, por si mesma, tanto as desvantagens do desenvolvimento capitalista dependente quanto as da influência estrangeira.

2. O Clientelismo

Apoio Político-Eleitoral

O clientelismo político - presente nas relações horizontais (Executivo e Legislativo) e verticais (Governo nacional e Governo regional) do aparelho de Estado contemporâneo, bem como nas campanhas eleitorais e na gestão de políticas governamentais - aparece como as barganhas de recursos, cargos e equipamentos sociais por apoios políticos. A sua compreensão insere-se, pois, na análise da "política de apoio" (expressão de Nicos Poulantzas).

A política de apoio, ou seja, a implantação de medidas governamentais para satisfazer carências da classe assalariada, surge a fim de conter o apetite da classe capitalista em espoliar a força de trabalho, garantindo a reprodução simples ou normal do proletaria-

¹⁹F. Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil* - ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

do no patamar de civilização atingido. Por meio dos serviços estatais, reforçam-se os laços de subordinação política, em benefício, em última instância, dos valores da classe dominante, pois esses serviços pressupõem a relação com o discurso da representação do povo-nação, ou seja, apresentam-se como uma modalidade de concretizar a "vontade nacional-popular" (aspirações da burguesia).

Diferentemente, a política de aliança de classes, isto é, a concretização de políticas sociais que promovam a reprodução ampliada da força de trabalho, nasce do interesse de frações subordinadas da classe dominante em conquistar a hegemonia política. Na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, as burguesias internas (representadas por partidos liberais e associações patronais) estabeleceram alianças com as classes trabalhadoras (sob a liderança de partidos socialistas e forças sindicais), em vista de superarem o poderio dos interesses americanos nos seus países. Disso, em parte, resultou o chamado Estado de bem-estar social.

As práticas clientelistas são efeitos da estrutura jurídico-burocrática do Estado burguês. Só um aparelho de Estado regido pelas normas do direito igualitário e do burocratismo universalista pode institucionalizar a exigência de separação do "público" e do "privado", isto é, o que são recursos do Estado e recursos da classe dominante. Não seria viável se instaurar a regra do acesso formalmente igualitário e universal aos cargos político-administrativos e se manter um critério de indistinção entre recursos "públicos" e "privados", uma vez que não se produziria o significado de a burocracia estatal se apresentar como representante da comunidade política centralizada, o povo-nação. A confusão de "público" e "privado" é uma forma de exercício do papel da burocracia estatal ligada às comunidades políticas descentralizadas, o povo-cidade ou o povo-região, pois tais formas de comunidades são mais receptivas à influência política da propriedade fundiária tradicional, de vocação localista e tendência oligárquica.

A existência do clientelismo político pressupõe, assim, a vigência da modernização capitalista, tanto nacional quanto local. Antes de ser um obstáculo, o clientelismo é uma alternativa ao leque de práticas, orientadas pela ideologia nacional-popular, da burocracia do Estado moderno-burguês. A despeito de a norma da separação entre o público e o privado interditar que sejam as práticas de distri-

buição seletiva de recursos e serviços estatais vistas como normais, a ideologia nacional-popular contém a possibilidade de se interpretar o "interesse comum" da coletividade como o resultado da busca de satisfazer a maior proporção de interesses particulares, paroquiais ou individuais, legitimando os traços de competição junto ao Estado.

O clientelismo político não deixa de ser uma forma de se reforçar as solidariedades políticas no interior da classe dominante, já que os benefícios distribuídos (cargos, verbas, equipamentos) são signos de concessões econômicas da fração hegemônica aos interesses das frações subordinadas, em troca de estabilidade política. Em outras palavras, a troca de vantagens materiais imediatas por legitimação política é um aspecto manifesto nas relações intergovernamentais, partidárias, eleitorais. Porém, mais profundamente, são os interesses das frações da classe dominante que, em boa medida, constituem o conteúdo latente, a substância da relação dos ramos do aparelho de Estado, da competição dos partidos dominantes e das disputas eleitorais²⁰.

Relações Intergovernamentais

As práticas clientelistas tendem, portanto, a estar presentes nas relações intergovernamentais, horizontais e verticais. No plano horizontal, podemos apontar as relações entre, de um lado, os Ministérios e o líder do Executivo e, de outro lado, o Parlamento. O padrão clientelístico torna-se plausível na relação do líder do Executivo com a área periférica de Ministérios, porque nesta se encontram, no caso de regimes democráticos e multipartidários, os partidos secundários da coalizão dirigente. Um ministro desse círculo busca influenciar as decisões do Governo favoráveis à sua pasta, sob a forma de uma barganha dos votos de seu partido para aprovação das matérias do Executivo no Parlamento. O lado menos visível dessa relação intergovernamental são as concessões feitas pelo núcleo da fração hegemônica aos interesses dos seus segmentos periféricos.

²⁰ Para uma visão distinta dos conteúdos manifesto-latente do processo intergovernamental, ver P. Gremion. **Le pouvoir périphérique**. Paris: Seuil, 1976.

No plano das relações verticais intergovernamentais, as práticas clientelísticas são análogas. É o caso da questão do emprego público. Os governos e as burguesias das regiões periféricas são, em parte, incorporados ao poder hegemônico nacional via concentração de emprego público. Se nessas regiões há maior pressão dos egressos do sistema educacional pelo acesso ao aparelho do Estado, a contraface disso remete à desorganização das atividades econômicas tradicionais, decorrentes da expansão capitalista. De um lado, o "apadrinhamento" dos cargos públicos pode significar um elemento de "irracionalidade" da organização estatal, pois diminuiria a sua eficiência técnica (relação de custos e benefícios, naqueles setores nos quais os resultados sejam quantificáveis). De outro lado, apesar de parecer paradoxal, há um elemento de "racionalidade" do empreguismo no aparelho de Estado, enquanto política de hegemonia ("integração nacional").

Podemos elencar dois conjuntos de condicionantes para a clivagem vertical do aparelho de Estado burguês. De um lado, há a necessidade de uma divisão de tarefas entre os membros da burocracia do Estado quanto à formulação e ao implemento de políticas sociais, em que a esfera nacional do Estado tende a reter as metas estratégicas e o controle orçamentário de tais políticas, ao tempo em que a esfera local inclina-se especialmente para a gestão e a execução dos serviços. Essa divisão de tarefas não seria estritamente técnica, pois a responsabilização social do poder local cumpre a função de desviar a luta das classes dominadas contra o poder central do Estado burguês.

De outro lado, existe a funcionalidade, em ramos distintos do aparelho do Estado, de acomodação de interesses diferenciados da classe dominante, segundo a distribuição desigual de forças produtivas no espaço territorial. Nesse caso, a secção regional de uma fração nacional (ou alternativamente o conjunto de capitais dessa região) "controla" o aparelho central do Estado e, eventualmente, o aparelho subnacional do Estado nessa região, enquanto as outras secções regionais da fração hegemônica (ou os blocos de capitais regionais) podem "alojar-se" nos aparelhos subnacionais das regiões periféricas. Tal funcionalidade dos ramos verticais do aparato estatal reforça os laços de solidariedade no seio da fração hegemônica (ou no conjunto dos blocos de capitais regionais), ao mesmo tempo em que organiza a

competição entre as secções regionais da fração hegemônica (ou entre os blocos de capitais das regiões).

A relação Governo central/Governo subnacional é, assim, condicionada pela relação burguesia da região-polo/burguesia periférica. A postura da burguesia periférica pode assumir três posições distintas: subordinação (burguesia associada); autonomia (burguesia regionalista); conflito seletivo (burguesia interna). O capital comercial na periferia tende a uma postura de burguesia associada (subordinação ao capital industrial da região-polo). Já os capitais produtivos (agrários e industriais) nessa região inclinam-se para a posição de burguesia interna (conflitos seletivos, dadas as bases de acumulação local, com a burguesia da região-polo). O médio capital da região periférica seria mais receptivo a uma campanha regionalista, no sentido de evitar a fuga de capitais para a região-polo.

Uma das frações da burguesia periférica, portanto, tende a deter a hegemonia na esfera local de Governo. Não se pode pressupor que as subnacionalidades periféricas sejam uma esfera do poder do médio capital, enquanto o grande capital domina a esfera nacional. Um estudo de caso mostrou que o médio capital se viu marginalizado também na periferia.²¹ Mas o inverso também é válido: não se pode generalizar que, na fase do capitalismo monopolista, as esferas regionais estarão sob a hegemonia do capital monopolista. Há casos em que a burguesia regional é dominada pelo capital "concorrencial".²²

Mas ainda carecemos de conceitos mais específicos para a análise das relações intergovernamentais. Não se trata de um "Estado dual" (independência das esferas de governo), como propõe Peter Saunders²³, por conta da dependência estrutural da esfera local de governo. As relações intergovernamentais estão correlacionadas mais especificamente às coalisões no interior do bloco no poder (classes e frações de classes dominantes). Nessas coalisões (ou "compromissos")

²¹ Jean Lojkine. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

²² D. Lorrain. La montée en puissance des Villes. **Economie e humanisme**, n. 305, p. 6-18, 1989.

²³ Peter Saunders. **Social theory and urban question**. London: Holmes & Meir Publisher, 1981.

de classes e frações dominantes, há subordinação (ou oposição seletiva), mas também concessões.

O discurso da "globalização" de que se estaria constituindo, nos dias de hoje, um espaço territorial homogêneo de acumulação de capitais, assume um duplo significado: por um lado, minimiza o movimento de polarização econômica, desconsiderando as tendências à concentração/centralização do capital e a desigualdade do desenvolvimento das forças produtivas no espaço geográfico; e, por outro lado, subestima o papel de políticas compensatórias para o desagravo das desigualdades regionais e, conseqüentemente, para diminuir as tensões políticas separacionistas.

Um efeito desse discurso foi a legitimação do fim das políticas nacionais de desenvolvimento regional, com a ascensão de governos "neoliberais". No caso brasileiro, para a década de 1990, chegase a diagnosticar uma reconcentração regional no país. A política de desmonte dos planos e das agências de desenvolvimento regional interessa à hegemonia do capital financeiro internacional e a seus associados, no sentido de ser um modo de contenção dos gastos governamentais e, por conseguinte, de contribuir para a resolução da crise fiscal do Estado.

Na mesma direção, a tendência à centralização do orçamento do Estado, trazida com a política "neoliberal", é uma exigência do capital financeiro, a fim de evitar demandas particularistas e orientar os gastos estatais pelo "interesse geral da sociedade" (capital financeiro). Isso encontra resistências nos médios capitais, que têm mais influências nas esferas regionais do Estado.

Por sua vez, a descentralização administrativa, responsabilizando a esfera local do Estado na gestão de políticas sociais e incentivando a participação política ("governança local"), busca, aparentemente, melhorar a eficiência e a eficácia na administração das verbas sociais para compensar os cortes dos seus montantes pelos governos "neoliberais". Porém, mais profundamente, essa transferência de atribuições governamentais traz maior segurança para a hegemonia da burguesia financeira, já que desvia as lutas das classes trabalhadoras para as esferas regionais, controladas, muitas vezes, pelas frações burguesas subordinadas, que tendem a transformar essas esferas em "bastiões do conservadorismo", isto é, de preservação

da hegemonia nacional.²⁴

Nesse sentido, a noção de "governança local" tende a ocultar a dominação da burguesia regional e o seu serviço político-ideológico na construção da hegemonia nacional. A "governança local", na visão de alguns analistas, apontaria para as relações entre, de um lado, diferentes "grupos de interesse"; e, de outro, "autoridades locais", sem que houvesse qualquer padrão previamente determinado nessas relações.²⁵ Assim se preservaria o princípio da autonomia da política: "[...] as agências estatais devem ser estudadas de maneira plena, não determinando *a priori* a sua subordinação a qualquer agente ou processo presente na sociedade".²⁶

O resultado desse encaminhamento, que parece não distinguir a autonomia epistemológica da ciência política e a interdependência de política e economia no todo social, seria uma abordagem descritiva e não densa do processo político, cujo limite é o de não apreender a dimensão estrutural do fato político, ou seja, os seus invariantes, captados através do método sistematizante e de descrição densa. Assim, uma análise das práticas e das instituições sem referência às estruturas valorativas tornar-se-ia tão deficiente quanto um tratamento das estruturas sem referência às práticas institucionalizadas; para caracterizar as localidades e as situações urbanas, os fatores estruturais fornecerão os elementos de "contexto" importantes, embora não todas as explicações, que supõem precisamente que sejam examinados "os processos políticos".²⁷

A validade analítica do conceito de governança local vem questionada a partir de estudos sobre as políticas urbanas no Brasil, marcadas pelo clientelismo. Tal característica, a nosso ver, seria resultante da influência das frações da burguesia nas políticas urbanas, influência expressa não apenas nos efeitos das políticas, mas também nos processos de suas formulações.

²⁴ A. Granou. **La bourgeoisie financière au pouvoir**. Paris: Maspero, 1977.

²⁵ Patrick Le Galès. Du gouvernement des villes à la gouvernance. **Revue Française de Science Politique**, v. 45, n. 1, p. 57-95, 1995.

²⁶ Eduardo C. Marques. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2003, p. 51.

²⁷ Edmond Préteceille. Inégalités urbaines, gouvernance, domination. In: R. Balme; A. Faure; A. Mabileau (Dir.). **Les nouvelles politiques locales**. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1999.

Análises do Voto de Barganha

Alain Rouquié²⁸ aponta como causa do clientelismo eleitoral ou do voto de barganha as condições de pobreza das classes trabalhadoras. Ele considera que o voto de cabresto (a relação político-eleitoral homóloga à dependência à terra) e o voto de clientela (a relação político-eleitoral correspondente à independência no mercado) são, por essência, "estruturas piramidais" ligadas aos "contextos de penúria".

No entanto, o trabalhador da grande propriedade rural pré-capitalista, embora vivendo em condições talvez mais precárias (sem acesso a água tratada, luz elétrica, posto médico etc.) do que as de um trabalhador da periferia urbana, nem por isso faz do seu voto um bem de troca; ao contrário, em razão de sua fidelidade pessoal ao patrão, ele simplesmente doa o voto, como uma espécie de tributo ou homenagem ao senhorio. Pode-se concluir que o enquadramento social do latifúndio pré-capitalista funciona como um impeditivo da carência ao induzir o trabalhador a uma atitude utilitária no plano político. O problema de considerar a pobreza como fundamento explicativo do clientelismo eleitoral consiste, pois, em se abstrair o tipo de relações sociais sob as quais é reproduzida a situação de miséria. Uma explicação mais consistente do voto de barganha decorreria de levar em conta o contexto estrutural social.

René Lemarchand²⁹ tende a identificar como fundamento do clientelismo político não a estrutura social capitalista, mas, sim, a herança de um passado pré-capitalista. Para o autor, nos países do Terceiro Mundo, a herança colonial seria o fator determinante da presença do clientelismo na democracia moderna. Em suas palavras, "[...] é primordialmente onde a mudança social tem estagnado substancialmente por trás da modernização política que as formas de depen-

²⁸ A. Rouquié. *L'analyse des elections non concurrentielles: controle clienteliste et situations autoritaires*. In: G. Hermet (Org.). **Des elections pas comme les autres**. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1978.

²⁹ R. Lemarchand. *Comparative political clientelism: structure, process and optic*. In: S. Einsenstadt; R. Lemarchand (Orgs.). **Political clientelism, patronage and development**. Beverly Hills: Sage Publications, 1981.

dência clientelista têm tido mais resistência".³⁰

Mas a população "marginalizada" (sem emprego estável) e pobre das periferias urbanas - alvo, sem dúvida, de práticas clientelistas - não é uma herança do passado colonial desses países, pois o subemprego urbano, como mostram estudos específicos³¹, é, antes, um produto do tipo de capitalismo gestado nessas sociedades, que, ao implantar a industrialização dependente, adota um padrão tecnológico voltado para o consumo de altas rendas, restringindo a amplitude do emprego industrial, dada a maior concentração de capital.

Enfim, a abordagem do clientelismo eleitoral como "pré-moderno" desconsideraria o fato de ser esse padrão de política uma das formas de funcionamento da democracia moderna (burguesa), e não uma condição a ela externa ("ambiental"). Essa crítica torna-se mais plausível quando consideramos que o clientelismo persiste mesmo nas sociedades burguesas mais desenvolvidas, embora de uma maneira mais sofisticada.³²

A ideia da prática eleitoral análoga à prática do mercado econômico encontra-se desenvolvida em Joseph Schumpeter: "[...] na vida econômica a competição nunca está de todo ausente, mas dificilmente é perfeita. De modo similar, na vida política sempre há alguma competição [...]".³³ Para simplificar as questões, restringimos o tipo de competição pela liderança que deverá definir a democracia à livre competição pelo voto livre"; "[...] partido e máquina política [...] constituem uma tentativa de regular a competição política que é exatamente semelhante às práticas correspondentes de uma associação comercial".³⁴ Uma restrição que poderia ser feita ao enfoque schumpeteriano,

³⁰ L. Roniger. Civil society, patronage and democracy. **International journal of comparative sociology**, v. 35, n. 3/4, p. 207-20, 1994, p. 215.

³¹ Conferir, por exemplo, Oliveira (1972).

³² R. Theobald. The decline of patron-client relations in developed societies. **Archives européennes de sociologie**, v. 24, n. 1, p. 136-147, 1983; R. Theobald. On the survival of patronage in developed societies. **Archives européennes de sociologie**, v. 33, n. 1, p. 183-191, 1992.

³³ J. A. Schumpeter. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984, p. 338.

³⁴ Schumpeter, 1984, p. 353.

é que a lógica competitiva não se aplica ao conjunto das práticas político-eleitorais, mas apenas a um domínio particular.

Contrariamente, o partido de esquerda promove uma política de ruptura com o isolamento dos indivíduos e o imediatismo dos interesses no campo político. Apoiando-se nas experiências de associativismo das classes trabalhadoras, desenvolvidas no âmbito das lutas reivindicativas (organizações de base, sindicatos), ele monta uma forma organizacional que propicia o envolvimento crescente dos trabalhadores no processo político, visando assegurar a defesa dos interesses mais amplos. Dessa maneira, a política de esquerda converte o voto numa expressão da solidariedade de classe.

II. AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E SOCIAIS NO PIAUÍ

Como vimos, as condições básicas do coronelismo são duas: a) ocorrência de relações de produção pré-capitalistas no campo (relações de dominação e dependência pessoal); b) vigência do regime democrático-burguês (extensão do voto aos trabalhadores em geral). Delas decorre a nossa tarefa inicial de apreender a natureza da estrutura agrária na região piauiense³⁵, desde a implantação da República (democrático-burguesa) no Brasil, em 1889. No entanto, podemos restringir a análise ao subperíodo de 1950 a 1970, fase que, após a crise da economia extrativo-exportadora na região, antecede à chegada dos programas e projetos governamentais voltados para a renovação da base agrária.

1. A Estrutura Agrária

A análise de Wiliam Bandeira³⁶, a partir dos dados dos censos agropecuários (IBGE), mostrou que a maior parcela de pequenos

³⁵ Trata-se da "microrregião" do Baixo Parnaíba Piauiense, situada ao noroeste do Piauí, abrangendo aproximadamente 5% da área total do estado. De acordo com o censo (IBGE), de 1991, a sua população era de 282.111 hab., cerca de 11% da população estadual, sendo que 60,8% do total residia no meio rural.

³⁶ Wiliam Bandeira. **Os programas e projetos governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária piauiense no pós-70**. 1993. 2v. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1993.

"estabelecimentos" agrícolas se encontrava subordinada à grande propriedade. A percentagem no número de estabelecimentos com áreas inferiores a 2 hectares (ha) evoluiu de 3,3%, em 1950, para 46,1%, em 1970. Fenômeno análogo ocorreu com os estabelecimentos de área entre 2 a 5 ha, enquanto os demais grupos de áreas perderam participação quanto ao montante de estabelecimentos, inclusive os de 5 a 10 ha. Por sua vez, os estabelecimentos com mais de 500 ha perderam participação no total de terras apropriadas. "Se associarmos tal fato à informação de que foram os estabelecimentos tocados por não proprietários que mais evoluíram em número, podemos deduzir que tais estabelecimentos foram formados a partir da fragmentação ['parceria' e 'arrendamento'] da grande propriedade".³⁷

Somente uma imprecisão conceitual daria a entender que o latifúndio não fosse a força social predominante na economia agrária da região, e sim a "pequena produção". A confusão surge ao se pôr no mesmo conjunto a categoria de *morador*, preso à unidade latifundiária³⁸, e as de *posseiro* e de *pequeno proprietário*, exteriores ao latifúndio. Ora, a natureza da relação de trabalho do morador é distinta da do pequeno produtor independente, mesmo se comparado não com aquele especializado na produção mercantil, mas com o pequeno produtor ligado à "agricultura de subsistência". Em outras palavras, por mais que a forma de trabalho varie no interior do latifúndio, a categoria de morador não chega a equivaler à de *membro da comunidade camponesa primitiva*.

Embora a maioria dos analistas da estrutura agrária piauiense reconheçam que o sistema da moradia distingue-se do sistema de trabalho assalariado - ao referirem-se àquele como "estrutura econômica arcaica",³⁹ "formas de produção não capitalistas",⁴⁰ "rela-

³⁸ A *moradia* significa uma ligação específica do trabalhador a um dono de terra, a qual supõe, simultaneamente, a residência e o trabalho no interior da grande propriedade, com aquele produzindo diretamente a sua subsistência.

³⁹ Antônio José Medeiros. **Sindicalismo rural e mobilização camponesa na crise do populismo: o caso do Piauí - 1958-1964**. 1994. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994, p. 50.

⁴⁰ Jonas Rocha. A pequena produção rural no estado do Piauí. **Carta CEPRO**, v. 9, n. 1, p. 5-18, 1983, p. 09.

ções de produção pré-capitalistas"⁴¹ -, a imprecisão da categoria "pequeno produtor de subsistência" não se dirime por inteiro, enquanto não houver avanços no sentido de especificar o tipo de relação de trabalho da moradia. Se assim não for feito, há sempre o risco de se atribuir ao morador uma autonomia que é própria ao posseiro ou ao pequeno proprietário de subsistência. A consequência disso seria minimizar a importância do latifúndio para o fenômeno do chefe político local.

A demonstração de que a relação de moradia não equivale ao trabalho assalariado foi feita, de modo convincente, por Décio Saes⁴². O centro de seu argumento é que o efeito ideológico específico do assalariamento - o ocultamento da exploração do trabalho - não se produz na relação de moradia, pois nessa, é perceptível, imediatamente, a extorsão do excedente, sob a forma da *renda*. O morador não sofre a ilusão do salário, ou seja, de uma partilha proporcional ao *trabalho* de cada agente (até porque, como expressão do baixo nível das condições de produção, o patrão não contribui com nenhum melhoramento da terra, reduzindo a sua participação à imposição arbitrária do título de propriedade). Como o morador é quem produz diretamente os meios de sua subsistência, torna-se a ele evidente que a parte do produto entregue ao patrão constitui-se em trabalho não pago.

Já a distinção entre a moradia e a relação de produção na comunidade primitiva implica, por analogia, o reconhecimento da especificidade da categoria da dádiva, como forma da relação de troca nessa comunidade. A redefinição da categoria da *dádiva*, a fim de aplicá-la ao contexto das relações de classes - a relação de moradia -, não parece vantajosa. O melhor é utilizar um novo conceito. Se a moradia não é caracterizada nem pelo trabalho assalariado nem pela relação de produção da comunidade primitiva, então de que se trata?

Jacob Gorender⁴³ levanta a possibilidade de a *moradia* (denominada de sistema "camponês dependente") constituir um tipo de relação de produção *sui generis* no conjunto dos modos de produção

⁴¹ Bandeira, 1993, p. 74.

⁴² Ver Saes, 1985, p. 210-13.

⁴³ Cf. Gorender, 1994.

pré-capitalistas. Argumenta, nesse sentido, que a moradia não faz parte da relação de produção feudal, porque o latifúndio, no pós-escravismo brasileiro, não teria assumido a forma da *copropriedade*, com a grande propriedade se enquadrando no regime da propriedade individual alienável. A nosso ver, porém, essa caracterização tende a supervalorizar a definição jurídico-formal da propriedade agrária, uma vez que, na prática, o direito de propriedade sofria limitações próprias do direito feudal. Assim, o morador tinha o direito de transmitir a posse como herança a seus filhos, ou mesmo, sob a autorização do patrão, vendê-la. Ao proprietário, por sua vez, era *vergonhoso* alienar as suas terras (aspecto dramatizado em seus romances por José Lins do Rego), pois tal venda era vista como o fracasso de um pai sem condições de criar os filhos. Então, se não nos prendemos ao aspecto formal, não há por que deixar de reconhecer os elementos da ideologia jurídica feudal presentes no sistema da moradia. A propósito, a presença da ideologia feudal pode ser percebida na fala de um trabalhador rural de uma área de conflito:

Eu não tô brigando por terra, eu tô brigando pela permanência na terra, que é um direito de todos nós viver na terra, como ele também tem o direito de viver na terra como rico, mas não é um direito só dele viver, é um direito de todos. (Secretário do Sindicato de Trabalhadores Rurais, Barras).

Outra objeção para se caracterizar a moradia como uma relação feudal (servil) é a de que a categoria da *servidão* (predominante no auge da Europa medieval) teria, no sistema da moradia, um papel secundário. Tal precaução, entretanto, só se justificaria se restringíssemos a servidão à variante do pagamento da renda em trabalho. Mas, como observou Maurice Dobb⁴⁴, o sistema de servidão comporta também a renda em espécie ou mesmo a renda em dinheiro. Em qualquer uma das variantes (renda-trabalho, renda-produto, renda monetária), o fundamental é constatar "[...] a exploração do produtor

⁴⁴ M. Dobb (Org.). **A transição do feudalismo ao capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

através de uma compulsão político-legal"⁴⁵. Podemos ir um pouco mais adiante, recorrendo ao esclarecimento de Claude Meillassoux⁴⁶ de que o senhor feudal é, no fundo, um usurpador privado da função de *chefia* da comunidade primitiva. Em outras palavras, a expropriação do excedente é reproduzida sob a forma da *lealdade* dos subordinados àquele que, aparentemente, preserva as condições de organização - as reservas - do grupo.

Predominou, na região piauiense, entre 1950 e 1970, o pagamento da renda-produto, acompanhada às *sujeições*. O morador devia vender a sua cota-parte do produto ao proprietário, que se encarregaria da comercialização. Além disso, a venda "na palha" - pela qual o morador, a fim de obter crédito junto ao patrão, antecipa-lhe a venda dos produtos, normalmente a preços inferiores aos praticados no mercado por ocasião da colheita -, acabava endividando o produtor, que, assim, se via preso ao dono da terra. O trabalhador também não estava livre dos *mutirões* organizados pelo patrão, que tinha o direito de, a qualquer dia, arregimentar os seus moradores para as tarefas coletivas na propriedade (conserto de cercas, limpeza de currais etc.). Nos casos em que o patrão pagava a diária, o valor era, em regra, inferior ao pago aos trabalhadores de fora da propriedade. A diferença marcava a sujeição do morador ao proprietário, e tal sujeição, como as demais, remete ao fato de que, ao morador, é permitido o acesso a um lote de terra para a sua reprodução familiar. Nesse sentido, aplica-se ao *morador* a caracterização feita por Décio Saes ao colono do café como um trabalhador servil: "[...] a forma de ilusão própria ao *colono* não era produzida pela percepção de um salário; ela consistia, antes, na ilusão de pagar ao fazendeiro, sob a forma do café colhido, um *tributo* para poder trabalhar para si próprio"⁴⁷.

Os estudos que tratam da transição capitalista no campo piauiense propiciam alguns elementos para se explicar a preservação do latifúndio feudal na região⁴⁸. As análises convergem para a tese de

⁴⁵ Dobb, 1989, p. 61.

⁴⁶ Cf. Claude Meillassoux. Recherche d'un niveau de détermination dans la société cynégétique. *L'homme et la société*, v. 1, n. 6, p. 95-106, 1967.

⁴⁷ Saes, p. 212 (grifos do autor).

⁴⁸ Desses trabalhos, destacamos os de Agenor de Sousa Martins *et al.* **Piauí**: evolução, realidade e desenvolvimento. Teresina : Fundação CEPRO, 1979 ; e Bandeira, 1993.

que tal preservação se deve, fundamentalmente, à passividade crônica dos grandes proprietários de terra, que não encontraram, nas condições históricas herdadas (economia latifundiária "autossuficiente", baixa qualificação da força de trabalho), o estímulo ao comportamento empresarial.

Uma tese alternativa à da passividade empresarial é o "modelo da intervenção estatal", encontrado em outros trabalhos sobre o Nordeste agrário. Para os autores dessa vertente⁴⁹, a causa principal da continuidade do velho latifúndio reside na "captura" do aparelho de Estado pela oligarquia agrária, sendo que o "planejamento regional" deveria desalojá-la desse aparelho e facilitar a entrada do capital no campo.

A nosso ver, a afirmativa de que a herança colonial tornou a preservação do latifúndio pré-capitalista um fato *racional* suscita, ainda, a necessidade de explicar os mecanismos capazes de sustentar tal racionalidade. Como reconhece Wiliam Bandeira, a herança colonial pode atuar como um fator inibidor do desenvolvimento agrário de uma região, mas no contexto histórico, em que outras regiões do país anteciparam o desenvolvimento capitalista no campo, criando-se um diferencial de produtividade desfavorável aos investimentos na região atrasada⁵⁰. Por sua vez, parece duvidosa a tese de que a ocupação do aparelho de Estado pelas oligarquias constitui o elemento principal que inviabiliza o desenvolvimento capitalista no campo. A oligarquia não poderia utilizar a sua posição estratégica para, com o apoio dos recursos estatais, converter o velho latifúndio na empresa capitalista?⁵¹

Uma hipótese alternativa a ser explorada diz respeito à fragilidade do capitalismo brasileiro. São indícios dessa fragilidade o alto grau de especulação financeira, o contraste regional e a presença significativa do capital estrangeiro na agricultura.

⁴⁹ Consultar Francisco de Oliveira. **A economia brasileira**: crítica à razão dualista. Estudos do CEBRAP 2. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1972; e Silvio Maranhão; Yony Sampaio. **Estado, planejamento regional e classes sociais no Nordeste**. São Paulo: Estudos econômicos, 1987, p. 405-33.

⁵⁰ Cf. Bandeira, 1993.

⁵¹ Conferir Paulo Henrique Martins. La récupération du 'developpement' par l'oligarchie dans le Nordeste brésilien ou la modernisation agraire détournée. **Revue Tiers Monde**, v. 22, n. 126, p. 391-412, 1991.

Os capitalistas, seguindo a regra de aplicar os capitais onde a taxa de lucro pode ser máxima, deixam de lado a ampliação dos investimentos produtivos, e buscam os ganhos das operações financeiro-especulativas. Tal lógica explica que um grupo empresarial do Ceará aplique seu capital em *shopping center* no estado de São Paulo ou que uma família latifundiária tradicional da Bahia tenha forte base social no capital bancário nacional. A propósito, um senador piauiense, defendendo-se da acusação de "entreguista", por revender produtos importados de firmas estrangeiras, contra-ataca os que, segundo ele, "[...] dedicam-se à venda de imóveis, constroem apartamentos e promovem loteamentos no Rio de Janeiro, porque não julgam lucrativas as operações no Piauí"⁵².

Outro aspecto da fragilidade do capitalismo brasileiro é a permanência de mecanismos de "acumulação primitiva", que concorre para as desigualdades regionais. Como mostram os especialistas em economias "subdesenvolvidas"⁵³, o latifúndio feudal propicia, sob vários aspectos, a acumulação "selvagem" no centro industrial, por ser ele: 1) viveiro de mão de obra (absorção dos custos de amadurecimento da força de trabalho migrante); 2) desorganizador do mercado urbano da força de trabalho (aumento do exército de reserva); 3) produtor de alimentos a custos inferiores (baixo valor da força de trabalho do camponês dependente).

Há, por fim, a presença marcante do capital estrangeiro na agricultura⁵⁴. Na ausência da iniciativa massiva do capital brasileiro para o desenvolvimento do campo, o capital estrangeiro continua se apropriando das áreas mais rentáveis, gerando ali um dinamismo "espoliativo" (levando para fora o excedente).

⁵² Cf. Jornal *O Dia*, 04/09/59, citado em Medeiros, 1994, p. 47.

⁵³ Cf. Oliveira, 1972.

⁵⁴ Dos 23 "grupos econômicos" de maior faturamento na produção rural, em 1980, a grande maioria era associada ao capital estrangeiro, como se pode deduzir da tabela apresentada em Guilherme da Costa Delgado. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, São Paulo: Ícone, 1985, p. 147-50. Tais grupos econômicos não só operam na realização de investimentos produtivos em diversos ramos da produção rural (açúcar, álcool, celulose, avicultura, reflorestamento, agropecuária etc.), mas também atuam no mercado de terras.

Portanto, para além do incentivo à mentalidade empresarial e da mudança no perfil da burocracia estatal, o desenvolvimento capitalista no campo pressupõe opor-se obstáculos à tendência especulativa do capital brasileiro, redirecionando-o para a esfera produtiva. Na ausência de tais elementos, compreende-se que as áreas periféricas, como o Nordeste rural, padeçam sob o atraso econômico. Sem tal redirecionamento do capital, os planos governamentais de desenvolvimento regional estavam fadados a transformar-se em ações compensatórias, logrando implantar, no máximo, alguns enclaves de desenvolvimento rural.

2. Mudanças na Estrutura Agrária

As transformações no campo piauiense, iniciadas na segunda metade da década de 1970, tiveram um impacto mais intenso em duas sub-regiões: no extremo-sul e no meio-norte. No Sul, concentraram-se os grandes empreendimentos agropecuários com base em recursos estatais - Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). No meio-norte, notadamente na área do Vale do Parnaíba, as mudanças se intensificaram, por um lado, com a modernização da atividade pecuária, incentivada pela política de crédito estatal; e, por outro, com a implantação de projetos governamentais especiais voltados para a "pequena produção agrícola", em resposta às tensões sociais e políticas provocadas pelo bloqueio do acesso à terra numa área de alta densidade populacional.

A Modernização Pecuária

A política creditícia do Estado, na década de 1970, deflagrou um processo de capitalização agropecuária no Nordeste brasileiro, cujo traço marcante é a crescente passagem de uma pecuária extensiva, que se serve de pastos naturais, para uma pecuária intensiva, que utiliza pastagens plantadas e produtos processados industrialmente (ração e insumos minerais).

Nas linhas de crédito especial, fator principal nessa transformação da pecuária, destacam-se os créditos do PROTERRA e da

SUDENE (Finor-agropecuária). O PROTERRA, programa criado em 1971, fruto de prometidas medidas do Governo diante reiterada miséria na região (oficialmente reconhecida nas "frentes de trabalho" da seca de 1970), teve pouco resultado como distribuidor de terras, mas foi um dos principais instrumentos de modernização da agropecuária no Nordeste. As suas linhas de crédito financiaram, sobretudo, a pecuária bovina, que absorveu 50% do total de recursos financeiros do programa⁵⁵.

A SUDENE, surgida na segunda metade dos anos 1950, inaugurou o planejamento regional no Nordeste. Tal planejamento adquiriu o sentido, menos explícito, de deslocar para fora do aparelho de Estado os velhos proprietários de terras e de controlar a burguesia agroindustrial litorânea, atendendo aos interesses da burguesia "internacional-associada" do Centro-Sul, que buscava a expansão capitalista ("integração nacional")⁵⁶. O incentivo ao investimento capitalista não necessariamente hostilizou os grandes proprietários de terra, que puderam converter parte dos latifúndios em grandes empresas rurais. No capítulo da política agrícola, o regime militar de 1964 garantiu a opção de "modernização sem ruptura"; ou seja, uma modernização assentada na grande empresa e na consequente concentração fundiária⁵⁷. Alguns dados atestam essa diretriz: dos 514 projetos agropecuários aprovados pela SUDENE, no período de 1965 a 1976, a pecuária bovina concentrou 64,4% desse total. O estado da Paraíba obteve o maior número de projetos (111), para uma área média de 1.276 ha⁵⁸. O Piauí, para 42 projetos aprovados, deteve a maior quantidade em área média por projeto: 12.685 ha. Essa característica dos projetos - combinar um pequeno número deles a uma elevada con-

⁵⁵ Ver Teresa Sales. **Agreste, agrestes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cebrap, 1982, p. 41-61.

⁵⁶ Cf. Maranhão; Sampaio, 1987, p. 427.

⁵⁷ Cf. Rubem Murilo L. Rego. Dilemas da questão agrária brasileira. **São Paulo em perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 21-29, 1993. Os efeitos excludentes da "modernização sem ruptura" do campo brasileiro implicaram uma forte questão social, que começa nos conflitos dos sem-terra e se estende na questão da marginalização urbana decorrente dos fluxos migratórios da zona rural.

⁵⁸ Para o Nordeste, os especialistas tendem a considerar "latifúndio" as propriedades acima de 1.000 ha, embora esse valor diminua quando referido a certas sub-regiões.

centração fundiária - era determinada pelo tipo de atividade neles predominante, a pecuária bovina⁵⁹.

A tendência à modernização do campo, já presente em outras áreas do país desde os anos 1960, tinha o sentido de integrar a agricultura à indústria, uma vez que os incentivos creditícios para a utilização de máquinas e implementos agrícolas atendiam prioritariamente ao interesse de expandir o mercado da indústria de bens intermediários instalada no país⁶⁰.

No Piauí, seguindo a tendência regional, ocorreu a incidência direta dos incentivos fiscais no latifúndio pecuarista⁶¹. Embora, ao longo das décadas de 1970 e 1980, a maior parte do volume global de recursos tenha sido destinada à agricultura, em termos relativos, a pecuária foi bem mais aquinhoadada, uma vez que o número de pecuaristas contemplados com crédito foi superior ao número relativo de agricultores e os valores médios dos contratos de crédito direcionados a ela foram mais elevados do que os da agricultura⁶². Estabeleceu-se, assim, uma relação crescente entre, de um lado, o velho latifúndio e a agricultura; e, de outro, entre a pecuária e a grande propriedade capitalizada.

O caráter obsoleto da agricultura é revelado no fato de que 68% do crédito do subsetor foi destinado às atividades de custeio, e apenas 23,3% ao investimento, patamar bem inferior aos estados e às regiões onde predominava a agricultura capitalista. Isso é uma evidência de que, na maioria das propriedades agrícolas, houve pouco interesse na busca de maior produtividade através de inovações tecnológicas. Diferentemente, na pecuária, 83,9% do crédito foi alocado para o investimento (melhoramentos de exploração, açudagens, formação de pastagens, aquisição de reprodutores e matrizes) e 15,7%, para o custeio. Aliás, o financiamento de reprodutores

⁵⁹ Cf. Sales, 1982, p. 60-61.

⁶⁰ Cf. *Idem, ibidem*, p. 30.

⁶¹ Em 1970, o crédito da pecuária representava 13,1% do valor da produção animal, atingindo o nível de 53,2%, em 1975, ao passo que, na produção agrícola, estes valores passaram de 6,1% para 11,5%. (Cf. Bandeira, 1993, p. 49-50.)

⁶² Ver Antônio de Pádua Santos. Dinâmica e problemática do crédito rural no Piauí. **Carta CEPRO**, v. 10, n. 1, p. 36-60, 1984.

e matrizes de elevado padrão genético mereceu dos bancos oficiais um tratamento especial. Esses animais, geralmente oriundos de outros estados da Federação, foram introduzidos no Piauí, principalmente, por ocasião das exposições e feiras agropecuárias, nas quais se faziam presentes as instituições de crédito oficiais, que os financiam sem maior burocracia⁶³. A relativa facilidade de transações bancárias na compra de animais selecionados explica-se fundamentalmente pelas pressões exercidas pelos pecuaristas sobre o Estado para que este destine, através dos bancos oficiais, recursos financeiros ao setor pecuário.

Na região norte do Piauí, incluído o Baixo Parnaíba, a pecuária cresceu em um ritmo mais acelerado do que a agricultura, sendo que, nos municípios onde não foram implantados programas especiais na agricultura, o avanço se deu mais rapidamente⁶⁴. Na produção agrícola, aumentou a importância dos produtores independentes (pequenos e médios proprietários, posseiros), enquanto a produção a cargo dos moradores dos latifúndios perdeu participação⁶⁵.

Em síntese, a hegemonia no bloco agropecuário ao noroeste piauiense tendeu a uma redefinição a favor das frações capitalizadas (grande propriedade pecuária e média propriedade agrícola). Em outras sub-regiões do Nordeste, onde o Estado teve papel decisivo na expansão capitalista, implantando verdadeiros enclaves econômicos, a tendência foi, também, a reconfiguração da hegemonia num sentido favorável às novas classes ou frações de classe. Em Petrolina-PE, por exemplo, a nova configuração do bloco no poder representava, na década de 1970, a coalizão dos "comerciantes e agroindústria", apoiados no crédito estatal, ao passo em que, em

⁶³ Santos, 1984, p.44.

⁶⁴ Bandeira, 1993, p. 291-92. No município de Luzilândia, com programa especial, a agricultura concentrava, em 1975, 88% dos estabelecimentos, segundo a atividade econômica principal de cada unidade produtora, enquanto a pecuária participava com 4%; no período seguinte (1980), a agricultura decaiu para 74,3% e a pecuária eleva-se para 17,6% do número de estabelecimentos. O município de Batalha, sem programa especial, apresenta variação bem maior: em 1975, a agricultura e a pecuária participavam, respectivamente, com 87,5% e 5,7% do total de estabelecimentos, ao passo que, em 1980, a agricultura diminuiu para 58,8% e a pecuária cresceu para 37,1%. Esse resultado praticamente se repete para os demais municípios.

⁶⁵ *Idem, ibidem*, p. 266.

Juazeiro-BA, expressava, no mesmo período, os interesses dos "comerciantes e pequenos burgueses".⁶⁶

De modo geral, as áreas periféricas, como o Piauí rural, foram levadas a modificar a sua forma de participação no capitalismo nacional. De um lado, o velho latifúndio passou a sofrer a concorrência da grande empresa capitalizada, que o condenou a converter-se na empresa rural ou a simplesmente desaparecer. De outro, o velho capital mercantil, associado ao latifúndio exportador, começou a ser superado pelo novo capital comercial importador de produtos industrializados do Centro-Sul e do exterior.

No processo de redefinição da hegemonia na periferia, as políticas governamentais, sob o título de "planejamento regional", constituíram-se num elemento fundamental. Do ponto de vista político, a ação regional tornou-se um recurso através do qual a burguesia monopolista nacional buscou deslocar as oligarquias para fora do aparelho do Estado, submetendo a burguesia regional à sua tutela e, indiretamente, controlando qualquer ameaça representada pelas forças populares⁶⁷.

Sílvio Maranhão e Yoni Sampaio explicitaram a linha principal do conflito de classes dominantes que se travou no terreno da política agrícola:

No interesse dos [velhos] grupos regionais mantém-se inalterada a produção realizando-se o excedente na comercialização e beneficiamento. No interesse nacional modifica-se a composição orgânica com aprofundamento da capitalização, realizando-se o excedente na produção e venda de insumos e equipamentos.⁶⁸

Reconhecemos o caráter sumário das últimas assertivas. No entanto, convém lembrar que este campo de questões - a relação entre o bloco regional e o bloco nacional de classes dominantes - não

⁶⁶ Ronald H. Chilcote. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Edusp, 1990, p. 338-39.

⁶⁷ Maranhão; Sampaio, 1987, p.427.

⁶⁸ *Idem, ibidem*, p. 431.

se constitui em tema de nosso estudo, o qual enfoca a repercussão interna de uma política regional.

A pecuária bovina, a partir dos incentivos governamentais, voltou a ganhar espaço no Baixo Parnaíba⁶⁹. Implantada ali desde o período colonial sob a forma de pecuária extensiva, havia sido superada pelo extrativismo exportador (carnaúba e babaçu), no final do século XIX. Retornou, porém, sob a forma de uma pecuária modernizada (capitalista). A tendência a substituir o latifúndio arcaico (extrativismo ou agricultura de alimentos) pela grande propriedade capitalista (pecuária intensiva) exprime-se através de vários indicadores, como: a) o decréscimo da categoria de "arrendatários"⁷⁰; b) a ascensão vertiginosa do trabalho assalariado temporário⁷¹; c) um sensível crescimento na utilização de tratores⁷², paralelamente ao aumento do uso de fertilização química⁷³.

Por um lado, a diminuição do arrendamento indica a conversão das terras antes utilizadas na agricultura em pastagens do gado. Por outro, o aumento do trabalho assalariado temporário, combinado à mecanização (uso de máquinas e adubos químicos), expressa a modernização das unidades produtivas. Como se sabe, a pecuária intensiva (confinamento do gado, melhoria da raça, pastagens plantadas) exige maior recrutamento de mão de obra apenas em períodos sazonais (adubagem e plantio dos terrenos, colheita da fava, limpeza dos currais), já que, nos intervalos, bastam poucos trabalhadores, a título de assalariados permanentes (ou semiassalariados), para realizar as tarefas rotineiras de cuidados com o gado.

⁶⁹ No período 1970-1985, a atividade pecuária teve um acréscimo de 21% na área ocupada no setor agropecuário, atingindo, em 1985, 56,4% da área total. (Cf. IBGE; **Censo agropecuário - 1970, 1985**).

⁷⁰ O número de arrendatários, no conjunto dos produtores, caiu, entre 1970-1995, de 30,5% para 18,9%. (Cf. IBGE. Censo agropecuário - 1970; 1995).

⁷¹ Em 1970, o trabalho temporário tinha um índice de 18,9%, passando para 61,3%, em 1985. (Cf. *Idem, ibidem* - 1970; 1985).

⁷² No período 1970-85, o número de tratores cresceu 595%, resultado superior à média estadual. (Cf. *Idem, ibidem*).

⁷³ Entre 1970-85, a participação da fertilização química variou de 2,6% para 31,7%. (Cf. *Idem, ibidem*).

Esse conjunto de elementos - diminuição do arrendamento, mecanização, crescimento do trabalho assalariado - retrata o processo de expropriação do "pequeno produtor de subsistência" (morador) no interior dos latifúndios. Alguns desses trabalhadores foram absorvidos pela nova realidade do campo, através dos programas especiais governamentais (Polonordeste, PAPP e outros). A grande maioria, porém, foi expulsa para as áreas urbanas, de onde uma parte volta a procurar trabalho na grande propriedade agrária convertida em unidade capitalista ou semicapitalista⁷⁴. Os conflitos agrários que explodiram no estado expressam, em boa medida, tal processo de proletarianização do campo, como foi anotado em um estudo específico:

No estado do Piauí, os efeitos das políticas de modernização adotadas desde os anos 1970 se manifestam por meio da lenta penetração de empresas capitalistas no campo, da modernização do latifúndio e da especulação com a terra. Em razão desses fatores, as antigas relações sociais que se haviam cristalizado no campo abalaram-se seriamente, o que multiplicou e alterou a natureza e a dinâmica dos conflitos agrários⁷⁵.

Associada à pecuária capitalista, que implica a proletarianização do antigo morador, surgiu a figura do "rendeiro de ponta de rua". Trata-se de trabalhadores que continuam plantando roças em regime de parceria na grande propriedade agrária, mas residem na periferia do núcleo urbano. Para o proprietário da terra, a vantagem em ter o rendeiro não residente é que, terminada a colheita do plantio, aquele poderá transformar a área em pasto para o gado, aproveitando o restolho das roças. Além disso, há a possibilidade de os rendeiros abrirem "picadas" com os roçados nas áreas de mata - anteriormente reservadas para as necessidades dos moradores (consumo de lenha, uso de madeiras para construção de cercas ou reparos junto à casa) - as quais depois se transformarão em área de pastagem, com a plantação de capim.

⁷⁴ Cf. Bandeira, 1993.

⁷⁵ Merlong Solano Nogueira. **Pequenos produtores rurais: movimentos e interações com a reforma agrária.** Brasil e Piauí (1970-1990). 1997. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997, cap. 2: Reforma Agrária: Um Desafio à Democracia.

Por sua vez, o trabalhador, como aponta Manuel Correia de Andrade, parecia viver

[...] neste aglomerado que chama geralmente de 'rua' para ter a liberdade de trabalhar no dia que quiser, frequentar o culto religioso que desejar, votar no candidato que preferir ou que melhor pagar o seu voto, ter vida social mais movimentada, pois organiza danças, geralmente aos sábados, poder frequentar bodegas e tomar cachaça e ter o direito de receber salário um pouco mais elevado.⁷⁶

O tema das relações de trabalho no campo brasileiro é polêmico: debate-se, na bibliografia especializada, o caráter proletário ou servil das diversas categorias de trabalhadores. A controvérsia envolve também o caso do *rendeiro de ponta de rua*. Pensamos encontrar apoio suficiente em vários estudos no sentido de caracterizá-lo como *proletário rural*, apesar de parte dos trabalhos não assumir explicitamente tal tese. Dentre os que nos fornecem elementos para uma descrição do rendeiro de ponta de rua, compatível com a tese da proletarização,⁷⁷ destacamos os de Lygia Sigaud, *Os Clandestinos e os Direitos*⁷⁸; Beatriz Heredia, *Formas de Dominação e Espaço*⁷⁹; e Maria Conceição D'Incao, *O "Boia-fria": acumulação e miséria*⁸⁰.

Lygia Sigaud destaca o fato de que a ausência da *moradia* redefine as bases da relação entre o patrão e o trabalhador-rendeiro, desaparecendo a relação de dependência pessoal. Isso se expressa no próprio ato que estabelece o vínculo de trabalho: antes o trabalhador ia solicitar pessoalmente ao proprietário o acesso à terra, sendo o pedido de *morada* o veículo de tal solicitação; agora, o trabalhador se

⁷⁶ Manuel Correia de Andrade. **A terra e o homem no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980, p. 127.

⁷⁷ Jacob Gorender parece incluir a categoria do *rendeiro de ponta de rua* na modalidade pré-capitalista de relação de trabalho, pois lista o "pequeno rendeiro" no rol das "formas camponesas dependentes", ao lado das categorias de morador, colono, parceiro (Gorender, 1994, p. 51).

⁷⁸ L. Sigaud. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

⁷⁹ B. Heredia. **Formas de dominação e espaço social**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

⁸⁰ M. C. D'Incao. **O Bóia-fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Vozes, 1983.

entende com o capataz da fazenda sobre as condições e o aceite do arrendamento da terra, e não mais diretamente com o patrão. A mediação do capataz marca a relação *impessoalizada* dos trabalhadores-rendeiros com o dono da terra. Na época do sistema da moradia, isso era impensável: os termos do "contrato" de trabalho eram assunto estrito entre o patrão e o trabalhador.

Beatriz Heredia, por sua vez, chama a atenção para a diferença entre o "ter roçado", próprio do *morador*, e o "botar roçado", típico do *rendeiro de ponta de rua*. Esse apenas "bota roçado", porque não possui a garantia de renovação do acesso à terra. Para o *morador*, a renovação era continuada, enquanto perdurasse a relação de moradia com determinado proprietário, que podia prolongar-se por uma ou mais gerações, criando o sentimento de que o trabalhador "tinha um roçado"; portanto, o acesso à terra era, de certa forma, permanente.

Maria Conceição D'Incao, apoiando-se no ensaio de Caio Prado Júnior, "Contribuição para a Análise da Questão Agrária no Brasil"⁸¹, caracteriza o *pequeno rendeiro* no estado de São Paulo, o qual se aproxima do caso do rendeiro de ponta de rua no Nordeste brasileiro⁸², como *proletário rural*⁸³. Embora Caio Prado Júnior aplique o conceito de proletário inclusive para o *colono* e o *morador* da grande propriedade rural (com o que não concordamos), a sua linha de argumentação encontra menos objeção, a nosso ver, quando aplicada ao caso do *rendeiro de ponta de rua*. De fato, esse pode ser considerado partícipe de um "mercado livre de trabalho", no qual as relações de trabalho "não são relações de pessoa e estatutos pessoais", mas "unicamente relações mercantis"⁸⁴. É que o *rendeiro de ponta de rua*, ao

⁸¹ Cf. Caio Prado Jr. Contribuição à análise da questão agrária no Brasil. In: Caio Prado Jr. **A questão agrária**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

⁸² A diferença é que o "pequeno rendeiro", no estado de São Paulo, reside no interior da propriedade, no período do arrendamento (1 a 3 anos), porém, com o pagamento de um aluguel. Ele deve abandonar a moradia após o término do contrato.

⁸³ A autora qualifica tal proletário rural de "semiassalariado", em razão de sua condição de *miserabilidade*, isto é, de não auferir renda acima do salário mínimo oficial. Mas, como veremos adiante, essa qualificação ficaria melhor sob o termo "subassalariado".

⁸⁴ Cf. Caio Prado Júnior, 2000, p. 66-7.

*contrário do colono ou do morador*⁸⁵, encontra-se livre dos elementos de coerção extraeconômica na relação de trabalho, tais como a cadereta de dívidas no barracão e a proibição de vender o produto fora da fazenda.

Os estudos também anotam as mudanças no âmbito do núcleo familiar do trabalhador-rendeiro, as quais expressam a passagem ao assalariamento. Assim, a estratégia do *rendeiro de ponta de rua* para se manter durante o período de cultivo da roça é empregar a mão de obra familiar (esposa e/ou filhos) em atividades assalariadas urbanas. Na vigência da *moradia*, a mão de obra familiar era, em geral, utilizada no auxílio ao trabalho da roça. A possibilidade de plantar vários produtos em ciclos diferentes garantia ao morador o consumo familiar durante todo o ano agrícola. Atualmente, o trabalhador-rendeiro encara o ato de "botar roçado" como uma extensão do trabalho assalariado, como uma atividade para obter a subsistência via mercado. A plantação foi restringida, normalmente, a um único produto, sem a possibilidade de alternância de ciclos de culturas, uma vez que deve haver o período de pousio da terra destinado à pastagem do gado. O rendeiro de ponta de rua já não pode produzir os bens essenciais à sua reprodução, nem utilizar a força de trabalho na atividade agrícola todo o ano.

Altera-se, então, o caráter da unidade familiar, que deixa de ser uma unidade de produção para converter-se numa unidade de consumo. Com efeito, antes, o *morador* controlava a força de trabalho familiar, distribuindo-a entre as necessidades do roçado e as exigências do proprietário; agora, o *rendeiro de ponta de rua* perde o controle da inserção da mão de obra familiar nas relações de trabalho, passando ela a ser regida pelas oportunidades do *mercado de trabalho*. Restou ao chefe da família um controle apenas da distribuição do consu-

⁸⁵ Pesquisas como a de W. Dean (**Rio Claro**: um sistema de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.), para o caso do *colonato* no Estado de São Paulo, e a de Afrânio Garcia Jr. (Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. **RBCS**, v. 3, n. 7, 1988.), para o da relação de *moradia* no Nordeste, mostram que as formas de coerção extraeconômica, longe de constituírem um fato episódico, como um resquício do passado escravista dessas áreas (argumento de Caio Prado Jr.), são um elemento sistemático daquele tipo de relação de trabalho no campo.

mo no interior do núcleo familiar (o pai centraliza os ganhos dos filhos e da esposa)⁸⁶.

Todos esses elementos - impessoalidade na relação de trabalho, limite na posse da terra, fim da coerção extraeconômica, mudança da função do núcleo familiar - concorrem, portanto, para definir o *rendeiro de ponta de rua* como parte integrante do proletariado rural. Cabe ainda apresentarmos um argumento mais sistemático, que sirva de base a essa caracterização.

O nosso argumento, demonstrativo do caráter proletário do *rendeiro de ponta de rua*, segue uma estratégia análoga à adotada por Décio Saes para mostrar que o *colonato* e a *moradia* são relações de trabalho de natureza servil e não de assalariamento⁸⁷. Coube-nos, em parte, inverter o seu raciocínio, procurando evidenciar que o *rendeiro de ponta de rua* participa de relações de trabalho salariais e não de relações de natureza servil. Um aspecto fundamental é de que o *rendeiro de ponta de rua* deixou de ser um trabalhador sob condição ao abandonar a relação de moradia. Ele já não precisa se submeter aos dias do *cambão*, nem participar dos *mutirões* do proprietário. E não o faz porque a sua subsistência já não depende diretamente do vínculo à terra. O fim da posse da terra como meio de subsistência e dos dias de trabalho consagrados ao patrão tende a ocultar, aos olhos do trabalhador-rendeiro, a distinção, antes óbvia ao *morador*, entre o trabalho *necessário* à sua subsistência e o trabalho *excedente* apropriado pelo dono da terra. Ora, o ocultamento da relação trabalho necessário/trabalho excedente representa o efeito ideológico próprio a toda relação de assalariamento.

Mas o trabalhador-rendeiro sofre o efeito ideológico do assalariamento de uma maneira específica, decorrente de sua relação com o principal meio de produção: a terra. Devido ao fato de o proprietário não realizar qualquer investimento na terra, o ganho do proprietário (o pagamento da renda) torna-se facilmente passível de crítica, por parecer injusto. O que anteriormente impedia a renda paga pelo *morador* de sofrer a mesma crítica era o fato de o trabalho excedente não ser visto como *remuneração* ao proprietário, mas como um *tribu-*

⁸⁶ Cf. Sigaud, 1979; e Heredia, 1988.

⁸⁷ Saes, 1985, p. 210-13.

to - em contrapartida ao acesso à terra⁸⁸. No entanto, o trabalhador-rendeiro, preso à ideologia do assalariamento (ela opera com o critério de que patrão e empregado recebem uma remuneração "justa", proporcional à participação - com trabalho ou com propriedade (capital) - de cada um), não questiona a origem da injustiça - o título de propriedade privada da terra -, mas reclama da situação particular de *concentração da terra*, que lhe impede de apropriar-se de um pequeno lote.

Façamos, por fim, alguns comentários críticos a outras interpretações sobre a natureza da relação de trabalho do *rendeiro de ponta de rua*.

O *rendeiro de ponta de rua* não deve ser visto como um caso de sistema *misto* de relações de trabalho, no qual estaria presente um trabalhador semiproletário ou semiassalariado. De fato, o sistema da moradia comportou, numa situação de crise, a coexistência de relações salariais, sob a forma de diárias. De início, os moradores recebiam um pagamento, em diárias, inferior ao recebido por eventuais trabalhadores de fora da propriedade (contratados sob a forma de empreitada). O valor inferior destinado aos moradores era parte do sistema de sujeição da moradia. A forma monetária de pagamento está aqui subordinada à ideologia da sujeição típica da relação feudal de trabalho.

Com as pressões pela modernização do latifúndio, como no caso do latifúndio da cana-de-açúcar, na zona litorânea do Nordeste, os benefícios da moradia tendem a reduzir-se (restrição das terras de roçado, proibição da cria de pequenos animais), ao mesmo tem-

⁸⁸ Conforme descreve James Scott (em *Patronage or exploitation*. In: E. Gellner; J. Waterbury (Org.). **Patrons and clients in mediterranean societies**. Nova Iorque: London, 1977), numa comunidade de produtores rurais dependentes, a questão da exploração do trabalho, num contexto de estabilidade social, tende a ser respondida não em termos de sua medição objetiva (salário), mas de um *direito à vida* (tributo). A exploração tende a ser vista como *inevitável*: o que importa é a sua forma, se ela se faz acima ou abaixo da linha de subsistência do camponês e sua família. A dependência é legitimada se a extorsão não ultrapassa a subsistência do camponês e se há a expectativa de que o patrão não deixará de protegê-lo nas situações de dificuldades de sobrevivência. Quando as necessidades para a subsistência dos produtores são violadas, deve-se esperar a crescente percepção deles sobre a relação de trabalho como uma "cumplicidade forçada" (injusta).

po em que os moradores passam a receber pagamento por dia de trabalho ou pelas tarefas realizadas, equivalente ao dos trabalhadores de fora. Nesse caso, o sistema da moradia passa a sofrer a competição do sistema de assalariamento, abrindo-se uma situação de conflitos na qual o trabalhador opera com referenciais contraditórios. Isso explica por que os trabalhadores rurais, vivendo uma conjuntura de crise, reivindicam a aplicação dos benefícios da legislação do trabalho, conquistados pelos trabalhadores urbanos, para gerir o "contrato" da *moradia*, que se rege por uma lógica estranha aos direitos trabalhistas decorrentes do assalariamento. Pode-se falar aqui em um sistema *misto*, no qual surge a tensão entre a prática da *moradia*, em declínio, e a prática do *mercado* de trabalho, que ainda não se impôs.

Mas não devemos aplicar a noção de sistema *misto* ao caso do *rendeiro de ponta de rua*, porque ele, ao ser expropriado da posse contínua da terra (sistema da moradia), despiu-se da relação de dependência pessoal ao patrão, e, conseqüentemente, da *sujeição* no trabalho. O fato de, muitas vezes, o trabalhador-rendeiro ainda desejar a posse contínua de um lote de terra, não mais como *morador*, mas como *pequeno proprietário*, não invalida ou relativiza a sua subordinação à ideologia mercantil do trabalho, pois o que ele passa a valorizar é a condição de *independência*, aspecto comum entre o trabalho assalariado e a pequena propriedade (como também o pequeno "negócio").

Também não deveríamos falar em trabalhador semiproletário ou semiassalariado, pelo fato de os *rendeiros de ponta de rua* (sendo isto também válido para os trabalhadores *volantes* ou *boias-frias*) estarem excluídos do amparo da legislação do trabalho. De fato, existem algumas condições, independentemente da forma do arrendamento (cota-meia, simples plantio de pastagem), a que o trabalhador-rendeiro deve se submeter, como: (a) a ausência de um contrato de arrendamento legalizado; (b) a interdição de cultivo de plantas de ciclo vegetativo superior a um ano; e (c) a proibição de moradia no roçado. Sob tais condições, o proprietário pode, a qualquer momento, tirar o pequeno rendeiro da terra, sem que esse tenha argumentos para reclamar os direitos trabalhistas. Mas a ausência de tais direitos implicaria que os efeitos ideológicos do assalariamento não fossem produzidos? Parece ser essa a posição de Paola Giuliani,

ao afirmar que "[...] estes direitos [trabalhistas] têm um peso fundamental para esconder ideologicamente a desigualdade real do contrato de trabalho"⁸⁹. Como, porém, a autora explicaria, na conjuntura neoliberal das sociedades de capitalismo avançado, a flexibilização ou simples extinção dos direitos sociais trabalhistas? Ora, o elemento fundamental para a subsistência da relação de assalariamento não são os direitos *sociais*, mas os direitos *civis* (liberdade de ir e vir, de contratar etc.), percepção manifestada, em outros termos, pelos trabalhadores diaristas, quando preferem trocar os *direitos* (trabalhistas) pela *liberdade* (de buscar a melhor oferta de trabalho em um curto espaço de tempo).

É possível, no entanto, concordar com Paola Giuliani quando afirma que a ideologia burguesa do trabalho que sujeita os trabalhadores rurais temporários encontra-se "incompleta", comparada à ideologia do trabalho presente entre os trabalhadores urbanos. Assim, enquanto estes lutam para assinar a carteira de trabalho e obter os benefícios trabalhistas concedidos pela ordem burguesa, aqueles foram levados a abdicar da luta por tais direitos. Trata-se, portanto, no que diz respeito aos trabalhadores rurais temporários, de uma ideologia do trabalho *limitada*, em razão das condições de formação do mercado de trabalho no campo brasileiro, marcado pela alta concentração da terra e pela abundância de oferta de força-de-trabalho, fatos que acentuam a competição entre os trabalhadores e os induzem a aceitar a não vigência das leis trabalhistas. No entanto, tal limitação da consciência dos trabalhadores rurais temporários não implica que ela já não reproduza o elemento essencial da ideologia burguesa do trabalho: o ocultamento do mecanismo de extorsão do sobretrabalho.

Observando o nível de renda, podemos dizer que o *rendeiro de ponta de rua* é um "subproletário" (diferente do "semiproletário"), no sentido de que os seus ganhos estão, em média, abaixo do patamar obtido por um trabalhador dos grandes centros urbanos. O nível inferior de salários no campo deve-se, em parte, à

⁸⁹ Paola Giuliani. Relações de trabalho assalariado: confrontação social e propostas de mudança. In: Mestrado de Sociologia e Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (Org.). **Relações de trabalho e relações de poder: mudanças e permanências**. Fortaleza: UFC, 1986, p. 182.

supercompetição a que os trabalhadores rurais se encontram submetidos.

Assim, os *limites* impostos ao caráter proletário do *rendeiro de ponta de rua* - a ausência das garantias trabalhistas e o nível inferior de remuneração - expressam não a persistência de vínculos com um passado de relações pré-capitalistas (não assalariadas), mas as próprias condições do assalariamento no campo brasileiro.

Outro aspecto transitório das relações de trabalho no latifúndio pecuarista refere-se à figura do vaqueiro. Como anotou Manuel C. de Andrade,

O vaqueiro hoje é um simples empregado adaptado ao trato de animais, sabendo laçá-los, fazer curativos de urgência, ordenhar as vacas, etc. Não se assemelha aos dos primeiros tempos e, ainda hoje, aos do Sertão, que vestidos de couro varam as caatingas a procura das reses mais ariscas. O animal, criado em cercados de pequena extensão, vindo ao curral com frequência a fim de ser vacinado, ferrado, ordenhado, curado de bicheiras ou enfermidades e arraçoado, é sempre manso e facilmente conduzido pelo vaqueiro. Por isto, este hoje administra ou assiste ao proprietário na administração, fiscaliza e conserta cercas, conduz os animais a serem vendidos nas feiras, conduz os animais nas migrações sazonais, ordenha e fiscaliza a entrega do leite que se destina à venda.⁹⁰

O vaqueiro, embora continue a ter casa para morar e direito de montar roçado, recebe a outra parte do seu pagamento em dinheiro. O costume de pagar ao vaqueiro com um quarto de bezerros nascidos - a "quarta" - foi abolido, uma vez que o gado da região, cruzado com o zebu, o holandês, está muito valorizado, o que eleva consideravelmente a renda destinada ao vaqueiro se o pagamento continuar a ser feito em espécie. Assim, como assinala, mais uma vez, Manuel C. de Andrade,

⁹⁰ Andrade, 1980, p. 170.

[...] o pagamento em moeda, substituindo a 'quarta', de uso ainda generalizado no Sertão, onde domina o gado crioulo ou 'pé duro', não representa uma melhoria para o vaqueiro, mas uma inferiorização sobre a remuneração anterior, pois o proletariza e impede que, como ocorria no passado, ele tenha a oportunidade de tornar-se fazendeiro.⁹¹

Podemos, assim, interpretar a nova condição do vaqueiro como um sistema *misto* de relações de trabalho: o vaqueiro continua a fazer parte do sistema da moradia; mas também assume a condição de um assalariado permanente, sendo que o componente salarial tende a sobrepor-se ao da moradia, no limite, com a abolição da área de roçado.

A Migração Rural

A modernização pecuária, que envolve, entre outros aspectos, a alternância dos roçados com o ciclo da pastagem, provoca uma perda crescente da população rural (expulsão dos moradores). No período 1970-1980, houve uma queda de 8,4% da população rural no Baixo Parnaíba Piauiense, enquanto entre 1980 e 1991 a taxa de evasão aumentou para 9,2%⁹². Esse fluxo migratório tem características distintas da emigração das décadas de 1960 e 1970, relacionada à crise da produção extensiva do latifúndio e à atração dos grandes centros urbanos e industriais⁹³. Na fase recente, os trabalhadores expulsos das propriedades rurais, ao invés das grandes cidades, se detêm nas periferias dos pequenos núcleos urbanos, e passam a buscar trabalho nos latifúndios transformados.

Em consequência, por um lado, das mudanças na estrutura latifundiária e, por outro, da substituição do capital mercantil exportador de produtos primários pelo capital comercial importador de bens industrializados, implica um novo fluxo populacional e novas relações de classes, o perfil dos núcleos urbanos se modifica.

⁹¹ *Idem, ibidem*, p. 171.

⁹² IBGE, **Censo demográfico**, 1970, 1980, 1991.

⁹³ Cf. Olavo Ivanhoé Bacellar; Gerson Portela Lima. **Causas e tendências do processo migratório piauiense**. Teresina: Fundação CEPRO, 1990.

Em geral, o urbano pré-capitalista caracteriza-se pela proximidade física dos grupos sociais, embora a mistura seja marcada pela distância social a partir dos gestos, roupas, cor da pele (uma herança do escravismo), com os habitantes agregando suas casas, nesse tipo de cidade, sem algum planejamento. Já o urbano capitalista define-se pela segregação social: de um lado, bairros proletários, carentes de equipamentos sociais e, de outro, bairros burgueses, bem servidos de tais equipamentos. O solo urbano, por sua vez, entra na lógica do mercado, tornando-se valioso, segundo a sua extensão e a proximidade do centro comercial, com a terra esquadrinhada em lotes que se adquire de acordo com o poder aquisitivo⁹⁴.

Os núcleos urbanos da região piauiense veem surgir, em curtíssimo período, bairros inteiros, compostos por um proletariado agrícola em formação (trabalhadores diaristas, pequenos rendeiros). As estatísticas populacionais mostram que, entre 1970 e 1991, a população urbana mais que duplicou no Baixo Parnaíba, aumentando em 142,8%. Em termos proporcionais, a população urbana, que, em 1970, representava 21,6% do total populacional, passou, em 1991, para 39,2%.

Geralmente, diante da dificuldade de os trabalhadores recém-chegados nas cidades adquirirem local de moradia, a Prefeitura entra com os terrenos e eles constroem as casas em regime de mutirão. Como a área dos novos bairros periféricos pertence, em regra, aos proprietários rurais, uma forma de os trabalhadores obterem o título de propriedade é abater a dívida no valor que receberiam pelos seus direitos - indenizações pelas benfeitorias (casa, lavouras permanentes, animais) - de ex-moradores das propriedades rurais. A Prefeitura, ao afiançar os acordos, atua como um intermediário na resolução dos conflitos trabalhistas.

Outra forma de aquisição da moradia urbana são os conjuntos habitacionais populares, construídos com recursos governamentais. As casas são distribuídas mediante um nível de pagamento compatível com a baixa renda dos trabalhadores. Dessa forma, o Estado passa a arcar com uma parte dos custos reprodutivos da força de

⁹⁴ Para a comparação entre as cidades pré-capitalista (feudal) e capitalista, conferir Raquel Rolnik. **O que é cidade**. 2. Ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

trabalho, incluindo o acesso aos serviços de água, luz, arruamento e outros. Não é difícil entrever o potencial clientelístico da distribuição, por parte das prefeituras, de bens relacionados às carências imediatas dos trabalhadores⁹⁵.

Os Projetos Especiais Governamentais

Em toda a região norte do Piauí, a estrutura fundiária apresenta um perfil altamente concentrado. Essa concentração, combinada ao adensamento populacional advindo com o auge do extrativismo exportador ali praticado, acarreta uma forte pressão pelo acesso à terra.

A concentração da terra na região tem origens seculares, que remetem à natureza da colonização do estado, fruto, em grande parte, do crescimento da pecuária extensiva, praticada no interior nordestino. O sistema de produção acoplado à pecuária extensiva caracteriza-se pela existência de: a) grande propriedade; b) relações de produção de tipo parceria (vaqueiro e morador). Desse sistema derivam dois fatores impeditivos do desenvolvimento da pequena agricultura mercantil: a concentração da terra, destinada aos pastos; e a ausência de um mercado interno estimulador⁹⁶.

Na primeira metade do século XX, desenvolveram-se, no norte piauiense, as atividades extrativas ligadas à exploração da cera de carnaúba e da amêndoa do babaçu, destinadas ao mercado externo. Porém, o ciclo exportador extrativista foi um fato episódico, não chegando a provocar uma mudança na estrutura agrária. A economia agrária regional manteve: (a) o uso de técnica de exploração bastante primitiva, sem exigir a inversão de capital; e (b) a forma de produção típica da economia pecuarista - a grande unidade, consorciada à agricultura de subsistência (moradia).

Podem ser citadas como as principais consequências do ciclo de produção extrativo-vegetal: 1) a continuidade da velha estrutura agrária, engendrando elementos que atuaram apenas temporariamente como amenizadores da sua crise; 2) a consolidação do cen-

⁹⁵ Abordaremos o ponto da relação entre as políticas sociais (em particular, a política habitacional) e o clientelismo no capítulo 4, item 4.1.2.

⁹⁶ Cf. Martins *et al.*, 1979, parte I, cap. 1: O caráter da colonização piauiense.

tro da economia piauiense na região norte do Estado (Baixo e Médio Parnaíba); 3) os melhoramentos urbanos na região norte, devidos ao reforço das finanças estaduais; 4) o crescimento exacerbado dos serviços (principalmente o comércio), de um modo que reforçou a concentração populacional.⁹⁷

Entretanto, a partir da Segunda Guerra Mundial, passado o auge das exportações de produtos extrativos, a partir da invenção dos produtos sintéticos, a economia latifundiária não enfrentou, de forma ativa, a sua crise (concentração da terra, baixa produtividade, emigração), prolongando-a até os anos 1970, quando a agropecuária do país já sofria transformações estratégicas desde os anos 1960⁹⁸.

Fatores internos e externos concorreram para o atraso que as classes dominantes no Piauí enfrentaram em relação à crise agrária. No plano interno, um primeiro elemento refere-se ao fato de que o sistema de pecuária extensiva e de produtos extrativos gera uma economia de base latifundiária "autossuficiente". Os bens de alimentação, os utensílios domésticos e os instrumentos para o trabalho são produzidos, em boa parte, no interior da grande propriedade, inibindo a expansão de um mercado consumidor e uma maior diversificação da economia local. Um segundo elemento diz respeito ao "parasitismo" do capital mercantil. Como enfatiza Wilson Cano, o capital mercantil, em razão de se alimentar da debilidade e da subordinação da esfera produtiva, tende a bloquear o desenvolvimento da economia nativa⁹⁹.

No plano externo, não há dúvida de que alguns mecanismos de "acumulação primitiva" subordinaram a economia rural do Nordeste à economia industrial de São Paulo, conforme analisa Francisco de Oliveira. Em primeiro lugar, o Nordeste continuou uma região especializada em produtos primários, ao mesmo tempo em que se convertia em mercado consumidor da indústria paulista. Em segundo lugar, o excedente econômico da região tem sido mais atraído para investimentos na região industrializada. E, em terceiro lugar, a expan-

⁹⁷ Cf. Martins *et al.*, 1979, parte I, cap. 2: Subsistência e exportação em uma zona de pecuária extensiva.

⁹⁸ Cf. Martins *et al.*, 1979, parte II, cap. 3: Estrutura social.

⁹⁹ Cf. Wilson Cano. Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. *In*: S. Maranhão (Org.). **A questão nordestina**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

são industrial paulista determinou no Nordeste a "destruição" do capital local tradicional (indústria têxtil etc.)¹⁰⁰.

O atraso da base agrária da região periférica decorre também da política compensatória e assistencialista do Estado nacional. Havia a percepção das classes dominantes no Nordeste de que as transações comerciais interestaduais operacionalizavam uma transferência de recursos de uma região para outra, daí a reivindicação de se aplicar os recursos governamentais em infraestrutura e crédito agrícola na região menos favorecida, bem como o socorro às secas. Na prática, boa parte dos benefícios eram capturados pelo velho latifúndio, que assim prolongava a sua existência¹⁰¹.

Por isso, se a criação da SUDENE significou uma alteração na política dominante favorável ao desenvolvimento da periferia, no Piauí, a concepção desenvolvimentista ganhou alguma base real somente na segunda metade dos anos 1970. O fraco desempenho da economia estadual diminuía o poder de barganha do grupo político dirigente junto aos órgãos de política econômica regionais e federais, colocando-o em desvantagem na disputa pelos recursos federais. Embora tenha ocorrido uma mudança no discurso dominante, da defesa de uma política "compensatória" para a defesa de uma política de "desenvolvimento planejado", na prática, houve pouca diferenciação, pelo menos em relação ao setor agropecuário. Foram implantados alguns enclaves de modernização agrária, mas não a ponto de alterar o perfil da estrutura no estado como um todo, levando-se em conta a posição da pequena propriedade agrícola¹⁰². Retrospectivamente, o significado dos projetos e programas governamentais foi muito mais o de aliviar as tensões sociais, atuando sobre as áreas de "sangria" do êxodo rural¹⁰³. Apesar disso, o impacto da ação governamental sobre

¹⁰⁰ Cf. Francisco de Oliveira. *Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

¹⁰¹ Cf. Martins *et al.*, 1979, parte III, cap. 3: Relações sociais e políticas.

¹⁰² Cf. Bandeira, 1993. O autor não aponta o caráter compensatório dos programas especiais governamentais, talvez porque não separe os efeitos de tais programas (ponto de vista da pequena propriedade) e os da política econômica mais ampla (ponto de vista da grande propriedade). Podemos sugerir a hipótese de que são os últimos que explicam a reversão no quadro de estagnação agropecuária no estado.

¹⁰³ Outro aspecto ligado aos programas e projetos de apoio à pequena produção agrícola era que o Governo Federal tinha a necessidade de baratear o preço dos alimentos, na sua ação de combate à inflação. (Cf. Gorender, 1994).

a estrutura social em tais áreas localizadas não deixa de ser considerável.

A Modernização da Pequena Propriedade

Na segunda metade dos anos 1970 e nos 1980, o Baixo Parnaíba Piauiense foi palco da ação de vários programas governamentais, cujo objetivo explícito era levar benefícios aos pequenos produtores (dentro e fora dos latifúndios). Dois deles, o Projeto Vale do Parnaíba e o Pró-Várzeas, atingiam mais efetivamente a questão fundiária¹⁰⁴.

Implantado na região norte do Estado, o Projeto Vale do Parnaíba foi o primeiro a abordar o problema da estrutura fundiária. Ele significava uma reformulação do antigo PDRI Delta do Parnaíba, um subprograma do Polonordeste, implantado em 1976, cujas principais preocupações residiam nos aspectos de infraestrutura (estradas, eletrificação) e de modernização da produção agropecuária (crédito, assistência técnica e de pesquisas), mas que terminaram beneficiando amplamente os grandes proprietários, em detrimento do público-alvo do projeto, os pequenos produtores (proprietários e não proprietários). Aos seus objetivos, o Projeto incluiu a meta de redistribuição de terras, procurando atingir o produtor sem-terra. O diagnóstico que fundamentou a implantação do programa, cuja formulação e montagem contaram com o apoio técnico e com recursos do Banco Mundial, reconhecia como o principal problema para o desenvolvimento agrícola na região o bloqueio do acesso à terra, pois a estrutura fundiária vigente era altamente concentrada e reprodutora de relações de trabalho obsoletas.

A repercussão desse programa, em termos de mudanças na estrutura fundiária, foi limitada: o percentual de terras adquiridas por município foi pequeno, bem como o número de lotes em relação à quantidade de trabalhadores sem-terra¹⁰⁵. Em geral, a situação dos

¹⁰⁴ As informações referentes aos projetos especiais governamentais e suas relações com a estrutura agrária na região encontram-se em Bandeira, 1993.

¹⁰⁵ No Baixo Parnaíba, foram adquiridos 83.584 ha, representando algo em torno de 6,3% da área da microrregião. Ademais, foi constatado, por uma comissão de auditoria, após várias denúncias na imprensa local, que 44,4% do total das terras adquiridas

beneficiários do projeto pouco mudou em comparação aos produtores não beneficiários. Porém, na sub-região do Baixo Parnaíba, os resultados foram mais positivos, tomando-se como parâmetro a produtividade, pois, nessa área, as terras são de melhor qualidade ou apresentam melhor localização no que se refere ao acesso aos mercados.

Outro programa executado na região norte do estado foi o Pró-Várzeas (1985-1987). Nas áreas irrigadas do Pró-Várzeas, o proprietário entregava pequenos lotes para produtores sem-terra (em média 1 ha por família), os quais eram explorados através do trabalho familiar. Em geral, o proprietário fazia todos os investimentos na terra e a entregava ao pequeno produtor, normalmente sob o regime de meia quota-parte da produção. O produtor, por sua vez, encontrava-se inteiramente subordinado ao mercado, pois todas as suas condições de vida tinham que ser buscadas nele; a sua parte na produção também se destinava, na quase totalidade, ao mercado.

Essa modalidade de parceria constituiu um modo de transição entre a forma originária de renda e a renda capitalista, pois, como mostra Wiliam Bandeira, a parte que cabe ao proprietário (50% da produção) "[...] não constitui somente renda, mas inclui os juros do capital aplicado na terra, resultantes de gastos com limpeza, drenagem, bombas, mangueiras, sistematização do terreno, etc."¹⁰⁶ A cota destinada ao proprietário pode absorver todo o excedente do parceiro ou meeiro. Portanto, a formação desse tipo de relação não significa recriar simplesmente as velhas relações de trabalho, mas representa um avanço para formas de relações mais desenvolvidas.

Segundo o mesmo autor, o proprietário não utiliza diretamente a forma do salário monetário, porque certas condições deveriam ser cumpridas para a introdução do assalariamento puro nas áreas irrigadas: um certo patamar de desenvolvimento das forças produtivas que propiciasse a introdução de tarefas padronizadas, facilitando

pelo programa no norte do estado apresentavam irregularidades, tais quais: a) compra de terras inviáveis para a agricultura; b) pagamento em valores superiores ao preço de mercado ou estipulado em mercado; c) recebimento de glebas inferior ao constante dos contratos; d) compra de terras sem verificação ou análise da "Comissão de Avaliação"; e) áreas adquiridas não encontradas. No processo de compra das terras valiam o poder de barganha ou o prestígio político do ofertante.

¹⁰⁶ Bandeira, 1993, p. 331.

o emprego de mão de obra menos qualificada, além de outros fatores específicos, como: a) dificuldades dos proprietários em dispor de um capital de giro; b) acúmulo de atividades econômicas dos proprietários; c) vantagens do proprietário em subordinar o parceiro na comercialização da sua quota-parte.

Dois projetos de irrigação do DNOCS encontram-se na área do Baixo Parnaíba. Os projetos, como os outros programas governamentais de irrigação, criaram certa diferenciação entre os "pequenos produtores". Assim, os produtores selecionados receberam algum tipo de apoio à comercialização, ao fornecimento de crédito e à assistência técnica, tornando-se ligados ao mercado. No entanto, tais projetos não tocaram nos problemas provocados pela seca, pois não atingiram os trabalhadores afetados pelo fenômeno, além do que os empregos criados não foram significativos, já que os projetos provocaram a expulsão dos antigos moradores que viviam nas áreas, quando da requisição das terras.

Muitos dos produtores diziam-se perseguidos pelas gerências dos perímetros de irrigação e tinham medo de ser afastados do projeto. Era visível a concepção autoritária e tecnocrática do corpo administrativo: era como se os camponeses estivessem nos projetos *"de favor"*. O sonho da maioria dos camponeses era *"ganhar um dinheiro para comprar um pedaço de terra irrigada"*, sem a interferência do DNOCS (somente em um prazo de uma geração os trabalhadores teriam as condições de obter o título de propriedade dos lotes de terra). Havia também um empreguismo desenfreado nos perímetros: em 1987, a média era de um funcionário para cada dois produtores, sem contar os funcionários da autarquia, lotados na sede regional, que estavam de alguma forma envolvidos com os projetos de irrigação¹⁰⁷.

De modo geral, na medida que as classes dominantes no país rejeitavam um programa de desenvolvimento agrícola contemplador de uma reforma agrária global, a quase totalidade dos projetos governamentais, que tinham como objetivo explícito beneficiar a "pequena produção", estava condenada ao fracasso, pois eles

¹⁰⁷ Cf. Antônio Carlos de Andrade. A irrigação pública: o DNOCS no Piauí. In: Antônio Carlos de Andrade. **Secas e irrigação pública no Nordeste do Brasil: mitos e realidades** - a grande seca de 1979-1984 e o DNOCS no Piauí. São Paulo: Editora da USP, 1996.

não passavam de tentativas de ação compensatória e paliativa diante de um problema mais amplo: o da existência de uma massa de trabalhadores sem-terra e sem perspectivas de integração ao modelo de desenvolvimento agrícola, centralista e concentrador, previsto para os complexos agroindustriais¹⁰⁸.

A novidade desse programa consistiu em apoiar "as comunidades de pequenos produtores", que, organizadas, devem definir as suas prioridades. O conceito central já não é o de "área-polo", mas o de "comunidade". Explicita-se o abandono da tentativa de converter o programa numa *política de desenvolvimento* para caracterizá-lo como uma *política social* (assistencial).

O PAPP incorporou, dos programas anteriores, o papel de apaziguador das tensões nas áreas de conflito aberto, a ser desempenhado juntamente com o INCRA. O pouco realizado, em termos de aquisição de terras na região, foi em razão da existência de conflitos, cuja natureza dizia respeito a: a) o desacordo em relação ao montante da renda cobrada pelo proprietário, em geral muito além do estabelecido pelo Estatuto da Terra; b) a expulsão de antigos posseiros de áreas particulares ou griladas; c) a expulsão de moradores que se recusam a cumprir as exigências do patrão.

Em relação ao crédito bancário, uma boa parte dos produtores não o tem utilizado para a melhoria real do processo produtivo, mas para atender a outras necessidades, como a sua sobrevivência durante a entressafra.

Na linha dos programas de irrigação, o PAPP apoia, por exemplo, a comunidade da Lagoa de Campo Largo, no município de Porto. As famílias beneficiadas com os lotes de terra formaram uma Associação de Produtores, que funciona como uma cooperativa, tendo recebido do Programa uma máquina de pilar arroz, um trator e crédito para a comercialização. Outro dado que o projeto fez emergir foi a liberação dos produtores que integram a comunidade das relações de subordinação com os grandes proprietários¹⁰⁹.

¹⁰⁸ Cf. José Graziano da Silva. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 2-10, 1993.

¹⁰⁹ Cf. Bandeira, 1993, p. 322-23.

Em conjunto, os projetos governamentais, especialmente os que continham uma linha de redistribuição de terra, tiveram um impacto de desconcentrar a estrutura fundiária do Baixo Parnaíba. Com efeito, no período de 1970 a 1995, o total da área ocupada pelas grandes unidades produtivas (acima de 500 ha) caiu de 50,5% para 35,2%.¹¹⁰ Diferentemente, no estado, no mesmo período, houve elevação do percentual dos latifúndios de 49.8 para 52.5¹¹¹. (A tendência concentradora no âmbito estadual pode ser decorrência dos grandes empreendimentos agropecuários no sul do Piauí.) O resultado - desconcentração da terra na microrregião - é compatível com o fato de que um número significativo, comparado com o restante do estado, de assentamentos agrícolas foi realizado ali, o que contribui para o crescimento da pequena produção independente¹¹².

A hipótese alternativa - fracionamento das grandes propriedades por razões de herança - é pouco provável. Normalmente, os herdeiros fazem uma partilha apenas nominal das terras, porque, de um lado, evitam as subdivisões que inviabilizariam a sua exploração extensiva e, de outro lado, dada a prática do absenteísmo por parte das famílias latifundiárias, envolvidas em atividades nos grandes centros urbanos, os descendentes têm pouco estímulo para assumir a organização de um novo patrimônio agrário¹¹³. Assim, "[...] não é exato,

¹¹⁰ Esse indicador é defeituoso, porque não se refere à propriedade, mas à unidade de produção ("estabelecimento"), o que leva a subestimar a área do latifúndio subdividido em pequenas unidades produtoras (moradores). No entanto, o indicador pode ser utilizado, quando levamos em conta que, a partir dos anos 1960, houve uma reversão da tendência, presente na década anterior, em subdividir os latifúndios em pequenos lotes de produção destinados aos moradores, conforme mostra o recuo da área total ocupada pelos estabelecimentos abaixo de 10 ha. Em outros termos, a diminuição da área correspondente às grandes unidades produtivas deve significar a queda na área das grandes propriedades (e não o registro do fracionamento dessas em subunidades produtoras).

¹¹¹ Cf. IBGE. **Censo agropecuário**, 1970, 1980, 1985.

¹¹² Considerando-se tudo que foi feito em matéria de distribuição de terras no Piau, até o ano de 1993, a ação distributiva totaliza 308.608 ha de área loteada, o que representa 1,2% da área do estado (cf. Nogueira, 1997); enquanto na microrregião foi loteado, considerando-se só até o ano de 1990, um total de 49.183 ha, o que significa 4,0% da área total (tabulação realizada a partir de informações fornecidas pelo INCRA-INTERPI).

¹¹³ Agradecemos a Paulo Machado, especialista em questão agrária, o esclarecimento sobre esse ponto.

como frequentemente se ouve afirmado, que a divisão da propriedade rural constitui no Brasil um processo natural e fatal que deriva do nosso direito sucessório, no qual não existem privilégios de primogenitura ou outros, e os bens do sucedido se partilham igualmente entre todos os herdeiros"¹¹⁴.

A zona rural começa a apresentar uma nova configuração. Os assentamentos substituem o isolamento físico, vigente no interior do latifúndio, pela junção dos assentados no povoado. Neste, o pequeno produtor dispõe de um lote de residência, separado das terras de roçados. Isso viabiliza o uso de equipamentos públicos, como água, luz, escola.

Por sua vez, o espaço do mercado se impõe: assim como a produção deve circular para chegar ao consumidor, as pessoas também circulam, seja para adquirir bens que não produzem, seja para ir ao banco, receber aposentadoria etc. Nesse contexto, as estradas são de piçarra e os caminhões fazem "horários" diários, os jovens podem continuar os estudos na cidade sem ter que abandonar a família no campo, e, com a luz elétrica, chegam a geladeira e a televisão.

Enfim, reforça-se o sentimento de pertença à "sociedade local", antes identificada quase tão só com os residentes na cidade, basicamente com as famílias dos grandes proprietários de terra. Tanto é assim que se tornou pejorativo referir-se aos pequenos proprietários agrícolas como pessoas "do interior".

Cabe observar que o tipo de pequeno proprietário encontrado na região não se compara com o da agricultura familiar mais desenvolvida, como em certas áreas do Sudeste do país, pois o pequeno proprietário de agricultura menos desenvolvida, muitas vezes, tem de complementar a sua renda com a sujeição ao trabalho assalariado em outras propriedades.

¹¹⁴ Caio Prado Jr. Contribuição à análise da questão agrária no Brasil. *Revista brasiliense*, n. 28, 1960, p. 72.

O Latifúndio e a Pequena Propriedade

A análise da relação entre o latifúndio e a pequena propriedade no Brasil é controversa. Para Alberto Passos Guimarães¹¹⁵, existe um antagonismo profundo entre essas duas estratégias de apropriação e uso da terra. A vida de uma floresce sobre os escombros da outra. Em oposição, encontramos o trabalho de Gisélia Potengy¹¹⁶, que, embora reconheça a natureza diversa das estratégias voltadas para o latifúndio e para a pequena propriedade, advoga a possibilidade de, num dado contexto histórico, os seus efeitos se complementarem. Assim, segundo a autora, não há contradição entre o Pró-Álcool e o Polonordeste, pois ambos visam a um mesmo objetivo: o "aumento da produtividade"¹¹⁷. Uma terceira posição se situa entre os dois extremos: nem antagonismo irreconciliável, nem harmonia duradoura. Segundo argumenta Bernardo Sorj¹¹⁸, o capital industrial pode harmonizar-se tanto com a grande empresa rural, quanto com a pequena propriedade agrícola, sem que o prevalecimento de uma ou outra via de desenvolvimento no campo elimine a outra estratégia e os conflitos entre ambas.

De fato, podemos, por um lado, elencar alguns pontos em comum entre o latifúndio e a pequena propriedade, para além da defesa da propriedade privada. Inicialmente, o latifúndio pré-capitalista tolerava a pequena propriedade junto aos seus limites, porque esta funcionava como reservatório de mão de obra a ser empregada nos períodos de maior demanda do ciclo produtivo. Depois, com a modernização da grande propriedade, altera-se o papel da pequena propriedade, que passa da prática de uma agricultura de *subsistência* (complemento de seu papel de reserva de mão de obra) para a de uma

¹¹⁵ Cf. Alberto Passos Guimarães. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. Em especial, consulte-se os capítulos V e VI.

¹¹⁶ Cf. Gisélia Franco Potengy. **Les plans de modernization de la production de la canne a sucre et leurs repercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Bresil: le cas du brejo paraibano**. 1984. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) - Université de Paris X, Nanterre, 1984. Em particular, veja-se o capítulo V.

¹¹⁷ Potengy, 1984, p. 267.

¹¹⁸ Cf. Bernardo Sorj. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

agricultura *mercantil*. A pequena propriedade cumpre agora um novo papel: a produção de alimentos para os trabalhadores assalariados que se empregam no latifúndio transformado.

Por outro lado, o latifúndio e a pequena propriedade têm conflitos entre si. Como a terra é o principal fator de expansão da pequena posse de *subsistência*, obviamente o latifúndio bloqueia o seu crescimento numérico. Além disso, ele cria obstáculos à modernização técnica da pequena propriedade *mercantil*. Esse aspecto foi analisado por John Wilkinson¹¹⁹. Segundo ele, a utilização do potencial de trabalho familiar exige que, a certos períodos do ciclo agrícola (plântio, colheita), em razão da necessidade de se intensificar o uso da mão de obra, seja contratada força de trabalho externa. A introdução de trabalho assalariado, por sua vez, torna o pequeno produtor subordinado ao capital bancário, via política de crédito para os custeios com a mão de obra, que tende a ser o item mais elevado. Com o objetivo de eliminar os custos de mão de obra e readquirir o controle do processo de produção, o pequeno produtor procura introduzir a mecanização no processo de trabalho. Mas aí ele se dá conta de que, por razões históricas (a pequena propriedade, ao ser tolerada anteriormente como atividade de subsistência, devia ser minúscula), o tamanho de sua terra não permite uma escala de produção que cubra os custos iniciais de aquisição da maquinaria. Ora, não podendo adquirir novas terras, pois elas se encontram sob o monopólio latifundista, o pequeno proprietário se vê obrigado a lançar mão da alternativa de alugar a maquinaria do latifundiário vizinho, surgindo o foco de tensão quanto ao preço desse aluguel. A possibilidade de reunir um grupo de pequenos produtores para adquirir o equipamento traria, na prática, mais problemas que soluções.

O pequeno proprietário semi-modernizado, isto é, bloqueado no uso sistemático de máquinas e implementos agrícolas, pode tornar-se favorável a uma política de reforma agrária, com a esperança de baratear o preço da terra (elevado em razão do monopólio latifundiário). Com isso, espera expandir o seu domínio territorial, de forma a compatibilizar a sua capitalização.

¹¹⁹ Cf. J. Wilkinson. **O Estado, a agricultura e pequena produção**. Salvador: CEPA/BA, 1986.

Por fim, outro aspecto do conflito entre a grande propriedade agroindustrial e a pequena propriedade mercantil é que os incentivos fiscais tendem a ser apropriados pelo grande capital. No Baixo Parnaíba, como de resto no Nordeste e em todo o Brasil, a convivência de uma política mais ampla de incentivo à modernização agrária (centrada na grande propriedade) e os programas governamentais de apoio à "pequena produção" agrícola (enquadráveis, em parte, na lógica da reforma agrária) se explicam, em boa medida, pelo fato de que a vitória da modernização conservadora não eliminou a pressão pela redistribuição das terras.

A Dinâmica da Economia Agrária

Algumas evidências da dinâmica econômica na microrregião permitem concluir que o bloco agrário já não está tão fortemente ligado ao velho latifúndio. Em primeiro lugar, embora durante os anos 1970 a participação da atividade agropecuária no Produto Interno Bruto (PIB) da microrregião tenha decaído (reduziu-se de 44% para 32%), como resultado ainda da crise crônica do latifúndio extrativista, que se prolonga desde os anos 1950, a agropecuária voltou a crescer nos anos 1980 (entre 1980-1985 teve um aumento de 5,0% no PIB sub-regional), coerentemente com a hipótese da modernização capitalista. Em segundo lugar, o índice de ocupação da mão de obra na economia agropecuária (36%, em 1985) é próximo do percentual de participação desta no PIB (37%), o que indica o declínio da velha propriedade, naturalmente absorvedora de elevada quantidade de força de trabalho (tornando a taxa de emprego na agropecuária superior à participação do setor no PIB).

O desempenho econômico do bloco agrário na microrregião é diferenciado tanto em relação ao estado quanto ao conjunto do Nordeste. Em relação ao Piauí, enquanto o PIB agropecuário, em 1985, representava 26% do total, a ocupação no setor significava 51% do emprego total. O elevado contingente de mão de obra na agropecuária é um sinal de permanência do atraso no campo, ao mesmo tempo que explica a expressão social e política das oligarquias no estado, haja vista que ainda controlam significativo contingente de força de trabalho e, por consequência, de eleitores cativos.

A última observação - de que os grupos dirigentes políticos ainda têm apoio eleitoral no latifúndio arcaico - se aplica ao conjunto do Nordeste brasileiro¹²⁰. Em primeiro lugar, o campo continua sendo um dos pontos fracos do desenvolvimento capitalista na região. A economia agropecuária regional apresentou, nas décadas de 1970/80, um desempenho inferior à média nacional (entre 1970 e 1983, a agropecuária no Nordeste cresceu a uma taxa média anual de 3,7% do PIB, ao passo que, no total do Brasil, o crescimento foi de 5,8%). O capital comercial e o industrial, apoiados no financiamento estatal, foram os carros-chefes do crescimento regional no mesmo período, apresentando ambas as frações do capital um desempenho superior à média nacional¹²¹. O bloco agropecuário registrou, em 1983, a baixa participação de 13% do PIB regional: "Não se trata, no caso, de grupos burgueses, mas da velha forma latifúndio-minifúndio tão característica do Nordeste, e sobretudo dos grandes proprietários rurais"¹²². É possível que tenha ocorrido menos a metamorfose do proprietário de terras em empresário rural do que o seu simples desaparecimento, pois as empresas do bloco agrário apresentam um peso reduzidíssimo (0,8%) no faturamento das grandes empresas na região, contrastando com o índice do PIB agropecuário (13%)¹²³. Em segundo lugar, a ocupação na economia agropecuária é superelevada, empregando, em

¹²⁰ Cf. Francisco de Oliveira. A metamorfose da arribação. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 27, p. 67-92, 1990.

¹²¹ O setor de serviços cresceu a uma taxa média anual de 9,1% do PIB, no período 1970/83, enquanto a taxa nacional de crescimento foi de 7,7%. A indústria cresceu a taxas de 8,2% e 6,6%, respectivamente, no Nordeste e Brasil. Há indícios de que os anos 1990 representam um período de grande expansão dos serviços (hotelaria, turismo, shopping center, modernização/ampliação de alguns portos etc.) na região. Já a atividade industrial - embora a guerra fiscal tenha atraído para a região algumas indústrias, mas com baixa produtividade e condições tecnológicas desfavoráveis - sofre uma retração na atual década; o Nordeste reduz de 12%, em 1990, para 8%, em 1994, seu peso na indústria nacional (Tânia Bacelar de Araújo. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. *Revista econômica do Nordeste*, v. 28, n. 4, p. 451-468, 1997, p. 460).

¹²² Oliveira, 1990, p. 79.

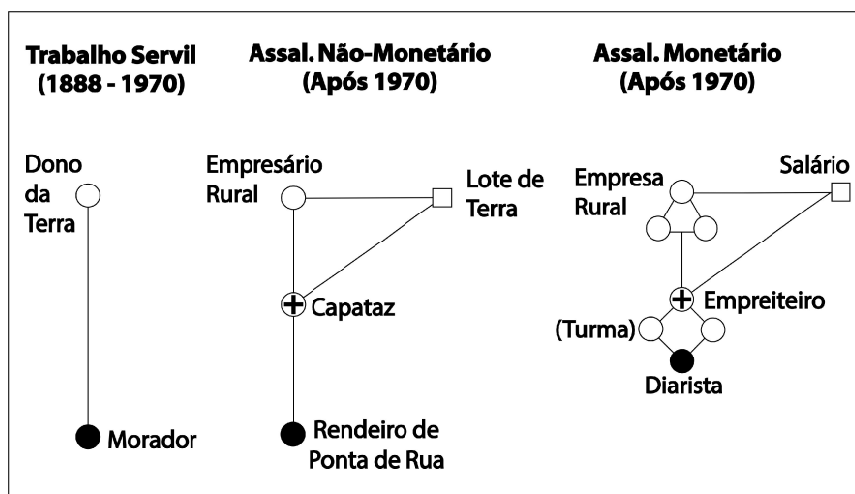
¹²³ Mas o Nordeste "[...] continua sendo relativamente mais importante como região produtora agropecuária (20% do total nacional) do que industrial (12%) ou terciária (15%), segundo dados da SUDENE para 1990" (Araújo, 1997, p. 454).

1980, 50% da população trabalhadora no Nordeste (a participação do setor no total da ocupação no Brasil representa 30%). O controle ainda expressivo de mão de obra possibilita a permanência dos proprietários rurais "tradicionais" (pré-capitalistas) como referências sociais e políticas.¹²⁴

A indicação da presença dos coronéis no quadro geral do Piauí e do Nordeste, convém ressaltar, não se confunde com a tese de que teria havido uma modernização econômica no campo sem alterar-se a natureza das práticas políticas. Ao contrário, são as áreas agrárias estagnadas que explicam a sobrevivência dos coronéis. Nas sub-regiões de modernização agrária, como a do Vale do Parnaíba, a partir de 1975, criaram-se as condições para o fim das práticas coronelistas.

As figuras abaixo sintetizam a lógica das transformações socioeconômicas, referentes à área rural em apreço:

Figura 1 - A transformação da relação de dependência econômica



¹²⁴ Cf. Francisco de Oliveira. **Estudo sobre as estruturas de poder no Nordeste pós-SUDENE**. São Paulo: Relatório de Pesquisa, CEBRAP, 1988.

III. O CORONELISMO EM CRISE

No capítulo anterior, procuramos mostrar a ocorrência, numa região do Piauí, de uma condição fundamental para a existência do coronelismo: a formação da grande propriedade pré-capitalista ou senhorial. Do final do século XIX até a Segunda Guerra Mundial, o sistema latifúndio-morador orientou-se para as atividades do extrativismo vegetal (carnaúba e babaçu). Ele retornou, porém, com a regressão da atividade extrativa no fim dos anos 1940, à pecuária extensiva, herança do período colonial, combinada à produção agrícola rudimentar. Somente nas décadas de 1970 e 1980 o complexo latifúndio-morador foi significativamente abalado. A partir desse pressuposto socioeconômico, cabe indagarmos se o sistema político coronelício existiu efetivamente nesta área.

1. A reprodução do coronelismo

O Voto de Cabresto

De fato, como atestam os depoimentos abaixo, houve uma correlação entre o sistema de moradia na grande propriedade rural e a prática eleitoral coronelista (o voto de cabresto):

No meu tempo que eu comecei a votar pela primeira vez - eu morava na terra, eu era agregado do patrão -, quem escolhia o candidato era o patrão. (Pequeno Proprietário, Barras).

Ele [o coronel G.] fazia questão dos morador dele tudo ser eleitor dele. (Moradora, Esperantina).

Até o padre na Igreja não dizia? Nesse tempo, era o S. velho, ele dizia: 'você vota no seu patrão'. [...] Dentro da Igreja ele dizia: 'a gente vota naquele que a gente mora no terreno dele'. E aí, seu J. fechava nós tudinho na mão. (Moradora, Esperantina).

Quando eu comecei votar, eu comecei votar naquela história do voto de cabresto, encurralado; eu não tinha partido, o partido quem fazia era o patrão. Ele chegava lá, dizia: "eu vou votar pra o fulano, porque fulano é bom". E, no fim, ele ganhava a boa gorjeta dele, e nós ficava sempre só votando. (Presidente do STR - Esperantina). Olha, em princípio, pela nossa própria organização, os eleitores sempre estavam presos aos donos das terras. (Ex-vereador pelo PSD, Barras).

O pano de fundo da nossa realidade em Esperantina era o monopólio da terra; os grandes patrões que queriam conduzir os pequenos lavradores, não só para explorar a sua força de trabalho, mas também explorá-los politicamente. (Pároco, Igreja Católica, Esperantina).

O voto de cabresto tinha sobretudo o significado de uma obrigação moral, um elemento de **lealdade** ao patrão que cedia o uso da terra ao morador:

Especialmente por parte do meu marido [...], ele achava que aquilo era uma covardia, a gente morar na terra daquele proprietário e passar para um outro partido. (Moradora, Esperantina).

Quando o [Partido dos Trabalhadores] PT surgiu aqui em Esperantina, [os moradores] não iam deixar de votar no patrão pra votar no PT. (Morador, Esperantina).

Normalmente, não era necessária a barganha entre o coronel e o eleitor:

Mesmo sem ele [o coronel G.] não dá nada, mas a gente tinha que votar nos candidatos dele. (Moradora, Esperantina).

Seu J. fechava nós tudinho na mão, tudinho na mão, mas nunca me deu nenhum dinheiro pra comprar uma agulha; [...] pra votar, era de graça pra ele. (Moradora, Esperantina).

Nesse sentido, o modelo da relação entre o coronel e o eleitor de fazenda se aproximava menos do par de contratantes im pessoais de bens e serviços do que da díade corporativa familiar: "De primeiro, o proprietário tinha o trabalhador como um filho dele, digamos assim" (Morador, Esperantina)¹²⁵.

Por vezes, o coronel podia prestar algum benefício material imediato ao morador, mas isso não era o fundamental na relação política: "Fora de hora, ele [o coronel G.] chegava com um corte de pano; dava pra uns, pra outro não dava. E aí com tudo aquilo, mesmo sem ele não dá nada, mas a gente tinha que votar nos candidatos dele" (Moradora, Fazenda Tapuio, área de conflito, Esperantina). Quando a prática da barganha eleitoral passa a difundir-se no campo, isso é um sinal de que o coronelismo está em declínio.

Também não se fazia necessário o uso (ou ameaça) da violência física para a realização do ato eleitoral; pelo contrário, existia até um componente de lisonja ao eleitor: "Naquele tempo, o patrão ia apanhar a gente lá na hora. Ave Maria! Pra votar pra ele, ele ia na hora, menino. Nesse tempo ele andava com a gente adulando! [...] Ah! mandava o carro, ia deixar na porta, tranquilo [...]; no tempo de ir pra perto da urna, tinha que levar a gente lá junto, lá tranquilo" (Trabalhador Rural, Barras).

A violência era um recurso utilizado, com frequência, para resolver os desacordos entre os próprios coronéis. Uma das fontes de dissensão entre os chefes políticos era a questão da herança de terras,

¹²⁵ A partir do modelo proposto por George M. Foster. The dyadic contract in Tzintzuntzan II: patron-client relationship. **American anthropologist**, v. 65, n. 1, p. 1-15, 1963, vários trabalhos caracterizam o coronelismo, indevidamente, como uma relação contratual.

em consequência, sobretudo, de as propriedades rurais ainda não terem sido demarcadas¹²⁶. Os confrontos facilmente levavam à violência, mesmo quando se recorria ao pronunciamento do aparelho judiciário¹²⁷.

Assim, nem a prática da barganha nem a violência física caracterizavam o sistema do voto do morador de fazenda. Aplica-se, na verdade, a observação de um dos intérpretes pioneiros da política interiorana brasileira:

No cenário inculto dos trópicos, o senhor dos latifúndios prolongava a existência do barão feudal. [...] E o voto era um ato de vassalagem, mera adesão pessoal, preito de homenagem do servo rude ao seu barão feudal. A pragmática medieval ressurgia assim, transfigurada, no nosso solo democrático.¹²⁸

Ao voto de cabresto ligavam-se outros elementos, os quais passamos a analisar.

O Curral Eleitoral

A relação entre o eleitor de fazenda e o coronel é de tipo corporativo (na qual duas pessoas comportam-se como uma só), em decorrência da fidelidade pessoal. O conjunto de pares corporativos envolvendo um mesmo coronel forma um agregado amorfo, sem vínculos dos eleitores entre si. Esse agregado, o *curral eleitoral*, precisava ser moldado, organizado no dia da eleição, sendo os eleitores conduzidos em *tropa* às urnas:

Naqueles tempos, eles vinham buscar quase naquela hora da gente votar, assim do meio-dia pra tarde, pra quando chegar, botar a gente naqueles depósitos pra gente não andar, num sabe? (Trabalhador Rural, Bairro Santinho, Barras).

A pessoa vinha com os cabrestos nos queixo, porque chegava, derramava aquela carrada ali de frente o barraco das suas comedorias; ali você entrava pra

almoçar ou jantar, conforme fosse a hora, mas ali você já estava certo que no sair do portão, a chapa já vinha na sua mão a quem você tinha o direito de votar. (Morador, Fazenda Currais Novos, Barras).

Aquele chefe, como um setor como esse aqui, ajeitava tudo naquele local e o carro vinha, apanhava e ia todo mundo naquela hora votar certo para aquele proprietário. (Morador, Fazenda Marrecas, área de conflito, Barras).

Eles [eleitores] vinham, eram hóspedes dos presidentes dos diretórios dos partidos no município. Casas grandes de rancharia, como se chamava tudo pra lá, pra voltar no dia seguinte. Era já voto secreto, mas se conhecia o eleitorado, se dividia nas grandes rodas os eleitorados de um e de outro que já eram conhecidos. Ninguém enganava... (Ex-deputado pelo PSD).

O confinamento nos barracões de "comedorias" e o acesso vigiado às urnas justificavam-se como forma de evitar que os cabos eleitorais adversários trocassem a "chapa" (a cópia da cédula oficial já preenchida) do *caboclo*, sem que ele se desse conta (pois, geralmente, não sabia ler, embora desenhasse o próprio nome), ou a anulassem de alguma forma¹²⁹. Os caboclos, por sua vez, dominados pela ideologia da dependência pessoal, reconheciam na ação do coronel a encerrar o voto um *direito* que cabia a ele.

A Competição Restrita

Os pequenos coronéis, com os seus currais eleitorais, subordinavam-se aos coronéis mais poderosos (com maior número de eleitores), formando as *facções* políticas. A rivalidade entre as facções surgia dos desentendimentos (em regra, ligados às questões de terra)

¹²⁸ Virgíneo Santa Rosa. **O sentido do tenentismo**. 3 ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976, p. 30.

¹²⁹ Existia uma técnica para tanto: as filhas dos chefes políticos da facção adversária pediam ao "caboclo" para ver a chapa, mas, sem ter a oportunidade de trocá-la, marcavam-na com o batom dos lábios, inutilizando o voto.

de alguns coronéis - que se congregavam na facção oposicionista - diante do coronel mais forte, chefe da facção governante.

O período eleitoral constituía o momento em que os realinhamentos faccionais (Governo/oposição) eram permitidos, pois, fora dessa época, qualquer mudança de lado era vista como traição. Também não havia a chance de uma posição de neutralidade. Se um coronel não apoiava a facção governante, estava com a oposição, ou, inversamente, se não era adepto da oposição, então era governista. Essa rigidez fazia parte do código de *lealdades* que regia a sociedade rural arcaica¹³⁰.

Uma vez feitos os acordos faccionais, a competição restringia-se à disputa dos votos "flutuantes", pertencentes aos pequenos proprietários rurais e ao eleitorado independente da área urbana. Entretanto, o resultado predominante era quase sempre o monopólio partidário:

Mas aqui prefeito só ganhava mesmo os L., que era a família mais rica, que era M. L., G. L., P. L.; eram três irmãos; ricos mesmos daqui eram esses três homens [...]. *Esses prefeitos tudo era humilhado a eles.* (Moradora, Esperantina).¹³¹

O caráter restrito da competição política no coronelismo remete à relação com o bloco hegemônico nacional. Dada a condição subordinada da propriedade rural arcaica dentro do capitalismo nacional, os coronéis tendiam a uma postura de adesão ao grupo político

¹³⁰ Esse aspecto foi ressaltado no trabalho de Moacir Palmeira. Política, facções e voto. Moacir Palmeira; Marcio Goldman (Org.). **Antropologia, voto e representação política**, Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996, p. 45-6. Mas o autor opera com uma noção genérica de coronelismo, o que dificulta identificar a origem da rigidez apontada. Somos favoráveis à hipótese de que tal cobrança de lealdades era a expressão, em última análise, do baixo nível técnico de exploração da força de trabalho.

¹³¹ No município de Livramento, o coronel J. F. foi intendente, ininterruptamente reeleito, durante todo o período da República Velha. No período pré-1970, apenas em uma ocasião, os seus herdeiros perderam a eleição municipal. Em Parnaíba, o coronel J. C. foi o intendente entre 1900 e 1915, reeleito a cada quatro anos. Em Campo Maior, entre 1945 e 1970, uma só vez a eleição municipal foi perdida pela facção filiada ao PSD.

dominante externo, como forma de barganhar a preservação de sua existência econômica no plano interno. Nesse sentido, as divergências locais tornavam-se secundárias em relação ao "adesismo de subsistência", comum aos grandes proprietários¹³².

A Ausência dos Partidos das Classes Trabalhadoras

A dominação e a dependência pessoal a que estavam submetidos os trabalhadores impediam que os laços de lealdades "primárias" (parentesco, amizade, vizinhança)¹³³ atuassem como meios de solidariedade entre os membros da classe dominada. Os moradores encontravam-se isolados, centrando as várias dimensões de sua vida (econômica, social, política) na relação com o proprietário. Recorrer a parentes, amigos ou vizinhos trazia, em regra, menos vantagens do que manter-se fiel ao patrão. Os riscos da busca da solidariedade horizontal eram elevados, uma vez que as perdas envolviam diretamente o meio básico de sobrevivência: o acesso à terra. Nesse sentido, dois trabalhadores, parentes entre si, porém, moradores de coronéis adversários, estavam impedidos de ter uma mesma opção política. Somente na situação de crise agrária, os laços primários teriam a chance de ser ativados como instrumentos de solidariedade (o parentesco desempenha, por exemplo, um papel importante na estratégia de emigração rural).

No quadro da dominação e dependência pessoal - relação isolada com o patrão e interdição das solidariedades "primárias" no plano horizontal -, a formação de um partido camponês ou o apoio a um partido dos trabalhadores urbanos tornava-se praticamente impossível.

¹³² Cf. Décio Saes. Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação. In: Décio Saes. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998, especialmente os itens 8 e 10.

¹³³ Cf. H. Alavi. Peasant classes and primordial loyalties. **The journal of peasant studies**, v. 1, n. 1, p. 23-62, 1973.

Esse desapegar dos partidos tradicionais é um processo também lento, sobretudo quando se sabe que há nesse campo muita pressão por parte dos donos de terra: *se você pertencer ao partido dos trabalhadores você vai colocado fora*. Então, por questão de sobrevivência, muitos, ainda com certo medo, preferiram continuar atrelados ao partido do patrão. (Pároco, Esperantina).

As manifestações camponesas mais visíveis de vontade independente no Nordeste - Canudos, Cangaço, Ligas Camponesas - não possuíam a sua base social nos trabalhadores rurais servis. As duas primeiras (Canudos e Cangaço) tiveram a sua força social advinda dos pequenos proprietários, enquanto as Ligas enraizaram-se nos trabalhadores já sob o efeito do processo de proletarização (áreas de conflitos, nas quais os moradores estavam sendo expulsos das propriedades)¹³⁴.

Podemos, a propósito da presença, no campo, de partidos dos trabalhadores urbanos, indagar qual o apoio que a Coluna Prestes obteve no interior piauiense. À primeira vista, as manifestações de simpatia limitavam-se às camadas populares dos núcleos urbanos. Até porque, com a notícia de aproximação dos revoltosos, os grandes proprietários recolhiam-se às suas fazendas, o que lhes permitia exercer uma vigilância direta sobre a movimentação de seus agregados. O envolvimento dos trabalhadores rurais, quando se deu, foi do lado oposto ao movimento tenentista, através dos Batalhões Patrióticos arregimentados pelos grandes proprietários de terra. Além do que, o horizonte político dos militares revoltosos, centrado nas reformas jurídico-formais (o voto secreto, a liberdade de imprensa etc.) e excluindo a proposta da reforma agrária, não podia sensibilizar os trabalhadores sujeitados aos latifúndios¹³⁵.

¹³⁴ Sobre o movimento de Canudos, conferir Marco Antônio Villa. **Canudos**: o povo da terra. 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1997. A respeito do Cangaço, ver Amaury de Sousa. O cangaço e a política da violência no Nordeste brasileiro. **Dados**, n. 10, p. 97-124, 1973. Em relação às Ligas Camponesas, consultar Manuel Correia de Andrade. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

¹³⁵ Ver a crítica de Rosa, 1976.

Em relação à presença do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no Piauí, a sua influência era, até os anos 1930, restrita a poucos simpatizantes na capital, Teresina, e na cidade portuária de Parnaíba¹³⁶. Para o período da redemocratização pós-1945, há notícias de ações isoladas de militantes em alguns outros poucos municípios, como em Amarante, onde foi criada uma Liga Camponesa (sem vínculo com o movimento de Pernambuco), numa área de pequenos proprietários, no ano de 1954, sob a influência de um líder simpatizante do Partido Comunista¹³⁷.

Quanto ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ele

[...] nasceu diminuto, mantendo, inicialmente, o nítido perfil dominante a nível nacional; representava como que um enclave partidário, com base na burguesia industrial e no sindicalismo já implantado em Parnaíba. Não disputou as eleições para governador em 1945, por exemplo. O quadro se modifica em 1950, quando o grupo liderado por Matias Olímpio [governador no período 1924-1928] se transferiu para o PTB e passou a controlá-lo.¹³⁸

Enfim, no que se refere aos trabalhadores *servis* no interior dos latifúndios, cabe a observação de Eric Hobsbawm: "Ao contrário do 'partido da classe operária', o 'partido camponês' não é a projeção normal da consciência de classe na política"¹³⁹. A nossa caracterização, acima desenvolvida, não desconhece os conflitos de classes liga-

¹³⁶ Cf. Francisco Alcides do Nascimento. A Aliança Nacional Libertadora no Piauí. **Cardernos de Teresina**, n. 6, p. 17-21, 1988.

¹³⁷ Medeiros, 1994, p.175. Segundo o autor, no início dos anos 1960, havia 17 sindicatos rurais no estado, dos quais, oito sob influência do PCB (em aliança com a esquerda do PTB) e nove sob a orientação da Igreja Católica. Porém, a base social das organizações sindicais, como se pode deduzir pelas indicações de Medeiros, não eram os trabalhadores rurais **servis**, e, sim, os trabalhadores rurais **proletários** (residentes nos núcleos urbanos).

¹³⁸ Medeiros, 1994, p. 86.

¹³⁹ Eric Hobsbawm. Os camponeses e a política. **Ensaio de opinião**, v. 8, n. 1, p. 42-56, 1978, p. 55.

dos à grande propriedade pré-capitalista, porém, entendemos que eles tendiam a ganhar a forma da revolta - crimes, emigração - e não da reivindicação política¹⁴⁰.

O Papel das Eleições

Se o voto tinha poucas chances de ser expressão e instrumento da solidariedade de classe entre os trabalhadores rurais dependentes, também não se convertia, atuando sobre o mesmo trabalhador, num instrumento da ideologia política capitalista. Isto é, o voto não organizava nem tornava visível a encarnação da *vontade popular*. Ele não fazia do trabalhador rural tradicional um *cidadão*, porque a sujeição ao proprietário de terra - expressa sob a forma de obrigações de caráter costumeiro, limitativas das liberdades pessoais (liberdade de ir e vir, de trabalho etc.) -, ganhava, no plano político, a forma da fidelidade ao chefe político local, impedindo, assim, o exercício *livre* do direito político¹⁴¹.

O voto, antes de ser uma escolha, tinha o significado de uma adesão¹⁴². Não era, pois, pensado como uma indicação de representantes ou mandatários, mas concebido como gesto de identificação com um chefe político (assim como o súdito se identifica com o monarca).

A importância do ato eleitoral era quase exclusiva para o coronel, que convertia o seu pacote de votos num recurso de barganha junto ao bloco dominante regional e nacional ("Ele [patrão] dizia: - eu tenho tantos morador. Ele ia lá num político e podia até mesmo vender os eleitor"). O compromisso entre os latifundiários e a classe dominante regional e nacional consistia essencialmente na troca do apoio político pela preservação da propriedade agrária obsoleta¹⁴³.

Talvez isso explique por que a "traição" eleitoral constituía uma falta para a qual havia pouca chance de perdão, uma vez que o morador era, em regra, expulso da terra:

¹⁴⁰ Voltaremos a este aspecto mais adiante.

¹⁴¹ Saes, 1998, p. 93-4.

¹⁴² Palmeira, 1996, p. 53.

¹⁴³ Saes, 1998, p. 117-18.

Ele [o patrão] dizia: 'se faltar um voto desses, nós sabemos quantas petições acontece, e se faltar um a gente vai procurar e nós temos uma ideia de descobrir quem foi o que não votou, e vai sair. Às vezes, quando acontecia, era Chico Castelo, era Antenor Rego, o prazo era três dias. Às vezes, ele não sabia, porque quem vota ele não sabe quem foi que votou, como ainda hoje existe, mas ele condenava; ele 'tava com raiva de uma pessoa, de um morador, às vezes por causa de uma garrafa de azeite, pra se vingar, ele botava pra fora. (Morador, Barras).

Os coronéis pareciam intuir que a sua sobrevivência econômica, diante da ameaça capitalista (que se abateria mais cedo ou mais tarde sobre eles), dependia, em boa medida, do papel de provedores de votos.

De início, o latifúndio atrasado cumpria funções econômicas na acumulação "primitiva" do capital industrial (viveiro de mão de obra, abastecedor do exército industrial de reserva, produtor de alimentos a baixos custos). Estabelecido o capitalismo industrial brasileiro no pós-Guerra e tendo a acumulação interna adquirido vigor, o latifúndio senhorial tornou-se um entrave para a expansão do capital, que necessitava de mercados tanto de consumo assalariado quanto de bens de capital (mecanização da agricultura). Ora, vantagens de ordem política devem ter contado para que a burguesia industrial absorvesse perdas econômicas, em razão de adiar o combate pelo fim do latifúndio atrasado¹⁴⁴.

As eleições, internamente, pouco serviam como método de disputa entre os coronéis. Na ausência dos acordos faccionais, a violência, e menos a democracia, costumava contar para os resultados¹⁴⁵. Porém, os acordos entre as facções nem sempre eliminavam

¹⁴⁴ Cf. Saes, 1998, em particular as páginas 106 e 117.

¹⁴⁵ No Piauí, onde a maior parte do campo permanece ligada ao latifúndio senhorial, seis prefeitos e um ex-prefeito foram assassinados nos últimos dez anos (Jornal "O Dia", 10/08/97). Como revelou-nos um ex-cabo eleitoral da UDN, a diferença com o período menos recente é que os casos de violência ganharam mais notoriedade. Isso explica o papel da imprensa, ao divulgar os fatos e contribuir para a exigência de se apurar as responsabilidades, como veículo de um maior controle das frações burguesas

certa imprevisibilidade no pleito eleitoral, em razão da disputa do voto "flutuante" (classe média urbana ou pequenos proprietários rurais).

Para o trabalhador rural, a eleição era, sobretudo, uma ocasião de sair da rotina da roça: dia de festa na cidade, com comida, bebida, diversão e aquele momento de ir até a sessão eleitoral para satisfazer a vontade do chefe político, como indica o depoimento seguinte:

Os eleitores vinham a cavalo. Quando era dia de eleição era uma cavalaria louca. [...] Era uma animação muito grande. Eleitorado pequeno, não era grande demais como é hoje. *Aquilo era uma grande festa*. Eles vinham, eram hóspedes dos Presidentes dos diretórios dos partidos no município. [...] Ninguém enganava... Ele (eleitor) acompanhava um chefe (Ex-deputado pelo Partido Social Democrático (PSD)).¹⁴⁶

2. A Força dos Coronéis no Município

Teria o eleitor de *cabresto* predominado na região piauiense entre 1889 e 1970, período de hegemonia do latifúndio pré-capitalista?

Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, no ensaio "O coronelismo numa interpretação sociológica", o sistema coronelício não poderia ser definido com base no voto de cabresto, porque esse tipo de voto, no contexto rural brasileiro, seria minoritário. Argumenta a autora que, mesmo no Brasil da República Velha, fase áurea da influência interiorana na política, os camponeses dependentes não podiam formar um contingente expressivo do eleitorado de chefes políticos, pois "[...] a mão de obra empregada nas fazendas era analfabeta, portanto, não votava".¹⁴⁷

sobre os velhos proprietários de terra. Ressalte-se que o compromisso entre as frações burguesas e os donos de terras impede que as responsabilidades sejam apuradas até as últimas consequências, com a punição dos culpados. Normalmente, os processos judiciais são "engavetados", depois de cumprirem um ritual de formalidades legais.

¹⁴⁶ Fundação CEPRO, Entrevista com J. C. A., p. 81.

¹⁴⁷ Cf. Maria Isaura P. de Queiroz. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: Boris Fausto (Org.). **História da civilização brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p. 161-62.

A hipótese acima, no entanto, não parece sustentável, se considerarmos os fatores que se seguem. O estudo de Cícero José Soares Neto, *O Seridó e os Votos "de Porteira Batida"*, cujo resultado confirma-se nas entrevistas da nossa pesquisa, mostra que o requisito de alfabetização para obter o título de eleitor resumia-se em saber desenhar as letras do próprio nome¹⁴⁸. Para tanto, os coronéis montavam dentro das fazendas as "escolas rurais" ou organizavam, no período prévio às eleições, os "mutirões de alfabetização". Além disso, o alistamento de eleitores incluía não apenas os moradores adultos, como também os filhos de moradores ainda menores, principalmente as mulheres. Na ocasião de tirar o título eleitoral, o coronel providenciava os documentos dos seus subordinados, alterando a data de nascimento, se lhe convinha, pois era suficiente declarar ao juiz qual a idade que devia constar no registro. A filha do morador era o alvo predileto dessa prática fraudulenta, porque, no mínimo, tornava-se indelicado sair-se indagando qual era a sua verdadeira idade. Portanto, não parece fundada a afirmativa de que o eleitorado das fazendas fosse minoritário.

A referência ao bloco no poder sub-regional desautoriza a interpretação do latifúndio como uma força política subordinada no pré-1970. Qual seria a alternativa hegemônica? Os comerciantes locais aliados aos pequenos proprietários¹⁴⁹. Em consequência, no plano político, os cabos eleitorais (comerciantes) subordinariam os coronéis (latifundiários). Mas a observação histórica não confirma a hipótese.

Há indicações de que a fração dos maiores comerciantes locais se encontrava fundida aos grandes proprietários de terra¹⁵⁰. He-

¹⁴⁸ Ver C. J. A. Soares Neto. **O Seridó e os votos "de porteira batida"**. 1984. Tese (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH-Unicamp), Campinas, 1984, *item* 4.3: Mobral eleitoral, p. 84-6.

¹⁴⁹ Durante o ciclo do extrativismo vegetal (1900-1950), as casas exportadoras localizavam-se basicamente na cidade litorânea de Parnaíba. Após 1950, o comércio importador de bens industriais do centro-sul do país se concentrará na capital, Teresina, em razão da interligação da cidade com a malha rodoviária. Assim, excluídos os exportadores e os importadores estaduais, o bloco dominante na sub-região compunha-se dos fazendeiros e comerciantes locais.

¹⁵⁰ Ver Teresinha de Jesus Queiroz. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí**. Teresina: UFPI/APL, 1994.

rança do ciclo agroexportador, os latifundiários mantiveram os armazéns comerciais (parte dos quais era uma extensão da casa de fazenda), com o papel de intermediar a nova produção agrícola excedente. Isso anula, no nível regional, o possível conflito entre os agentes da esfera produtiva e os agentes da circulação em torno da apropriação da mais-valia. Tal linha de conflitos tende a ganhar importância num contexto em que a estrutura fundiária seja desconcentrada, isto é, ali onde uma massa de pequenos proprietários enfrenta o grupo de comerciantes quanto a preços, crédito etc. Não é o caso do Baixo Parnaíba piauiense, bem como da maioria das áreas agrárias no Nordeste e no Brasil.

Os grandes comerciantes locais estavam, portanto, majoritariamente integrados à grande propriedade agrária. Daí os comerciantes não terem força para organizar um partido próprio. Isso explica por que os coronéis e os cabos eleitorais estavam unidos em um único partido - o PSD -, cabendo aos primeiros o comando político, como procuraremos evidenciar mais adiante. Entretanto, uma composição diferente do bloco no poder existiu na sub-região de Picos, no centro-sul do Piauí. Como prevalecia ali a pequena propriedade independente, com base na produção de algodão, formou-se uma fração dos comerciantes locais separada dos latifundiários, criando as condições para os cabos eleitorais organizarem-se em partido próprio - através da União Democrática Nacional (UDN).¹⁵¹

Os grandes proprietários pré-capitalistas não apenas detinham a hegemonia econômica no Baixo Parnaíba, mas também subordinavam os cabos eleitorais (comerciantes, profissionais liberais) no plano político. Por um lado, os chefes políticos adotavam medidas governamentais particularistas, abertamente a favor dos proprietários de terra. Por exemplo, no período do extrativismo exportador, foi proibido aos trabalhadores o corte da carnaúba - que tinha a finalidade de satisfazer às suas necessidades de alimentação e de construção da moradia -, ao mesmo tempo que se franqueava (através da exce-

¹⁵¹ Cf. Edilson P. Santos, *Evolução da vida política no município de Picos, Piauí*. **Revista brasileira de estudos políticos**, n. 10, p. 160-83, 1961.

ção na lei) a derrubada das palmeiras aos proprietários¹⁵².

Por outro lado, no que diz respeito à organização do Governo municipal, tendemos a afirmar que prevalecia a lógica pré-burguesa de funcionamento do Estado, porque o latifúndio inviabilizava, no essencial, o estabelecimento da dominação burguesa. Com efeito, para que a dominação política burguesa se impusesse, seriam necessárias duas condições mínimas: 1) a abertura do aparelho estatal a todas as classes sociais; 2) a separação entre os recursos da classe dominante e os recursos estatais¹⁵³. Ora, a esfera municipal do Estado burguês brasileiro, nas áreas rurais pré-capitalistas, não preenchia tais requisitos. Em primeiro lugar, os camponeses integrados aos latifúndios estavam impedidos de se organizar em partido próprio e de eleger representantes ao executivo e ao legislativo municipais. Quaisquer tentativas de manifestação política independente eram punidas pelo patrão.

¹⁵² Por iniciativa do coronel J. F. - que já adotara medidas proibitivas ao corte de carnaúba em seu município, na região do Vale do Rio Parnaíba - foi aprovado, no dia 5 de julho de 1907, o Projeto de Lei Estadual n. 442, que diz no artigo 1º: "É proibido o corte de carnaubeiras no Estado, excetuando-se aos proprietários das terras, para construção de casas e currais de sua propriedade, mediante o aviso prévio ao coletor da respectiva circunscrição", e no artigo 2º: "Aos infratores da presente lei serão impostas as penas seguintes: a) - sendo o proprietário das terras - multa de 2\$000 réis por cada carnaubeira cortada, e o dobro na reincidência; b) - não sendo o proprietário das terras - multa de 4\$000 réis por cada carnaubeira cortada, e o dobro na reincidência". Esclareça-se que os não proprietários das terras eram basicamente os moradores. O filho do referido coronel, ao assumir a direção do município, reiterou as medidas anteriores com a Lei n. 64, de 17 de dezembro de 1921, em que proibia, no artigo 16, "[...] cortar-se palmeiras de babaçu, carnaubeiras ou buritizeiros, sob qualquer pretexto, exceto aos proprietários o seu direito de aproveitar as suas terras em culturas mais vantajosas" (os grifos são nossos). Um outro exemplo de política discriminatória diz respeito ao incentivo de cultivo da maniçoba: o mesmo coronel J. F. fez aprovar no Conselho Municipal a Lei n. 16, de 9 de setembro de 1899, na qual "[...] autorizava o Intendente a despendar anualmente certa soma do orçamento na compra de sementes de maniçoba, que seriam distribuídas gratuitamente a todos os munícipes que fossem donos de terras ou que apresentassem contratos escritos com estes para a exploração da maniçoba". (Os grifos são nossos.)

¹⁵³ Cf. Décio Saes. Estado e democracia: ensaios teóricos. Campinas: IFCH-Unicamp, 1994, cap. 1: O conceito de Estado burguês.

Em segundo lugar, predominava a confusão entre o que era da responsabilidade da classe dominante e o que estava sob a alçada do Governo municipal. Assim, os coronéis chegavam a aplicar recursos próprios nas atividades governamentais, tais como construção de estradas, subsídio à assistência médica etc., e a não receber vencimentos pelo exercício da função político-administrativa¹⁵⁴, passando-se por homens que viviam para a política e não da política (devemos levar em conta que por trás da doação de recursos e serviços à municipalidade estava a preservação do latifúndio). Nesse sentido, a detenção de cargos estatais pelos coronéis é mais importante como instrumento de dominação do que como empreguismo.

No entanto, alguns elementos do Estado burguês já funcionavam na política municipal atrasada. Foi introduzida certa racionalização jurídico-administrativa¹⁵⁵, a fim de cooptar os setores médios

¹⁵⁴ A estrada carroçal ligando o município de Livramento a Teresina foi, por exemplo, custeada, no referente à primeira metade do seu percurso, com recurso particular do coronel J. F. Para realizar a benevolência, o coronel aprovou a Lei Municipal n. 71, de 5 de março de 1924, a qual "[...] autorizava o Intendente a contribuir para a construção da referida estrada". Além disso, o chefe político abriu parte da estrada Livramento-Barras e pagou a maioria das despesas feitas com a ponte sobre o rio Maratoan. Consta que o coronel J. F., durante os seus quase trinta anos à frente do governo municipal, jamais recebeu qualquer remuneração (cf. Fundação CEPRO, *A Fala de Pedro Freitas*). Já o coronel J. C., do município de Parnaíba, "querendo prestar seu concurso direto a tão importante melhoramento (a estrada de ferro) para a terra piauiense, contratou em Londres [...] a construção de parte daquele ramal, ou seja, o extenso trecho da villa de Amarração à cidade de Piracuruca, cêrca de 150 quilômetros" (ver Jonas da Silva. Discurso. **Almanack da Parnahyba. Ano III. Belém: Livreiros Editores, 1926, p. 11**). O mesmo coronel J. C., num relatório apresentado ao Conselho Municipal, a 30 de abril de 1902, afirma: "Podeis igualmente dar publicidade a esta minha prestação de contas, a fim de que [...] os meus actos, no desempenho de um cargo trabalhoso e diffícil, *embora sem a menor remuneração pecuniária*, sejam por todos conhecidos e apreciados" (*Idem, ibidem*, p. 13; o grifo é nosso).

¹⁵⁵ Recorremos mais uma vez ao exemplo do coronel J. F.: no município de Livramento, o coronel formalizou, a partir de 1893, um sistema jurídico-político que atendia, em parte, às exigências do regime republicano burguês instaurado no plano nacional. A Lei n. 01, de 23 de março de 1893, estabeleceu o orçamento de receita e despesa do município. No seu artigo 1º nomeia os vários tipos de fontes de receitas: impostos sobre indústrias e profissões, sobre terrenos do patrimônio municipal, sobre importação e exportação, sobre o cemitério público, sobre os salários dos funcionários municipais; multas por infrações de leis e regulamentos municipais e das leis nacionais e estaduais; subvenção estadual; cobrança de dívida ativa; imposto pessoal etc. O artigo

às tarefas estatais, sob o discurso de que estariam defendendo os interesses gerais do município. O aumento de profissionais liberais na máquina do governo local será uma fonte de crise interna do coronelismo, uma vez que esses agentes são portadores de uma ideologia contrária à mentalidade pré-burguesa dos coronéis.

Em síntese, embora as classes médias abrissem espaço no plano local para o padrão burguês de funcionamento do aparelho de Estado, os cabos eleitorais estavam subordinados aos coronéis no pré-1970 - não apenas pelo caráter das medidas locais favoráveis aos proprietários de terra, mas também pela organização predominantemente pré-burguesa dos aparelhos estatais locais na região.

3. A Crise do Coronelismo

Os esquemas políticos dominantes sofreram abalos significativos, pelas eleições de "novos políticos", por ocasião de pleitos nos municípios de Barras (1988) e Esperantina (1992). Em Barras, o candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) - político de origem popular e ex-apadrinhado dos chefes políticos locais - elegeu-se prefeito com base no prestígio adquirido na negociação de favores para as comunidades rurais, numa campanha que assumiu o tom do "candidato do povo" contra as "elites tradicionais". Em Esperantina, o candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) - dono de uma indústria de produtos extrativos - derrotou o esquema dominante local, que se resumia ao monopólio de uma única família de grandes proprietários de terra, baseado em um discurso que prometia uma gestão "moderna" e "competente", somado a um forte esquema de compra de votos.

¹¹ criou uma rede de agentes municipais, nomeados pelo Intendente, sob o encargo de cobrar os impostos. O Regulamento n. 2, de 22 de setembro de 1893, estabeleceu a forma do processo que devia regular as penalidades do Código de Posturas Municipais, cujos capítulos versavam sobre edificações, aforamentos, estradas, aferição de pesos e medidas, penas correccionais etc. A Lei n. 09, de 23 de outubro de 1894, reorganizava os serviços da Intendência, apresentando a preocupação de detalhar as funções executivas do município. No entanto, toda essa racionalização jurídico-administrativa coexistia com as práticas políticas pré-burguesas.

O caso de Esperantina aproxima-se, numa escala reduzida, do tipo de oposição feita aos coronéis no Ceará. Nas eleições de 1986, disputando o cargo de governador, surgiu, pela primeira vez na história política do estado, um candidato (PMDB) que se apresentava como o "candidato-empresário", combatendo uma outra candidatura (PDS) identificada como o "candidato-coronel". O candidato do PMDB, filho de ex-senador, empresário nacional (participou do comando de diversas empresas dos ramos industrial, imobiliário, serviços e agroindustriais, com mercados para além do Ceará), desenvolveu, em sua campanha, um discurso de combate à miséria absoluta de grande parte da população do Ceará, à "corrupção" e ao "particularismo" na gestão do Estado - o que significaria alijar do poder os "coronéis" e as "oligarquias" que, dominantes desde sempre, eram os responsáveis pelo quadro de pobreza do povo e do Estado. Assim, o ataque aos coronéis e a defesa do poder "público", embora não fossem novidades, pois já haviam sido inaugurados pelos segmentos de esquerda, fizeram parte, pela primeira vez, do repertório discursivo de um candidato das classes dominante¹⁵⁶.

Da mesma forma, estabeleceu-se, em Esperantina, a clivagem entre o "candidato-empresário" e o "candidato-coronel". Já no município de Barras, a oposição se estabeleceu entre o candidato do "povo" e o candidato das "elites" tradicionais. Essa diferença expressa o modo de ascensão de cada um dos representantes políticos: em Esperantina, o candidato de oposição faz valer o seu poder econômico, enquanto, em Barras, o candidato dissidente vence com base no prestígio adquirido junto à população carente.

Os diversos fatos acima mencionados, em seu conjunto, possuem uma significação precisa: evidenciam a crise final do coronelismo na região.

Os fatores estruturais de crise final do coronelismo na região piauiense se delinearam a partir das décadas de 1970 e 1980, quando ocorreu o declínio do latifúndio pré-capitalista, reprodutor de relações de dominação e dependência pessoal. De fato, sob vários

¹⁵⁶ Cf. Maria Auxiliadora LEMENHE, Lemenhe. **O(caso) dos coronéis**.: tradição e modernidade na política cearense. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 1994, p. 8-15.

aspectos, na década de 1990, podemos perceber a ruptura com o sistema coronelício, como: a) a mudança no comportamento eleitoral, da *sujeição* para a *liberdade*; b) a dissociação do voto segundo o nível da eleição; c) o aumento da competição partidária e a ampliação do espectro político; d) o deslocamento das urnas de votação para a zona rural; e) o surgimento da oposição entre *o público e o privado*. Detemos, a seguir, em cada um desses aspectos.

Da Sujeição à Liberdade

Existe uma consciência entre os agentes políticos de que tem havido uma mudança no comportamento eleitoral, qual seja, a passagem do voto de cabresto para o voto livre:

O sistema da votação era que a gente tinha que votar pra o patrão. Ali era sujeito, num sabe? [risos] Agora, hoje em dia, não é mais; o amigo é liberto, ele vota pra quem quer (Trabalhador rural, Barras).

O eleitor de Barras, hoje, até mesmo aquele que a gente julga menos esclarecido, hoje, ele já tem uma convicção própria. (Jornalista, Barras).

O povo de Barras hoje é um povo livre. É um povo capaz de escolher os seus candidatos. Nós acabamos aquela prática de chefes políticos. (Prefeito-PMDB, Barras).
Barras, [...] ela é politizada. (Militante do PC do B, Barras).

A mudança do comportamento eleitoral encontra um correspondente na experiência das relações de trabalho. Como vimos, o sistema da moradia implicava uma série de obrigações do trabalhador rural, tais como a prática do "cambão" (realizar jornada de trabalho gratuito para o patrão) e a proibição de vender o produto fora da propriedade. Foi em torno das "sujeições" que se delinearam as áreas de conflito, a partir dos anos 1960, quando os patrões aumentaram a exigência do pagamento da renda da terra, em detrimento da relação de moradia.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Cf. Medeiros, 1994, item 6.2.2: A reação dos proprietários, p. 220-26.

Uma manifestação significativa dos conflitos foi a luta pela venda *livre* do coco babaçu. Nos latifúndios, os trabalhadores recolhiam as amêndoas e eram obrigados a levá-las para o barracão, onde o patrão os explorava no sistema da pesagem, além de pagar um preço muito baixo. Havia também o sistema do vale: o trabalhador só receberia o dinheiro da venda do coco no fim do mês, mas poucos comerciantes aceitavam o vale como moeda corrente. Por fim, os trabalhadores eram compelidos a comprar os mantimentos no barracão, a preços mais elevados do que na cidade. Com o apoio do Sindicato Rural, essa situação passou a ser abertamente contestada em algumas propriedades, caracterizando-as como áreas de conflito:

Quando o conhecimento nosso chegou, nós pegamos a dizer pra os companheiros: "rapaz, a nossa vendinha nós tem que levar é nós, nós vende aonde nós quiser. Aí, começamos a pegar e levar pra onde nós queria. Aí, foi onde entrou essa greve... Hoje nós estamos mais com a nossa liberdade. (Morador, área de conflito, Barras).

Por uma parte está sendo melhor, porque o sujeito pode trabalhar mais liberado; por outra, não está tendo morada pra morar. (Morador, área de conflito, Barras).

O afrouxamento dos laços de dependência pessoal, a partir das áreas de conflito, introduziu uma mudança na identidade camponesa: a passagem do *caboclo* para o *trabalhador rural*. A adoção do termo "trabalhador rural" (vinculado à ideia do assalariamento), ao invés de "camponês" (associado à pequena propriedade independente), talvez indicasse a descrença na reforma agrária após o movimento nacional pelas reformas de base. "A derrota do 'projeto camponês' da reforma agrária levou à 'modernização do caboclo' por outros caminhos. No Estatuto do Trabalhador Rural a ótica do assalariamento já predominava"¹⁵⁸.

A apresentação de reivindicações e a sindicalização do morador se confrontavam com a dominação pessoal. Na ordem pré-capitalista do latifúndio, como não havia a noção de um limite ao

¹⁵⁸ Medeiros, 1994, p.154.

domínio do patrão - estabelecido quando há o contrato de trabalho, em cujo fundamento está a equalização dos direitos -, a ação *reivindicativa* dos moradores, no sentido de buscar um "equilíbrio dos direitos", era inconcebível. A opção a eles facultada era a de fazer *pedidos* em caráter pessoal ao dono da terra, apelando para a sua "bondade". Diante da tentativa de ação reivindicativa dos trabalhadores, surgia a reação dos latifundiários "[...] que despejavam das terras os moradores ou negavam terra para roça aos outros parceiros"¹⁵⁹.

A busca de benefícios sociais ou as exigências relativas às questões de trabalho adquiriam imediatamente caráter político, de luta pela *cidadania*. Nesse sentido, o documento do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Piauí (1961) destacava, no item XXI, que "[...] os sindicatos lutarão com todas as suas forças para acabar com a exploração política no meio rural, representada pelo infamante 'voto de cabresto'.¹⁶⁰

A passagem da sujeição para a *liberdade* encontrou uma expressão mais acabada na figura do *rendeiro de ponta de rua*, que abandona a moradia no interior das propriedades e passa a residir na periferia do núcleo urbano. Embora continue a fazer roçados nas grandes propriedades, o *rendeiro de ponta de rua* tem agora a sua reprodução assegurada através do consumo mercantil e urbano. Ele tornou-se um trabalhador *livre*, isto é, sem um vínculo direto com o meio de produção (a posse da terra) e apto a vender a força de trabalho no mercado. A avaliação dos trabalhadores sobre essa mudança parece ambígua: por um lado, valorizam a situação de liberdade das cidades; por outro, queixam-se da falta de trabalho e das condições de consumo. De qualquer modo, a nova condição social encontra-se associada ao comportamento político-eleitoral: "Depois que eu morei aqui, ainda tinha ainda [o voto preso], mas depois mudou. Nós fiquemos libertos. [...] Não teve mais patrão que disse pra nós votar" (Trabalhador Rural, Bairro Santinho, Barras).

Outra via de passagem da *sujeição* para o trabalho *livre* foram os conflitos que desembocaram em ações de reforma agrária. Nas últimas duas décadas, o Baixo Parnaíba piauiense, comparado ao

¹⁵⁹ *Idem, ibidem*, p. 322.

¹⁶⁰ Citado em Medeiros, 1994, p. 325.

restante do estado, foi palco de um expressivo número de assentamentos agrícolas¹⁶¹. A condição de pequenos produtores independentes adquiriu, ao mesmo tempo, uma nova expressão política: "Depois que eu tomei conta do meu lote; eu achei que aí eu tava pisando mais firme, podia dizer isso [se o candidato agradava ou não]" (Pequeno proprietário, Barras). O projeto de áreas irrigadas da Lagoa do Campo Grande é um bom exemplo da mudança de comportamento político associado ao novo contexto socioeconômico, pois ele significou "[...] a libertação das famílias que integram a comunidade das relações de subordinação com os grandes proprietários. Isto corresponde a uma militância mais expressiva dos membros da Associação dos Produtores da Lagoa do Campo Largo"¹⁶².

Assim, associada às novas condições de trabalho, os trabalhadores adotaram, em geral, um novo comportamento eleitoral. Como os vários agentes políticos reconheceram nas entrevistas, os eleitores estão mais *politicizados* e tendem a escolher *livremente* os seus candidatos. Porém, tal politização e liberdade significam, na maioria dos casos, apenas a barganha do voto por algum benefício material imediato¹⁶³.

É possível que os trabalhadores da zona rural, ao migrarem para os centros urbanos, continuem, num primeiro momento, relacionando-se com os novos patrões (empresários rurais, comerciantes, industriais) sob os parâmetros de *lealdade* da sua experiência anterior. Mas pode acontecer que sequer eles esperem a nova geração para exorcizar o fantasma da dependência pessoal: "Depois que eu morei aqui [na cidade], ainda tinha ainda [o voto preso], mas depois mudou. Nós fiquemos libertos" (Trabalhador rural).

¹⁶¹ Ver o capítulo II, *item* 2.2.2, deste trabalho.

¹⁶² Bandeira, 1993, p. 322-23.

¹⁶³ Há o consenso entre os agentes políticos de que as eleições estão se tornando mais caras. A explicação desse fato pode ser a abertura dos currais eleitorais e a sua substituição por um mercado eleitoral em expansão.

A Dissociação no Comportamento Eleitoral

No coronelismo, o chefe político local impõe, invariavelmente, os candidatos aos eleitores dependentes. Na prática, o voto torna-se vinculado: os votos no plano estadual e nacional seguem o voto no plano local. A ocorrência da dissociação do voto - ou seja, o fato de o voto para prefeito não ter de acompanhar os seus candidatos no plano externo - indica uma liberação do eleitor do controle do coronel.

É o que ocorre na região piauiense, onde a maior parte do eleitorado passou a ter um comportamento eleitoral dissociado. Por exemplo, em um dos municípios, o candidato do PT obteve a maioria de votos no primeiro e segundo turnos na eleição presidencial de 1994, apesar do esquema dominante local apoiar o candidato do PSDB. Em geral, na região, a votação do PT para os cargos a governador e a presidente tem sido bem acima da média da sua votação para prefeito, cujos candidatos eleitos são, na totalidade, filiados a partidos de direita ou centro-direita.

No contexto em que o voto é *livre*, o eleitor tende a ter expectativas diferenciadas do voto, conforme a esfera da eleição, resultando na "mistura" das opções partidárias¹⁶⁴. Ele percebe que, nas diversas esferas eleitorais, os interesses em jogo são distintos: quanto mais alto o nível da eleição, mais estratégicos os interesses.

A análise dos votos em branco e nulos na região atesta a diferenciação de expectativas do eleitor. Em geral, o índice de votos em branco - que denota uma atitude de indiferença do eleitor - é mais elevado na eleição local do que nas eleições estadual e nacional. Em 1988, por exemplo, os votos em branco para prefeito foram 8.3% do total de comparecimento ao pleito, enquanto para governador (1990)

¹⁶⁴ O voto de um cabo eleitoral (PTB), membro do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barras, ilustra a diferenciação de expectativas do eleitor. Na eleição municipal em 1992, o cabo eleitoral, apesar de filiado ao PT, apoiou o candidato a prefeito do PMDB, a pretexto de que com isso "conseguiria ajudas para a sua comunidade". Tal fato provocou a sua "expulsão" (tácita) do PT. Na disputa de 1994, o mesmo cabo eleitoral, já no PTB, continuou apoiando o esquema do PMDB para os cargos de deputado e governador, mas para presidente fez campanha para o candidato do PT, opção negociada com o seu chefe político, que aceitou a "mistura".

e presidente (1989), representaram 1,9% e 3.0%, respectivamente. O fato se repete nos outros anos (ver Tabelas a seguir), o que mostra a menor relevância dada à eleição municipal, ao contrário do que, muitas vezes, se é levado a pensar. Por sua vez, tem havido a canalização do voto nulo - que expressa uma atitude de protesto - para as esferas extralocais, como em 1994, em que as eleições para governador e presidente registraram 4,6% e 16,6% dessa categoria de voto, respectivamente, enquanto a eleição para prefeito, em 1992, computou apenas 1,8%. A atitude menos utilitária do eleitor se volta, portanto, mais para as esferas estadual e nacional do que para a municipal.

Tabela 1 - Votos para prefeito e vereadores (%) nos municípios do Baixo Parnaíba piauiense

ELEIÇÃO	MAJORITÁRIA				PROPORCIONAL			
	Branco	Nulos	Válidos	Total	Branco	Nulos	Válidos	Total
1982	5,8	4,3	89,9	100	9,1	6,3	84,6	100
1988	8,3	1,9	89,8	100	9,9	5,9	84,2	100
1992	8,8	1,8	89,4	100	9,4	5,5	85,1	100
1996	4,0	2,3	93,7	100	10,4	5,0	84,6	100

Fonte: TRE-PI.

Tabela 2 - Votos para governador e deputados estaduais (%) nos municípios do Baixo Parnaíba piauiense

ELEIÇÃO	MAJORITÁRIA				PROPORCIONAL			
	Branco	Nulos	Válidos	Total	Branco	Nulos	Válidos	Total
1990	1,9	4,4	93,6	100	20,6	8,61	70,8	100
1994	1,4	4,6	94,0	100	14,4	15,0	70,5	100

Fonte: TRE-PI.

Tabela 3 - Votos para presidente e deputados federais (%) nos municípios do Baixo Parnaíba Piauiense

ELEIÇÃO	MAJORITÁRIA (2º Turno)				PROPORCIONAL			
	Branco	Nulos	Válidos	Total	Branco	Nulos	Válidos	Total
1989	3,0	3,5	93,5	100	28,6	8,1	63,3	100
1994	13,2	16,4	70,4	100	21,0	18,5	60,5	100

Fonte: TRE-PI.

A legislação brasileira, ao tornar obrigatório o ato do voto, induz o eleitor preso à ideologia utilitária (clientelista), cuja opção seja se abster do pleito, a ir à urna e a votar *em branco*, a fim de evitar multa e transtornos futuros. Por isso, o contingente de votos em branco tende a ser maior na eleição municipal, na qual se concentram os eleitores utilitários, do que na nacional. O eleitor utilitário tende ao abstencionismo, conclui-se que os "custos oportunos" (que envolvem não apenas as despesas diretas ligadas ao ato de votar, mas também os recursos necessários para se informar, como tempo, acesso a rede de amigos etc.), são elevados para decidir-se ao voto. Dessa forma, é possível que, em conjunturas recessivas, as quais impõem novos obstáculos à decisão de participar do pleito, amplie-se a abstenção eleitoral. Porém, esse aumento é menos provável na eleição nacional, na qual o índice de eleitores movidos pelo utilitarismo tende a ser menor, pelo menos em relação ao Executivo.

No que diz respeito às eleições nacionais, a nossa hipótese toma uma direção diferente, por exemplo, da do trabalho de Steven Rosenstone, o qual desenvolve a tese, referida anteriormente, de que as pessoas com dificuldades econômicas (desemprego, inflação, diminuição do nível de renda) têm mais chances de se abster do processo eleitoral¹⁶⁵. Rosenstone parte da observação de que, entre os trabalhadores manuais americanos, em conjunturas recessivas, o índice de abstenção na eleição nacional é maior, comparado ao de outros grupos sociais.

Duas objeções podem ser feitas ao argumento. Primeira: não foi apresentada pelo autor a evolução da abstenção no interior da classe trabalhadora entre uma conjuntura de crise econômica e uma outra de estabilidade. No Brasil, por exemplo, o total de abstenções na eleição do Executivo nacional foi menor na conjuntura inflacionária da década de 1980 do que no período de estabilidade da moeda na década de 1990. Segunda: não parece evidente que o maior peso relativo do abstencionismo no interior da classe trabalhadora manual, diante das outras classes sociais, deva ser computado na conta dos "custos oportunos", pois a abstenção pode ser o resultado da

¹⁶⁵ Cf. Steven J. Rosenstone. Economic adversity and voter turnout. *American journal of political science*, v. 26, n. 1, p. 25-46, 1982.

maior sensibilidade dessa classe para com as experiências negativas (irresponsabilidade do mandato, privilégios dos parlamentares etc.) do processo democrático capitalista¹⁶⁶. Assim, não se pode concluir por uma tendência ao abstencionismo, no plano nacional, em conjunturas recessivas. A hipótese, porém, ganha plausibilidade quando aplicada à eleição local, como parece indicar a análise dos votos em branco.

Quanto aos votos nulos, o eleitor utilitário em nada contribui para o seu contingente, a não ser em caso de erro mecânico, porque essa categoria de voto revela uma atitude de protesto. O eleitor utilitário, ao contrário, aceita, para a decisão do voto, o quadro de referência pré-definido pela "classe política", segundo o posicionamento político convencional¹⁶⁷.

Do ponto de vista da clivagem Executivo/Legislativo, os dados das Tabelas 1, 2 e 3 confirmam a ideia bastante difundida de que os aparelhos legislativos são mais vulneráveis ao clientelismo. Com efeito, em todos os níveis de eleição, há um índice mais elevado de votos em branco para o Legislativo do que para o Executivo correspondente, sendo que, para todas as casas legislativas, na maioria das eleições, os votos em branco também superam os nulos.

Um estudo sobre o voto numa favela da cidade do Rio de Janeiro¹⁶⁸ sugeriu duas razões para a maior vulnerabilidade dos cargos legislativos à política utilitária. A primeira constata que os candidatos ao Legislativo têm menos acesso aos meios de comunicação e a outros fóruns dos partidos políticos do que os concorrentes ao Executivo. A segunda observa que os cargos legislativos necessitam de menos votos do que os postos executivos, tornando a estratégia clientelista mais viável ao primeiro setor. É possível acrescentar um terceiro elemento: para os eleitores, o papel do Legislativo é menos

¹⁶⁶ A tese da relação entre o abstencionismo e o processo democrático no capitalismo encontra-se em Décio Saes. **Democracia**. São Paulo: Ed. Ática, 1987, cap. 3, *item*: Apatia política.

¹⁶⁷ Sobre a aceitação do quadro convencional pelo eleitor utilitário, conferir Roberto Biorcio; Paolo Natale. La mobilità elettorale degli anni ottanta. **Rivista italiana di scienza politica**, v. 19, n. 3, p. 385-430, 1989, p. 427.

¹⁶⁸ Robert Gay. Community organization and clientelist politics in contemporary Brazil: A case study from suburban Rio de Janeiro. **International journal of urban and regional research**, v. 14, n. 4, p. 648-666, 1990.

evidente, comparado à visibilidade das tarefas do Executivo.

Quando o povo diz que o vereador não faz nada, ele acha o seguinte: o vereador não faz uma escola, uma estrada, um posto de saúde, um calçamento. Quem faz é o prefeito. Então, ele acha que o vereador não tem papel nenhum. Ele se elege só para ganhar dinheiro e ter privilégio. [...] Eles têm mais clareza do papel do prefeito. (Militante do PT, Esperantina).

Em síntese, a tendência, no sistema do voto *livre*, é o apelo clientelístico ter menos eficácia quanto mais elevado for o nível da eleição e quando se tratar de cargo para o Executivo. Inversamente, o eleitor mostra-se mais vulnerável ao apelo utilitário quanto mais baixo é o nível da eleição e quando se trata de cargos para o Legislativo.

O objetivo do detalhamento do voto utilitário foi reforçar a proposição de que, como prerrogativa do eleitor *livre*, surgem expectativas diferenciadas do voto, segundo as esferas eleitorais. Isso explica a dissociação do voto, isto é, o fato de que os eleitores não "acompanham" os candidatos do prefeito no plano extralocal, pelo menos no que se refere aos cargos majoritários, o que é um forte indício de superação do coronelismo.

O Quadro Partidário

Outro indicador da crise do coronelismo na região são as mudanças no quadro partidário. Nas últimas eleições, um maior número de partidos disputou as eleições e houve mais competitividade. Assim, o número de partidos concorrentes na eleição para prefeito, que era de 5, em 1988, passou para 9, em 1992, e para 8, em 1996, ao mesmo tempo que cresceu a participação dos pequenos partidos: o PMDB e o Partido da Frente Liberal (PFL), os dois maiores partidos, que somavam, em 1988, 76,9% dos votos, totalizaram apenas 38,2%, em 1992, e 42,4%, em 1996 (Tabela 4)¹⁶⁹. Anteriormente, os currais elei-

¹⁶⁹ Entre 1988 e 1996, o percentual de queda na votação do PFL, principal partido a congregar os coronéis, foi mais acentuado no Baixo Parnaíba (16%) do que no total do estado (12%).

torais impunham às eleições um caráter (quase) não concorrencial.

Tabela 4 - Votos para prefeito por partidos (%) nos municípios do Baixo Parnaíba Piauiense

Eleição	PT	PDT	PPS	PSDB	PMDB	PFL	PTB	PDS	PDC	PL	PPB
1988	2,9	3,7	-	-	40,2	36,7	-	5,3	-	-	-
1992	3,2	0,4	4,9	6,2	11,5	26,7	15,5	11,1	10,7	-	-
1996	3,7	-	5,5	14,3	21,6	20,8	6,8	-	-	1,9	15,9

Fonte: TRE-PI.

Mas há algo talvez mais importante: a configuração de um campo político **tripartido**, no qual disputam não apenas governo e oposição, mas direita (conservadores) e esquerda (progressistas), tornando-se presente o eixo **oposição de direita-governo-oposição de esquerda**. Em 1988, por exemplo, os partidos de esquerda (PT, PDT, PPS) detinham 6,6% dos votos a prefeito, aumentando para 8,5%, em 1992, e para 9,2%, em 1996. A tendência à manutenção de um quadro político dicotômico - governo/oposição - era típica da luta de facções coronelistas.

A clivagem esquerda/direita deu também expressão às divisões de classes no campo político, antes ausentes na polarização governo/oposição das facções coronelísticas (centradas nas relações de parentela). Agora, a oposição de direita tende a ser identificada com os "ricos", e a oposição de esquerda, com os "menos favorecidos"¹⁷⁰.

A presença de grupos de esquerda nos aparelhos locais - moderados do PT, em Esperantina; do PC do B, em Barras - indica maior competitividade e pluralismo no nível municipal. É plausível supor que a participação de grupos de esquerda em governos locais tende a ser mais aceita pelas classes dominantes, à medida que ela implica em menos riscos de desestabilizar o sistema hegemônico mais amplo. Isso ocorre porque, por um lado, as políticas que afetam a direção do crescimento econômico são geralmente decididas em âmbito nacional, atendendo aos requerimentos do processo de acumulação capitalis-

¹⁷⁰ Chamou-nos a atenção para esse ponto a análise de Maria Teresa Kerbauy sobre a mudança de conteúdo na clivagem *situação/oposição* da política interiorana no estado de São Paulo. (Cf. M. T. Kerbauy. **A morte do coronéis**: política interiorana e poder local. 1992. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992, p. 21 e p. 110-14.).

ta, e, por outro lado, a maior competitividade no âmbito municipal contribui, de certa forma, para o processo de legitimação do Estado, ao reforçar uma imagem de "pluralismo"¹⁷¹, embora haja a possibilidade de a participação da esquerda em administrações municipais tornar-se um espelho para conquistas nos planos estadual e nacional¹⁷².

A Votação na Zona Rural

A nova realidade do campo, de superação do coronelismo, parece ser reconhecida pela justiça eleitoral, que vem destinando cada vez mais urnas eleitorais aos povoados rurais, evitando os deslocamentos da população no dia do pleito. Mas a interpretação desse fato não é tão simples assim, já que se poderia ver no deslocamento das urnas um reforço ao poder dos coronéis, uma vez que eles teriam o controle mais ostensivo do eleitorado de sua área. Mas o que se dá é justamente o contrário. Como o morador do latifúndio tornou-se minoritário diante dos trabalhadores (diaristas, rendeiros ou pequenos proprietários) residentes nos povoados, já não há o interesse em financiar os custos de transporte e alimentação dos eleitores, como era feito na mobilização dos currais eleitorais. Na verdade, os cabos eleitorais é que têm interesse em manter a votação rural junto ao local de residência, pois, por um lado, torna-se mais fácil verificar se os votos negociados foram realmente destinados aos seus candidatos e, por outro lado, os custos de campanha, referentes aos gastos com o deslocamento dos eleitores, diminuem. Por que então os coronéis, antes, aceitavam de bom grado cobrir esses gastos?

Como vimos, o voto junto aos trabalhadores dependentes do dono de terra pré-capitalista não apresenta o caráter da cidadania. Exprime, antes, uma mentalidade tipicamente medieval: trata-se da fidelidade ao chefe político (uma espécie de pequeno monarca). As

¹⁷¹ Cf. Maria Helena de Castro. Equipamentos sociais e política local no pós-64: dois estudos de caso. **Espaços e Debates**, v. 8, n. 24, p. 64-74, 1988, p. 73.

¹⁷² Edmond Préteceille mostrou a correlação, para o caso francês, entre a participação da esquerda (socialistas e comunistas) no plano local e seu desempenho nas eleições nacionais. (Cf. E. Préteceille. *Dynamiques politiques locales et tendances nationales. Espaces et sociétés*, v. 1, n. 1, p. 48-49, 1986).

eleições também não cumprem o papel de resolver as divergências entre os coronéis, já que é a violência, e não a democracia, que costuma decidir os desacordos. De qualquer modo, o voto tem importância como instrumento de barganha dos grandes proprietários de terra diante dos grupos dominantes extramunicipais.

Nesse sentido, cabe perguntar por que os coronéis não colocavam as urnas diretamente nas fazendas. De fato, no período da República Velha, os acontecimentos quase assumiam esse aspecto caricatural, através da famosa eleição a "bico de pena", na qual o próprio mesário fazia as assinaturas da ata de votação, dispensando a presença dos eleitores. Como mostrou Rodolfo Telarolli, essa e outras fraudes eram decorrência prática do caráter dependente do voto¹⁷³. Quando a facção rival resolvia não participar do pleito eleitoral, abdicando de disputar os votos flutuantes, ou um acordo distribuía os votos entre a facção governante e a opositora, a eleição a "bico de pena" era uma forma pragmática de evitar gastos desnecessários com os eleitores, ao conduzi-los até o local de votação.

No entanto, a ostentação das fraudes eleitorais chocava-se com a *opinião pública* dos principais centros urbanos. Por isso, a partir da Revolução de 1930, os coronéis tiveram que se enquadrar na aparência de legalidade das eleições. Para tornar o voto mais aceitável aos olhos dos residentes nos grandes centros urbanos, coronéis e caboclos realizavam uma verdadeira *encenação* do processo eleitoral¹⁷⁴. As eleições ganhavam um aspecto de festa, de ritual, comparável aos festejos religiosos. Fica, assim, compreensível porque os trabalhadores, quando falam da sua experiência de eleitor de cabresto, normalmente sorriem. Não é um riso de cinismo, tampouco de vergonha, mas de ironia ou galhofa. Como adverte Eric Hobsbawm, a passividade dos camponeses tradicionais significa, antes de mais nada, uma

¹⁷³ Cf. R. Telarolli. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹⁷⁴ A Justiça Eleitoral parece condenada ao papel de atriz coadjuvante da comédia: realiza algumas punições exemplares a fim de satisfazer os escrúpulos da *opinião pública* dos centros urbanos, mas pouco faz para coibir de fato as fraudes (a troca de cédula, os mortos que votam, o alistamento de menores), que aumentam a eficiência dos currais eleitorais.

estratégia de sobrevivência¹⁷⁵. Em síntese, o financiamento de eleições pomposas no núcleo urbano, além de expressar o prestígio do coronel, poderia ser uma garantia da aceitação externa do produto - o voto.

Com a ruptura dos laços de dependência pessoal, a tradição dos currais eleitorais perde sentido, pois aquelas facilidades dadas aos eleitores no dia do pleito já não garantem o retorno do voto. Os cabos eleitorais concorrentes preferem dividir igualmente entre si as despesas que a Justiça Eleitoral não tem condições de cobrir, como o transporte e a alimentação dos eleitores das áreas distantes, onde não foi ainda instalada uma mesa receptora de votos. Portanto, o deslocamento das urnas de votação para os povoados é mais um indicador do declínio dos coronéis.

O Público e o Privado

A crise do coronelismo pode ser vista também pelas alterações na estrutura e no funcionamento do aparelho municipal do Estado, na direção do tipo moderno-burguês.

Uma das características fundamentais do processo de modernização burguesa do Estado consiste na separação entre a posse dos meios de gestão estatal e a propriedade dos meios de produção. Conforme esclarece Décio Saes¹⁷⁶, isso significa a desmonopolização das tarefas do Estado pelos membros da classe dos proprietários. Nos Estados pré-capitalistas, as tarefas estatais são atribuições exclusivas dos grupos dominantes, sendo que os seus membros ou portam os recursos necessários ao desempenho das funções estatais ou fazem o uso de um fundo comum que se torna propriedade da facção governante. O recrutamento de membros das classes populares é feito sob a condição de serviçais do verdadeiro mandatário. Nos Estados feudais da Europa medieval, por exemplo, não se era funcionário do "povo" e, sim, do monarca e de sua casa dinástica. Somente os Estados capitalistas implicam a organização do quadro administrativo em que: a) a condição de funcionário está franqueada aos membros de todas

¹⁷⁵ Hobsbawm, 1978, p. 55.

¹⁷⁶ Cf. Saes, 1994, cap.1: O conceito de Estado burguês.

as classes sociais; b) o exercício das funções estatais baseia-se na formação de um fundo *público*, tido como propriedade da coletividade em geral; c) o recrutamento do pessoal estatal está orientado por algum critério de competência.

O coronelismo depende da vigência de princípios pré-burgueses na órbita municipal do Estado, embora com nuances, pois tal esfera encontra-se subordinada ao Estado burguês no plano nacional. A coexistência de duas modalidades de funcionamento institucional reflete-se em uma dinâmica complexa entre os coronéis (orientados pela ideologia "patrimonialista") e os seus prepostos - os profissionais de classe média (guiados pela ideologia universalista).

As mudanças na esfera municipal do Estado na região pesquisada são visíveis. De fato, a estrada, a escola, o chafariz, o posto médico deixaram de ser atividades custeadas ou intermediadas pelo fazendeiro e passaram à responsabilidade das administrações municipais que se reaparelham no sentido de gerir os recursos e os equipamentos de uso coletivo como públicos.

Num primeiro momento, as escolas funcionavam em baracões das fazendas e eram custeadas pelos proprietários, que pagavam aos professores. O coronel assumia o ônus da escolarização primária dos seus moradores, visando basicamente preencher as condições para o voto.

Numa fase intermediária, surgiu a escola municipal "leiga": salas de aulas ministradas por professores sem a qualificação profissional, funcionando em precárias condições, geralmente nas residências dos moradores das fazendas ou pequenos proprietários. Os leigos recebem um "salário" (quase sempre muito inferior ao mínimo oficial) pago pela prefeitura, o que permitiu um aumento significativo do número de escolas e professores na zona rural. Nessa situação, os custos, ao invés de recaírem sobre o proprietário da terra individual, são distribuídos para o conjunto dos proprietários, uma vez que as despesas principais ("salário", material escolar) são assumidas pela prefeitura.

Mas o funcionamento da escola no interior da propriedade não significaria a utilização, pelo coronel, de recursos *públicos* para fins *privados*? A questão, formulada nesses termos, não parece bem colocada, porque, no domínio coronelista, não existe ainda a noção

de um fundo *público* (comum a toda a coletividade). Sob o coronelismo, a administração estatal local, como indicamos, é de tipo pré-capitalista: os recursos comuns ao conjunto da classe dominante regional não aparecem como bens *públicos*, mas como *posses* da facção governante. Em outras palavras, o conflito entre o proprietário individual e o conjunto dos proprietários de terra não se expressa sob a forma das oposições entre o *particular* e o *universal*, o *privado* e o *público* - típicas do Estado moderno burguês -, mas como uma tensão de partes justapostas (as facções).

Nesse sentido, no caso das escolas municipais localizadas nas fazendas, não há propriamente uma apropriação *privada* de recursos *públicos*, porém, o uso de uma quota do fundo comum aos proprietários, quando, na oposição, o coronel perde o seu usufruto com a destituição de seus adeptos dos empregos. Alguns depoimentos, recolhidos numa pesquisa sobre professores leigos¹⁷⁷, ilustram a condição do emprego municipal como propriedade do grupo governante:

Quem ganha, tira os professores que foram contra. Isto aí eu digo e não peço segredo porque é mesmo. Eles só dão emprego se for do partido deles; se souber que é do outro partido, joga fora. Aqui neste lugarzinho só se trata de política. É triste.¹⁷⁸

Uma das razões para a proliferação da escola rural leiga está relacionada ao contexto de crise do coronelismo. É certo que houve a influência da política educacional federal, que visava diminuir os índices de analfabetismo: o aparecimento, no campo, de postos de alfabetização de adultos do MOBREAL constituiu-se num precedente que ajudou na proliferação das escolas e dos professores leigos, uma vez que, após o curso, os alfabetizadores conseguiam, através de pedidos políticos, permanecer como professores municipais, ensinando nas suas próprias casas. Mas isso não parece determinante, se conside-

¹⁷⁷ Cf. José Ribamar Rodrigues. **Magistério leigo rural do Piauí**: concepções e práticas. (1985. Tese (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1985. (Agradecemos a Maria do Carmo Bonfim, CCE-UFPI, a indicação desse trabalho.)

¹⁷⁸ *Idem, ibidem*, p. 126-27.

rarmos que várias das diretrizes educacionais nacionais, quando confrontadas com a realidade socioeconômica interiorana, não saíram do papel. Um exemplo é o próprio Estatuto do Magistério Municipal, que fixa competências e estabelece um quadro de cargos e salários, mas permaneceu como letra morta até bem pouco tempo na grande maioria dos municípios do interior piauiense. Porém, o fenômeno da difusão da escola rural torna-se mais compreensível se levarmos em conta o momento de transição vivido pela economia e pela sociedade agrária.

Diante das pressões migratórias causadas, de um lado, pela atração das grandes cidades, e, de outro, pela estagnação do latifúndio tradicional, a escola rural passou a ser um dos elementos que ajudam a reter a mão de obra no campo, adiando a saída das famílias potencialmente migrantes não só por atender à demanda dos filhos em idade de escolarização, mas também por ampliar a oferta de emprego para professores. O proprietário de terras intermedeia, junto à prefeitura, o "emprego" (com baixíssima remuneração e sem garantias trabalhistas) no magistério, normalmente para a esposa ou a filha do morador.

As condições de trabalho são tão precárias quanto as contratuais: não há condições físicas, faltam equipamentos necessários, há escassez de material didático. De qualquer maneira, isso permite o emprego da força de trabalho feminina no campo, cuja renda serve de complemento ao baixo rendimento masculino dos roçados. Em relação à filha (solteira) do morador, o emprego evita a sua saída antecipada para o núcleo urbano (onde o seu destino é geralmente o trabalho doméstico, em troca da condição de continuar os estudos), o que potencializa os casamentos para a força de trabalho masculina jovem ocupada nas roças.

A expansão da escola rural leiga está, portanto, relacionada basicamente à fase do declínio quantitativo (pressão migratória) do coronelismo.¹⁷⁹

¹⁷⁹ Essa explicação foi, de passagem, sugerida no estudo citado: "[...] de um lado, a inexistência de pessoas habilitadas para lecionar no campo e, de outro, a necessidade de escolas *para garantir a instrução e a permanência do homem na terra*, ocasionaram uma política educacional rural geradora da oficialização do professor leigo no ensino". (Cf. Rodrigues, 1985, "Resumo" - grifos nossos).

Por fim, na fase da mudança qualitativa (modernização do latifúndio, assentamentos agrícolas) das condições do coronelismo, a escola rural torna-se *pública*. Assim, em substituição às velhas escolas improvisadas nos barracões ou nas casas dos moradores das fazendas, as prefeituras constroem prédios em áreas próprias, junto aos aglomerados urbanos dos povoados, fornecendo um mínimo de equipamentos, merenda, material escolar. Nessa última fase, exige-se, dentro de um prazo fixado, a capacitação do professor leigo, e começam a ser realizados, pelo menos formalmente, os concursos para o recrutamento do professorado. Em geral, com o fim do monopólio das funções estatais na esfera local, os coronéis perdem um importante instrumento que cimentava os vínculos da dominação pessoal.

Como um símbolo disso, na sede dos municípios, os órgãos administrativos e legislativos ganharam prédios separados, com arquitetura em destaque, tornando-se as principais referências da cidade. Perderam, assim, importância a casa do prefeito, a residência do médico, a casa paroquial, e ganharam o primeiro plano a sede da prefeitura, o hospital público, o fórum municipal.

Foi nesse quadro de transformações político-institucionais - o voto *livre*, a ampliação do espectro partidário, a descentralização do pleito eleitoral, a modernização burguesa do aparelho municipal do Estado - que passaram ao primeiro plano da cena político-partidária os "novos políticos", contestadores do esquema coronelício e agentes de um outro padrão de domínio político-eleitoral - o clientelismo.

Poder-se-ia objetar que a constatação de um paralelismo entre a transformação da esfera econômica (da *sujeição* na propriedade rural para a *liberdade* do mercado de trabalho) e a mudança na esfera político-eleitoral (do voto de *cabresto* para o voto *livre*) não permite inferir uma relação causal entre elas. No entanto, não vemos outro fator plausível que desempenhasse o papel de explicar a mudança da prática político-eleitoral.

Seria esse fator uma alteração de mentalidade dos grandes proprietários de terra? Mas a herança colonial agrária, num contexto em que outras regiões tomaram a dianteira do desenvolvimento capitalista, tornava *racional* a permanência do latifúndio pré-capitalista, o que significa que a mudança de mentalidade dependia de outros fatores desencadeadores da metamorfose do latifúndio na

empresa rural. Por que, afinal, o coronel mudaria de mentalidade se ele não tinha o sentimento da *irracionalidade* do latifúndio?

Ou o fator principal do fim do coronelismo seria a recomposição do grupo político dirigente no nível estadual? Ora, nada impedia, como nos sugere Paulo H. Martins, que os coronéis utilizassem o acesso à máquina governamental para converter os seus velhos latifúndios em empresas capitalistas, o que torna duvidosa a afirmativa de que as suas presenças nas cúpulas do aparelho estatal inviabilizassem a superação do latifúndio obsoleto¹⁸⁰.

Convém notar que uma mudança na composição do grupo dirigente sub-regional, em detrimento da presença direta dos fazendeiros, não implicaria, por si só, uma desagregação do coronelismo. Como mostrou Raimundo Faoro, o médico, o advogado e outros podem estar a serviço do coronel¹⁸¹. Para que a recomposição do grupo dirigente sub-regional se faça contra os coronéis e seus prepostos, deve ser antecedida pela desagregação dos currais eleitorais, ou seja, da propriedade agrária senhorial. Afinal, é o controle de um elevado contingente de força de trabalho que confere ao grande proprietário da terra, embora sem expressão econômica externa ao município, um alto prestígio social e a eficácia político-eleitoral.

Dessa forma, as objeções a um outro fator explicativo nos levam a sustentar, com alguma segurança, a relação causal entre a transformação agrária e a mudança político-eleitoral.

Cabe ainda apontarmos uma hipótese explicativa para a relativa defasagem entre a mudança econômica (a partir da década de 1970) e a política (década de 1990). Tal explicação pode ser encontrada no elemento sociológico referente aos conflitos de gerações. Os valores da fidelidade política, apesar de sua base econômica ter sido corroída, perduraram, em alguma medida, na mentalidade dos mais velhos, que têm, em regra, mais dificuldades de adaptar-se aos valores do novo contexto. Como observou Pierre Bourdieu,

¹⁸⁰ Cf. Paulo Henrique Martins. La récupération du 'developpement' par l'oligarchie dans le Nordeste brésilien ou la modernisation agraire détournée. **Revue Tiers Monde**, v. 22, n. 126, p. 391-412, 1991.

¹⁸¹ Cf. Raimundo Faoro. **Os donos do poder**. 10. ed. v. II. Porto Alegre: Editora Globo, 1995.

[...] a velhice também é um declínio social, uma perda de poder social e através deste viés, os velhos têm, no que se refere aos jovens, uma relação que também é característica das classes em declínio; [os velhos] são contra tudo aquilo que muda, tudo aquilo que se move, justamente porque eles deixaram o futuro para trás, enquanto os jovens se definem como tendo futuro, como definindo o futuro.¹⁸²

Embora nem todos os velhos fossem conservadores, foi necessário o intervalo de uma geração para que outros valores políticos (ideologia clientelista) se impusessem.

Entre as causas do fim do coronelismo encontra-se, pois, como o seu elemento determinante, em última instância, a questão agrária. Outros fatores, como o aperfeiçoamento do sistema eleitoral, o exercício contínuo do voto e o acesso às informações pela ampliação dos sistemas de comunicação (rádio, televisão, estradas, etc.) são, por si sós, insuficientes para determinar a desagregação do sistema de patronagem, uma vez que os coronéis se mostram capazes de readaptar-se a esses elementos. Como destacou V. N. Leal¹⁸³, "[...] a decomposição do 'coronelismo' só será completa, quando se tiver operado uma alteração fundamental [...]" na estrutura agrária. A mudança político-institucional e o crescimento urbano-industrial são apenas fatores de seu declínio quantitativo. A população rural, na transição para o capitalismo industrial, tende a decair, dado que decrescem as atividades do setor primário, o que contribui para a trajetória relativamente descendente da patronagem.

Aparentemente, a nova liderança local, os "burocratas" do Estado, surgida com a modernização agrária, põe em questão o fim da patronagem. De mesmo modo que os velhos chefes políticos, os novos líderes regionais também se utilizam da manipulação eleitoral, não havendo uma ruptura em suas práticas "autoritárias" e "paternalistas"¹⁸⁴. Entretanto, para além de semelhanças superficiais,

¹⁸² Ver P. Bourdieu. A juventude é apenas uma palavra. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 118-19.

¹⁸³ Leal, 1975, p. 257.

¹⁸⁴ Cf. M. Bursztyń. **O poder dos donos**. Petrópolis: Vozes, 1984.

tanto o conteúdo quanto a forma da manipulação eleitoral se alteram de um contexto para outro: no primeiro, estavam em jogo os interesses agrários pré-capitalistas, e a manipulação política assumia a forma do voto de cabresto; no segundo, serão decisivos os interesses capitalistas, sob a nova forma política do voto de barganha.

A questão nacional parece preceder à questão interna na mudança política. Uma das bases de poder e prestígio do coronel encontra-se no seu papel de mediador entre a comunidade camponesa relativamente isolada e a sociedade mais ampla. Em consequência, apoiando-se nas políticas governamentais de desenvolvimento, o partido moderno agirá para "[...] quebrar o isolamento social e desenvolver um tipo de 'integração' regional ou nacional"¹⁸⁵. Em contraposição à sociedade externa, os camponeses ganham uma identidade junto aos seus patrões. Daí a desconfiança do governo central em relação aos "notáveis" das regiões atrasadas e isoladas, pois eles poderiam insurgir as massas camponesas contra o Estado nacional.

Todavia, como observa Eric Hobsbawm¹⁸⁶, é pouco provável que a "agitação nacionalista", ao menos "na sua forma de simples xenofobia", anteceda a uma agitação social. A "comunidade camponesa" cede lugar ao de "conflitos no setor rural", uma vez que os últimos "pesam mais", pois os interesses em comum da coletividade local são apenas abstratos. Nesse sentido, a desconfiança do governo central diante dos chefes políticos rurais deve-se mais à ameaça potencial de explosão camponesa do que às chantagens separacionistas regionais. Foi o caso das Ligas Camponesas no Nordeste brasileiro, que, ao liderarem a atuação independente dos trabalhadores rurais na década de 1950, contribuíram para desacreditar o compromisso coronelício junto aos grupos dominantes nacionais e para conduzir ao consequente ostracismo os velhos potentados locais.

Na realidade, o papel mediador do coronel será melhor apreendido não pela referência à defesa dos interesses abstratos da "comunidade local", mas fundamentalmente pela sua capacidade em preservar uma determinada estrutura agrária. Como agente de altera-

¹⁸⁵ A. Weingrod. Patrons, patronage, and political parties. **Comparative studies in society and history**, v. 10, n. 4, p. 388-397, 1968, p. 385.

¹⁸⁶ Hobsbawm, 1978.

ção dessa estrutura no campo é que o partido moderno, apoiado nos programas governamentais de desenvolvimento, substitui o papel mediador do chefe oligárquico diante do Estado nacional.

IV. O CLIENTELISMO ESTATAL

Um recurso metodológico usual em trabalhos de ciência política consiste em opor a visão que a burocracia estatal tem de si mesma ("Estado formal") às suas práticas ("Estado real"). Contrapostas aos princípios formais de independência e racionalidade do Estado capitalista, as práticas reais aparecem como "imposturas" ou "vícios". Implícita nessa perspectiva está a crença de que as práticas "desviantes" - como é o caso do clientelismo - possam ser, se não extintas, pelo menos reduzidas a um patamar insignificante, pois a origem de tais "defeitos" estaria não na própria essência da burocracia estatal, mas no "ambiente" em que ela fora implantada, no caso brasileiro, a nossa herança colonial¹⁸⁷.

Os partidários dessa perspectiva acreditam que a forma legal-racional é para valer: removidos os obstáculos herdados, ela se realizaria plenamente. Ora, apesar de a forma legal-racional, isto é, a universalidade do Estado ser um pressuposto da forma mercantil da força de trabalho, o seu verdadeiro conteúdo é particular (o interesse de classe), assim como a desigualdade (a mais-valia) é o conteúdo real da forma da troca de equivalentes consagrada no contrato de trabalho.

Não é conveniente se passar ao extremo oposto e, reconhecendo as práticas clientelistas como um fato "normal" da burocracia estatal, torná-las um dado positivo. Essa é a tendência de trabalhos inspirados em abordagens da antropologia social, que identificam no clientelismo um resgate da "pessoa" contra o aspecto "impessoal" da

¹⁸⁷ Cf. Saes, 1994, cap. 1: O conceito de Estado burguês.

legalidade burocrática¹⁸⁸. Um dos problemas dessa perspectiva consiste em minimizar as práticas da burocracia estatal, entre as quais o clientelismo, como práticas de dominação.

1. A Ascensão do Clientelismo Estatal

Na passagem da política coronelista, baseada em relações de dependência pessoal (moradia), para a política clientelista, assentada em relações de independência pessoal (assalariamento, pequena propriedade), essa pode assumir tanto a variante **privada**, como se deu nos EUA, quanto a **estatal**, como no Sul da Itália.¹⁸⁹ No caso piauiense, o declínio coronelício se faz predominantemente pela via do clientelismo estatal. Nesse espaço, o intervencionismo do Estado desempenhou um papel central para o surgimento e a "integração" de novas classes sociais (proletariado rural, burguesia agrária, pequena burguesia mercantil).

Procuramos, em seguida, discutir vários aspectos que indicam a tendência ao predomínio do clientelismo estatal na região: a) a proliferação do associativismo rural; b) a expansão das políticas sociais; c) a modernização administrativa; d) o crescimento dos partidos de esquerda.

O Associativismo Rural

A proliferação de Associações de Pequenos Produtores na zona rural, incentivadas, em sua maioria, pelas prefeituras, em torno de programas de apoio à pequena produção agrícola e à distribuição de equipamentos e bens sociais, significou a sofisticação na relação entre o Estado e as classes populares na região. A fala a seguir é representativa do padrão de política estabelecido:

¹⁸⁸ Ver, por exemplo, Teresa Caldeira. **A política dos outros**. São Paulo: Brasiliense, 1984; e Marcio Goldman; Ronaldo dos Santos Sant'anna. Elementos para uma análise antropológica do voto. In: Moacir Palmeira; Marcio Goldman (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996.

¹⁸⁹ Cf. Raimondo Catanzaro. Potere e politica locale in Italia. **Quaderni di sociologia**, XXIV, n. 4, p. 273-322, 1975.

Nós trabalhamos muito com as lideranças comunitárias. Fizemos um trabalho inicial na Prefeitura de formação de Associações, organização da comunidade, para que se pudesse levar o benefício para a comunidade; deixarem de ser atendidos aqueles pedidos individuais. (Prefeito - PSDB, Esperantina).

Na última década, foram criadas Associações em praticamente todas as localidades rurais dos principais municípios na região. O saldo político desse trabalho parece altamente positivo para o esquema dominante:

Aqui, as comunidades todas, até onde eu sei, todas votam com a gente. Só pra você ter uma ideia, de todos esses presidentes de Associações, tem um só [...] que não vota com o nosso esquema. Porque foi o nosso esquema que organizou essas Associações. Foi o esquema que apoiou as Associações. Por isso, existe um compromisso dessas Associações, dessas comunidades. (Prefeito - PMDB, Barras).¹⁹⁰

O Governo Federal implementou o Programa de Apoio ao Pequenos Produtores (PAPP), a partir da segunda metade da década de 1980. As avaliações desse programa mostram o seu papel de apaziguador das tensões sociais no campo e de inibidor do êxodo rural¹⁹¹. A estratégia consiste em trabalhar com as comunidades organizadas, procurando atender às demandas diretamente expressas por elas, o que nem sempre corresponde à alternativa tecnicamente mais efici-

¹⁹⁰ Referindo-se à experiência de associativismo entre os camponeses em Minas Gerais, no final dos anos 1970 e início dos 1980, Eduardo Ribeiro, em *Experiências associativas de camponeses em Minas Gerais. Cadernos de Estudos*, n. 7, 1994, p. 17, constatou que a "Associação era uma organização de importância estratégica para as políticas públicas. Ela era o canal que garantia o trânsito ativo entre governo e camponeses, uma forma de legitimar programas de assistência ou extensão". Isto, porém, não impediu, como relata o autor, que uma parte das Associações adquirisse posteriormente uma posição mais independente em relação ao Estado.

¹⁹¹ Ver Teresa Sales. *Movimentos sociais no campo frente à ação do Estado*. Col. Ciências sociais hoje. São Paulo: Anpocs/Revista dos Tribunais, 1989.

ente em termos de produção. O programa atua principalmente com os projetos "produtivos" (casas de farinha, pequenas usinas de beneficiamento de arroz, roças comunitárias, irrigação comunitária, forrageiras, fornecimento de equipamentos agrícolas) e os projetos de "equipamentos públicos comunitários" (construção de poços, charizes e lavanderias), além de incentivar a mobilização comunitária.

O encaminhamento dos projetos comunitários junto ao Conselho Estadual do PAPP, apesar de as diretrizes do Programa apresentarem a proposta de relação direta com a comunidade, é feito com a intermediação dos esquemas políticos, como explicita o depoimento seguinte:

No meio dos projetos também tem o lado político. Tem o lado político por quê? Se o projeto chega lá no PAPP, na mesma hora o presidente lá do PAPP liga para o político, no caso, de Barras: "- Rapaz, aqui tá chegando um projeto de Associação tal, você tem interesse nisso?" Se ele disser: "Rapaz, eu não tenho interesse", esse projeto vai engavetado, lá ele fica. (Presidente da Associação do Bairro Xiquexique, Barras).

Outra evidência do favoritismo político é o fato de que as localidades situadas junto à divisa dos municípios tendem a receber menos benefícios, uma vez que os políticos locais não têm a certeza do domicílio eleitoral dos eleitores daquelas áreas.

Na linha do incentivo governamental à mobilização comunitária, foi criada a figura do *agente comunitário*. São pessoas, geralmente de nível escolar médio, contratadas pelo Governo, que desempenham atividades de orientação junto às localidades rurais, sobre assuntos nas áreas de saúde, assistência sanitária e projetos produtivos. Embora nem sempre eles próprios atuem como lideranças (por vezes apenas influenciam as lideranças espontâneas), os agentes comunitários são candidatos a um novo tipo de cabo eleitoral: aquele diretamente financiado pelo Estado. Os cabos eleitorais tradicionais também podem ser financiados com recursos estatais, mas devem exercer, pelo menos formalmente, outra função.

Outra versão dos cabos eleitorais são os "líderes comunitários profissionais"¹⁹², em sua grande maioria funcionários públicos lotados em algum órgão do poder municipal ou estadual, à disposição dos movimentos comunitários. Uma trajetória possível de cooptação de um líder comunitário pode ser assim descrita: orientado por corrente política que apoia o governo "progressista", a liderança se engaja em espaços de participação (Conselhos, Fóruns) criados ou incentivados pela Prefeitura. O líder absorve o discurso técnico dos representantes do Estado, e, diante da falta de encaminhamento das negociações realizadas, fica propenso a aceitar a burocratização dos espaços participativos, que se tornam efetivamente órgãos de política governamental, incorporando, finalmente, os líderes como funcionários¹⁹³.

O apoio do Estado à mobilização popular se confronta com o trabalho de organização realizado pelas forças de esquerda. As lideranças sindicais e populares têm articulada uma crítica ao aparelhamento, como meios para "jogos eleitoreiros", que os diversos programas proporcionam aos governos locais. Entretanto, na prática, a proposta participativa dos programas passou a justificar um efetivo vínculo do movimento sindical e popular aos aparelhos governamentais.

Talvez pelo confronto com a experiência de autoritarismo do regime militar, difundiu-se no discurso das lideranças de esquerda um certo otimismo frente às potencialidades das novas formas de mobilização popular, voltadas para a gestão de políticas sociais, como o associativismo rural. Esse otimismo se alimenta de posturas teóricas, como a de Celso Daniel¹⁹⁴, que assumem certa idealização da demo-

¹⁹² Cf. Ilza Andrade. Estado, poder local e organizações populares (1978-1985). In: Elimar Pinheiro do Nascimento; Irllys Alencar Barreira (Org.). **Brasil urbano: cenários da ordem de da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993, p. 44.

¹⁹³ Cf. Dulce Silva. Movimentos sociais urbanos e estado: efeitos políticos institucionais e consolidação democrática. In: Elimar Pinheiro do Nascimento; Irllys Alencar Barreira (Org.). **Brasil urbano: cenários da ordem de da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993, p. 244-51. Neste artigo, a trajetória de cooptação de líderes comunitários é descrita para o município de Teresina, na década de 1980.

¹⁹⁴ Cf. Celso Daniel. As administrações democráticas e populares. **Espaço e debates**, v. 8, n. 24, p. 1-10, 1988.

cracia no capitalismo, supondo que a mobilização e a participação popular possam efetivamente levar ao controle popular do aparelho de Estado capitalista¹⁹⁵.

Contudo, os estudos sobre a participação popular na gestão de políticas públicas vêm apontando os seus limites. Primeiro, a participação das organizações populares não atinge os centros decisórios das políticas, geralmente definidas no plano federal. Trata-se de uma "participação restrita", que tende a envolver a "[...] comunidade diretamente beneficiada em um projeto específico, ou em programa local, através de fornecimento de mão de obra (voluntária ou sub-remunerada) e em definições de microprioridades e alocações de recursos e equipamentos de consumo coletivo diretamente concernentes àquela iniciativa governamental específica"¹⁹⁶. Segundo, o enquadramento burocrático das organizações populares limita a possibilidade de redefinições dos programas no plano local e inibe outras reivindicações, consideradas inviáveis ou inadequadas. Isso normalmente é feito em nome de uma "política da escassez", o que significa "[...] transferir para as organizações a lógica de permanecer dentro dos limites da administrabilidade estabelecidos pelos recursos disponíveis e pelas possibilidades apresentadas pela ação estatal"¹⁹⁷.

A lógica burocrática desqualifica também certas ações introduzidas pelas classes populares na aplicação dos programas, como o uso do crédito agrícola para satisfazer às suas necessidades de sobrevivência. Se, em relação às ações desviantes dos representantes do Estado e do capital, os órgãos oficiais assumem uma retórica moralizante, sem maiores consequências práticas, quanto aos setores

¹⁹⁵ Afirma Celso Daniel (1988, p. 18) que "As inclinações autoritárias da cultura política brasileira reportam, entre outros fatores, à existência de um conjunto de procedimentos de subordinação da sociedade pelo Estado - casos do ponto de vista do Estado, do populismo ou do clientelismo. A democratização do Estado e da sociedade exigem a inversão dos termos dessa relação: é mister eliminar os referidos meios de subordinação, substituindo-os por outros, de nova qualidade, que *viabilizem* o controle da sociedade sobre o Estado".

¹⁹⁶ Ana Maria Quiroga Fausto Neto. Revivendo mecanismos autoritários: as organizações de moradores na gestão de políticas públicas. In: Elimar Pinheiro do Nascimento; Irllys Alencar Barreira (Org.). **Brasil urbano**: cenários da ordem e da desordem. Rio de Janeiro: Notrya, 1993, p. 19.

¹⁹⁷ *Idem, ibidem*, p. 22.

populares, o discurso moralista pode justificar a suspensão dos programas.

Destacam-se dois significados mais gerais na ação mobilizadora implementada pelo Estado. De um lado, a relação com as organizações populares permite que se introduza um *quantum* de racionalidade na máquina administrativa: ela evita a pulverização excessiva dos recursos, serve para identificar ou justificar prioridades e compromete as organizações como instrumento fiscalizador. De outro lado, a ação mobilizadora estatal atende à necessidade dos grupos dominantes, de contraposição ao associativismo de esquerda, visando "[...] a neutralização dos conflitos e o amortecimento da pressão popular"¹⁹⁸.

A proliferação de lideranças clientelistas no Nordeste rural recente exprime uma nova matriz ideológica do Estado. A ação estatal vem orientada pela metodologia de *gestão participativa*, formulada a partir de agências do capital internacional, como o Banco Mundial. Segundo essa diretriz, as políticas distributivas devem romper com a noção de *assistidos*, junto aos beneficiados, e introduzir o conceito de *clientes-consumidores*, os quais passarão a ter uma influência na alocação e no controle dos recursos, à medida que estiverem organizados, aumentando a *eficiência* (técnica e política) dos benefícios. A partir disso, as Prefeituras só poderiam firmar algum convênio de programas para o desenvolvimento rural, envolvendo os recursos internacionais ou nacionais, se a "população-alvo" estivesse engajada em associações locais. Isso induz a uma verdadeira explosão de Associações, criadas a partir do Estado.

A estrutura organizacional das Associações - o legalismo, o burocratismo - contribui para a continuidade do vínculo das lideranças ao Estado. Ligados aos programas, encontram-se a manipulação de estatutos, as cláusulas contratuais, a contabilidade, o gerenciamento - que terminam transformando as lideranças mais em funcionários do Estado do que em representantes dos setores populares.

¹⁹⁸ Andrade, 1993, p.44.

O Quadro das Políticas Sociais

Um fator de reforço à expansão das políticas sociais sob a responsabilidade dos governos municipais - que na região vêm sofrendo pressões crescentes em torno da demanda por equipamentos de consumo coletivo, em razão da urbanização acelerada - foi a mudança constitucional de 1988.

Por um lado, a nova Constituição propiciou uma injeção de recursos financeiros aos municípios, através de alterações nas percentagens de distribuição dos recursos fiscais, elevando a participação dos estados e dos municípios (de 17,5% para 22,5%), bem como aumentando a participação dos municípios no ICMS (de 20% para 25%). O Estado brasileiro tornou-se um dos mais avançados no que se refere à participação das esferas subnacionais no gasto público. Além disso, enquanto em outros países a esfera local detém normalmente apenas uma fonte de tributação, correspondente ao Imposto Sobre Serviços (ISS), aqui, os municípios dispõem de mais fontes: Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); Impostos de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI-Intervivos)¹⁹⁹. Mais ricas, as Prefeituras têm uma lista de obras a exibir e como barganhar votos.

Por outro lado, a Constituição assumiu teor descentralizante no que se refere às políticas governamentais, e, em particular, às políticas sociais. Os constituintes privilegiaram como o instrumento para garantir a "alocação ótima" dos recursos o "princípio social do gasto público"²⁰⁰. Segundo essa diretriz, o eficaz "controle social" dos recursos estatais exige, como condição, a proximidade entre a unidade gestora do gasto e o público-alvo, o que ocorreria principalmente com a transferência das responsabilidades para os estados e os municípios. Nesse sentido, as prefeituras devem não só aumentar a proporção em gastos sociais, mas também alterar a gestão das políticas, propiciando uma abertura de espaços à participação popular, que, devemos ressaltar, sob o ideal de controle sobre o Esta-

¹⁹⁹ Cf. A. W. Barrera; M. L. Roarelli. Relações fiscais intergovernamentais. In: R. Affonso; P. Silva (Org.). **Reforma tributária e federação**. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995.

²⁰⁰ Cf. *Idem, ibidem*.

do, pode se converter em mecanismo para controlar as classes populares²⁰¹.

Os dados mostram grande elevação das transferências federais para Estados e Municípios vinculadas à dinâmica dos gastos sociais. Entre 1988 e 1992, o volume dessas transferências aumentou de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 6,8 bilhões. Os gastos federais em políticas sociais reduziram-se, no total, de 65% para 56%, entre 1980 e 1992. Nesse mesmo período, os Estados e Municípios aumentaram suas participações, respectivamente, de 24% e 11%, para 27% e 17%. Embora os gastos sociais dos Municípios sejam menores, o seu crescimento (6%) foi superior ao dos Estados (3%). Nos gastos de habitação, por exemplo, o Governo central reduziu sua participação de 61,3% para 19,5%, entre 1980 e 1990, enquanto os municípios ampliaram a sua participação de 30% para 63,7%²⁰². O gasto público social total elevou-se de 13,9% para 17,1% em relação ao PIB nacional entre 1980 e 1992. Essa expansão, porém, ocorre num período em que se combinam recessão econômica e concentração da renda, o que acentua o papel compensatório e assistencialista das políticas sociais²⁰³.

Em relação aos mecanismos de gestão administrativa, uma avaliação das Leis Orgânicas e Planos Diretores das grandes cidades no país mostrou que o princípio de democratização da gestão estatal tem sido incorporado na esfera local.

²⁰¹ Um avanço no debate sobre a "descentralização", como forma de permitir a participação popular no governo subnacional, foi desvincular as posições de centralização/descentralização das de direita/esquerda: nem sempre a direita é centralizante, e a defesa cega da descentralização pela esquerda leva a atitudes ingênuas. (Cf. Luísa Battaglia. Reforma administrativa da prefeitura do município de São Paulo: algumas questões de fundo. **Espaço e debates**, v. 10, n. 30, p. 1-9, 1990.)

²⁰² Cf. André Medici. Políticas sociais e federalismo. In: R. Affonso; P. Silva (Org.). **Reforma tributária e federação**. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995.

²⁰³ Cf. Luís C. Ribeiro. O município e a reforma urbana: os desafios da política urbana redistributiva. **Proposta**, n. 22, p. 5-17, 1994.

As leis não apenas reproduziram princípios, direitos e instrumentos consagrados na Constituição Federal, mas, em muitos casos, inovaram, ampliando as possibilidades de participação popular, criando novos espaços jurídicos para a afirmação de direitos coletivos e sociais, e assumindo responsabilidade, no nível local, pela elaboração, implementação e financiamento das políticas, principalmente no campo da habitação popular e do meio ambiente²⁰⁴.

As Legislações Municipais mostram-se mais avançadas em termos "publicistas" do que a Constituição Federal. A propriedade da terra, por exemplo, apresenta uma componente menos "privatista" (lógica especulativa) nas legislações locais²⁰⁵.

Quais as razões de se cristalizarem no quadro constitucional brasileiro os mais avançados princípios descentralizantes na gestão do Estado? Podemos elencar os seguintes conjuntos de fatores: a) a conjuntura internacional de crise dos "Estados de bem-estar"; b) a experiência negativa recente de Estatismo no regime militar; c) a mobilização popular orientada pela perspectiva de democracia radical.

Um dos aspectos da reestruturação mundial do capital foi o encolhimento do papel do Estado na economia, com o objetivo de abrir novas áreas de investimento privado. Para além das especificidades, esse processo consiste em deslocar o planejamento econômico nacional para as esferas regionais e locais - a descentralização do Estado -, tendo como uma das suas linhas de ação dismantelar o intervencionismo central no âmbito das políticas sociais²⁰⁶. No entanto, o desmonte do "Estado de bem-estar" não pode ser abrupto, sob pena de solapar as bases da legitimidade política. Se, no

²⁰⁴ Cf. Luís C. Ribeiro (Coord.). **Questão urbana, desigualdades sociais e políticas públicas**: avaliação do programa nacional de reforma urbana. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 1994, p. 102.

²⁰⁵ Cf. Ribeiro, 1994.

²⁰⁶ Ver Edmond Préteceille. Paradigmas e problemas das políticas urbanas. **Espaço e debates**, v. 10, n. 29, p. 1-10, 1990.

plano da política econômica - a fim de corrigir as distorções decorrentes da ampliação do mercado, permanece a necessidade de um "planejamento regional" -, na esfera da política social - para sustentar o quadro de transição (da ênfase na igualdade para a ênfase na liberdade) no princípio de legitimidade do Estado nacional -, deve ser mantido o "intervencionismo local". Daí, por exemplo, o prestígio assumido pelos prefeitos no cenário político brasileiro pós-Constituinte.

Já a experiência negativa do Estatismo durante o regime militar brasileiro contribuiu para formar o consenso sobre a necessidade de "reforma do Estado". O intervencionismo econômico do ciclo militar gerou consequências que contribuíram para o esgotamento do padrão desenvolvimentista. A dívida pública, a acentuação do clientelismo e seus correlatos de desarticulação intragovernamental, corrupção, incompetência gerencial lançaram em descrédito o "setor empresarial" do Estado e o seu suporte de autoritarismo político.

Por fim, o confronto com o autoritarismo militar, a difusão da crítica de esquerda ao "socialismo real" e a experiência do "Estado de bem-estar" nos países de capitalismo avançado concorreram para formar, junto aos movimentos sociais no Brasil, a partir da década de 1970, o ideal de democracia radical. Os movimentos valorizam os espaços da participação popular e a descentralização do Estado, defendem a democracia como um valor estratégico e, diante do quadro de carências das classes populares, forjam uma plataforma de reformas sociais.

Guiados por esses ideais de democratização política e econômica, os movimentos sociais procuraram exercer influência direta no processo constituinte de 1988, através dos plenários pró-participação popular, encaminhando projetos de emenda. Embora algumas das propostas tenham sido incorporadas ao texto da Constituição Federal, o êxito maior se deu nas legislações estaduais e municipais. Entretanto, o fato de que a mobilização popular tenha sido menor na fase de elaboração do texto constitucional nos níveis subnacionais indica que as forças conservadoras se apropriaram - num plano em que os riscos são menores - das propostas de participação política. Já no final dos anos 1970, começaram a se difundir no interior do aparelho estatal e nas plataformas dos partidos conservadores as propostas de "descentralização administrativa" e de "planejamento

participativo"²⁰⁷.

Na fase do capitalismo monopolista, a descentralização aparece como uma forma de resolver os problemas concentrados nas grandes cidades, além de constituir-se em um recurso para se obter a legitimidade política²⁰⁸.

A dinamização das administrações locais tende a produzir efeitos mais rapidamente nas sub-regiões do Piauí que apresentam estrutura econômica menos atrasada. Como mostrou um estudo avaliativo, nas áreas atrasadas, as despesas municipais apresentam um perfil menos eficiente e os mecanismos participativos, quando implantados, tendem a não funcionar²⁰⁹.

No Baixo Parnaíba Piauiense, área de modernização econômica, os efeitos das mudanças constitucionais, conjugados aos fatores internos (urbanização do campo), foram percebidos como a fase da "política acelerada": "[...] o prefeito hoje que entrar na Prefeitura e não fizer nada, ele está condenado a ser banido do quadro político. [...] Essa é a política acelerada. É o aceleração do cérebro, que faz o eleitor pensar. O prefeito tem que fazer o que todo mundo veja" (Ex-vereador do PT).

No entanto, a capacidade da esfera local para resolver os problemas sociais é limitada. Uma Prefeitura que implemente ações sociais significativas acabará atraindo a migração das populações carentes dos outros municípios. É o que ocorre em algumas cidades da região que realizaram programas educacionais e de habitação popular. Mas o que uma prefeitura pode fazer em matéria de questão agrária, salário, previdência social, entre outras, se faltam os instrumentos para resolver problemas dessa natureza?

A resposta do Estado brasileiro à questão da habitação popular, na conjuntura de redemocratização da década de 1980, consistiu basicamente em institucionalizar os mutirões e a autoconstrução

²⁰⁷ Cf. Orlando A. Santos Jr. **Reforma urbana**: por um modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: FASE-UFRJ/IPPUR, 1996.

²⁰⁸ Cf. Evelyn Levy. **A democracia nas cidades globais**: um estudo sobre Londres e São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997, capítulo 1: A descentralização e o novo contexto.

²⁰⁹ Cf. Francisco A. Nascimento. **Avaliação do sistema municipal de governo**. Relatório de Pesquisa. Teresina: SEPLAN/IICA.

da moradia, através dos Programas Alternativos. O ônus da habitação passa a ser oficialmente atribuído ao próprio trabalhador, o que representa uma forma de manter a superexploração a que ele tem sido historicamente submetido, pois uma coisa é o mutirão como mecanismo de solidariedade, utilizado principalmente no meio rural e transferido para a cidade como estratégia de sobrevivência, bem como a autoconstrução, praticada largamente nas periferias das cidades: em ambos os casos, trata-se de uma prática espontânea de solidariedade, na qual os critérios de congregação não se pautam por normas rígidas e de eficiência mercantil. Outra realidade é a institucionalização de tais práticas através dos programas habitacionais oficiais²¹⁰.

O Estado, ao se apropriar das práticas de solidariedade populares, obtém uma dupla vantagem, política e econômica: a) procura diminuir as pressões crescentes por moradia; b) reduz o volume de recursos que aplicaria em soluções tradicionais. Os Programas Alternativos, sucessivamente substituídos, dão a ilusão de atender às necessidades de habitação das classes populares, sem ameaça aos grupos de renda mais elevada, além de viabilizarem a participação do Estado na reprodução da força de trabalho a baixo custo²¹¹.

Os programas tradicionais, organizados, até meados dos anos 1980, via Banco Nacional da Habitação, e inseridos na lógica do mercado imobiliário e da indústria da construção civil, excluíam amplos setores das classes populares, pois atingiam, no limite inferior, a população de renda familiar entre 3 a 5 salários mínimos, quando a grande maioria das famílias das classes populares se encontrava em um nível de renda abaixo de três salários mínimos. Na prática, o Estado, até à crise do BNH, deixava os estratos inferiores das classes populares relegados à própria sorte na busca de soluções para o problema da moradia, multiplicando-se as favelas e as invasões de áreas públicas e privadas. A política governamental para a questão da moradia popular consistia basicamente na repressão: o Estado procurava desenvolver programas de erradicação das favelas e dos cortiços nos grandes centros urbanos, incentivando, inclusive, a população periférica a retornar ao campo.

²¹⁰ Cf. Maria Ozanira da Silva. **Política habitacional brasileira**. São Paulo: Cortez, 1989.

²¹¹ Cf. *Idem, ibidem*.

Com a Nova República, diante da crescente pressão popular por moradia e da necessidade do Estado para obter uma nova legitimidade, proliferam os programas de subsídio à habitação popular. Os Programas Alternativos (excluídos do Sistema Financeiro de Habitação) adotam como um dos seus pressupostos a "participação popular", que deveria se materializar não só na responsabilização dos beneficiados pelo fornecimento da mão de obra à construção das moradias, mas também no envolvimento da população sob a forma do associativismo.

Os programas habitacionais populares tendem ao clientelismo estatal, porque, nas suas origens, encontra-se a busca de legitimidade do Estado nacional. Há um aspecto regular nas propostas dos programas: constituir os beneficiários em *atores sociais*, visando a um "remodelamento" do perfil das classes populares. O Programa Nacional do Mutirão Habitacional (PNMH), por exemplo, exigia, mesmo em áreas onde já existiam associações organizadas, a criação das Sociedades Comunitárias Habitacionais (SCH), cujos Conselhos deviam ser compostos por representantes do Poder Público (Prefeitura ou órgão estadual), da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), da Companhia de Habitação (COHAB) e da Comunidade (moradores). Dentre os objetivos relacionados à implementação do PNMH, destacaram-se: a) a aproximação junto aos movimentos populares; b) a tentativa de envolver os líderes e as associações de bairro nas tarefas de gestão do projeto; c) a busca por gerar uma base de apoio político²¹². O depoimento de uma liderança ilustra esse diagnóstico: "A proposta do governo em trabalhar de forma conjunta é muito inteligente. [...] Sem dúvida, sabemos que nesse processo muitos líderes estão confundindo-se com o Estado"²¹³. O trabalho numa estrutura organizativa como a SCH tem levado alguns líderes à perda do sentido da representação de classe: "Ele (líder) olha as pessoas não como um companheiro, mas como uma pessoa que tem poder e que representa o governo"²¹⁴.

²¹² Ver Elza Maria Braga. **Os labirintos da habitação popular**: conjunturas, programas e atores. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

²¹³ Braga, 1995, p. 219.

²¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 229.

Os analistas apontam para o caráter intermitente e pontual da política de habitação popular²¹⁵. Há, frequentemente, junto a essa crítica, a expectativa de que tal política pudesse ser integrada numa política urbana sistemática e coerente. No fundo, essa expectativa se converte em um meio de desarmar as lideranças populares envolvidas nas lutas por moradia, desviando-as de aprofundar o conhecimento das causas da "ineficiência" da política habitacional. Não se trata de lamentar a ineficiência dos programas habitacionais, de resto, eles serão sempre insuficientes para satisfazer às necessidades das populações mais carentes no mercado capitalista, mas de mostrar os seus limites políticos.

No que se refere à qualidade das construções, como o seu baixo nível já vem previsto, podem sofrer outro rebaixamento durante a execução dos programas. É o caso em que os intermediários locais - Prefeitura ou órgão estadual - resolvem extrapolar o número de beneficiados previstos no orçamento, em detrimento da qualidade das moradias, alardeando a irregularidade como um fato positivo, quando, na realidade, trata-se de aumentar as suas barganhas eleitorais²¹⁶.

A Modernização Administrativa

A definição de eficiência na esfera do Estado é complexa, pois envolve aspectos não apenas técnicos (produtividade), mas também políticos (prioridades, interesses), os quais podem sempre entrar em conflito.

²¹⁵ Conferir, por exemplo, Sérgio Azevedo. **A crise da política habitacional**: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: S. Azevedo; L. A. G. Andrade (Org.). *A crise da moradia nas grandes cidades*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996, p. 95.

²¹⁶ A Prefeitura de Esperantina fez um convênio com o PAPP, em 1992, para a construção de um conjunto habitacional popular. Porém, a seleção dos beneficiados no programa não foi feita com base em qualquer critério técnico: o prefeito simplesmente destinava as casas ou os lotes à medida que os pedidos iam sendo feitos. As pessoas receberam a casa só com a estrutura em madeira, tendo que fazer por conta própria as paredes e o mais. Vários moradores tiveram de mudar, em pouco tempo, o madeiramento da casa, porque, com as primeiras chuvas, as estruturas envergavam e as paredes caíam.

Em termos técnicos, o fator-chave que determina a eficiência é o fato de a relação entre *insumos* e *resultados* refletir o pressuposto de relativa escassez. Um modo de se operacionalizar o conceito consiste em tomar como *ganho de eficiência a situação na qual a taxa de crescimento do gasto público é inferior à taxa de crescimento do benefício*. É difícil a mensuração de certos serviços, como a atividade de polícia. Quando o serviço gera algum tipo de quantificação, tal como o lixo recolhido, torna-se evidentemente mais fácil mensurar a eficiência²¹⁷.

Em termos políticos, o conceito de eficiência inclui o problema dos objetivos, os quais variam segundo as orientações ideológicas. As diferenças se expressam, por exemplo, na proposição de modelos distintos de Estado do bem-estar, tornando-se problemática a abstração da linha político-ideológica quando se avalia o desempenho das políticas públicas. Assim, é pouco provável que, no âmbito das políticas sociais, um governo de esquerda não tenha um desempenho melhor do que um de direita.

Não faz parte dos nossos propósitos avaliar o desempenho dos governos municipais na região piauiense. Na ausência de trabalhos específicos, limitamo-nos a dar alguns indícios sobre esse ponto.

Quanto a gastos com pessoal, a sub-região do Baixo Parnaíba segue a tendência geral no estado, que é de aumento. Entre 1989 e 1995, as receitas com pessoal na sub-região tiveram o acréscimo de 21% para 25,2% dos orçamentos (Tabela 5). No nível estadual, entre 1986 e 1990, a participação do pessoal da administração pública na População Economicamente Ativa (PEA) estadual cresceu de 4,1% para 5,1% (Tabela 6).

Tabela 5 - Gastos de pessoal sobre o orçamento nos municípios do Baixo Parnaíba Piauiense (em %)

RECEITAS	1989	1991	1993	1995
B. Parnaíba	21,0	24,4	19,9	25,2

Fonte: Sec. do Tesouro Nacional; Finanças Públicas do Brasil.

²¹⁷ Ver Levy, 1997, cap. 3, *item* 4: A questão da eficiência, p. 56-62.

Tabela 6 - Participação do pessoal estatal na PEA - Piauí (%).

EMPREGO	1986	1987	1988	1989	1990
Adm. Pub./PEA	4,1	4,0	3,9	4,5	5,1

Fonte: PNAD-IBGE.

No entanto, o ritmo de expansão dos benefícios sociais no Baixo Parnaíba parece ter sido maior do que a média no estado. Em relação ao setor educacional, esse fato se confirma, pois, enquanto, entre 1983 e 1995, o número de matrículas nas escolas municipais em todo o estado aumentou de 38,8%, na sub-região, o acréscimo foi de 44,4%²¹⁸. Também houve um decréscimo maior do que a média estadual nos alarmantes índices de analfabetismo: entre 1980 e 1991, o analfabetismo da população de 10 a 14 anos, no Baixo Parnaíba, diminuiu em 10%, ao passo que, no estado, a queda foi de 8%.

Tabela 7 - Analfabetismo da população de 10 a 14 anos (%)

	1980	1991	Variação
Baixo Parnaíba	66	56	-10
Piauí	52	44	-8

Fonte: Censo Demográfico - IBGE.

A situação de atraso social fica evidenciada se levarmos em conta que as taxas de analfabetismo da população de 10 a 14 anos no Nordeste e no Brasil são, em 1990, de 33% e 14,4%, respectivamente (o que já significa valores bem elevados em comparação aos de outros países da América Latina), enquanto a média para a sub-região, em 1991, é de 56%.

O que explica a maior eficácia administrativa na sub-região, comparada ao desempenho médio do estado, é menos um controle da máquina municipal por parte dos setores populares, mobilizados quanto ao uso dos recursos, do que a busca da burocracia para multiplicar os apoios políticos.

Embora as questões de eficiência técnica não sejam irrelevantes, o aspecto fundamental está na questão da eficiência política, ou seja, quais os reais objetivos que as políticas sociais cum-

²¹⁸ Cf. Anuário Estatístico do Piauí (1984/85); CIP/CPS/MEC.

prem. Mesmo as ações que procuram beneficiar os setores populares mais carentes envolvem os interesses das classes dominantes. Além do mais, o funcionamento concreto (sempre pressionado em grau superior pelos membros da classe capitalista) do Estado capitalista inviabiliza o pleno sucesso de qualquer política social no sentido de atender às necessidades das classes populares, pois, em última análise, existem sempre obstáculos à tributação dos lucros.

O uso do emprego público como recurso de barganha pode ocorrer tanto na "cúpula" quanto na "base" do Estado. O primeiro está ligado ao controle direto do aparelho de Estado pelas classes dominantes, enquanto o segundo relaciona-se à cooptação dos setores populares ao bloco dominante. Com o avanço da modernização do Estado, a tendência é o declínio do empreguismo de base em benefício do de cúpula. A própria legislação consagra o último mecanismo através da instituição dos "cargos de confiança".

No domínio coronelista, dado que os recursos do governo municipal são de posse da facção governante, o recrutamento é feito com base na adesão a ela. A promessa de empregos públicos se converte num objeto da disputa entre as facções adversárias em torno dos votos do eleitorado independente. A norma do concurso público (no plano nacional, o coronel encontra-se submetido à normatividade do Estado burocrático capitalista) continua sendo letra morta.

No padrão clientelístico, com a vigência dos princípios da organização burocrática do Estado, que implica a norma do recrutamento do pessoal estatal, não mais com base em favores pessoais, mas de acordo com o sistema do mérito (competência), a tendência a utilizar o emprego público como recurso de barganha política restringe-se aos escalões superiores. É que, dadas a hierarquia e a rígida disciplina do aparelho burguês do Estado, no qual os escalões inferiores devem se submeter estritamente às ordens dos superiores, torna-se estratégico garantir o controle do topo do aparelho estatal. Na cúpula do aparelho estatal, a norma meritocrática tende a ser puramente formal, estando o seu conteúdo determinado antes de mais nada pela filiação política do candidato ao cargo. Os depoimentos abaixo ilustram a linha do argumento sobre o recrutamento do pessoal da cúpula estatal:

São pessoas ligadas à gente, é claro. E pela competência, pela seriedade, pela aptidão de cada um naquele setor. (Prefeito, Barras).

Porque chega um ponto, se você está trabalhando na máquina pública, que há necessidade de um compromisso. Isso a gente vê no próprio Governo Federal. Hoje em dia, você sabe, se o PSDB assume, você já sabe quais são os profissionais daquele partido que vão ocupar tais e tais cargos. Em qualquer nível - Município, Estado, União - há uma relação muito grande do profissional com o partido. [...] *Acho que essa é a forma mesma da política ser exercida: a influência dos partidos na escolha das pessoas.* (Ex-assessor da SEPLAN-PI).

A mudança de partido no governo acarreta A substituição de pessoas, cujo limite varia segundo "o grau de civilização" (o padrão dominante de política) de cada país ou região. Nas áreas "menos desenvolvidas" (isto é, pré-capitalistas), essa substituição, normalmente, atinge o emprego no nível não superior:

Antes de 1988, no Piauí, era assim. As pessoas não tinham seus empregos garantidos nos municípios. Com a Constituição de 88, veio a estabilidade no emprego. [...] Foi uma revolução para nós, em termos da estabilidade das pessoas. Porque, hoje, o prefeito, que é eleito, não pode jogar fora o inimigo político, quem não votou nele. Mas, antes, podia. Eram os 'recibados' simplesmente, e ele tocava fora. (Ex-assessor da SEPLAN-PI).

Os dados disponíveis apontam para uma expansão do quadro de pessoal do Estado brasileiro. O aumento do funcionalismo federal explica porque os gastos com a folha de salários do governo, entre 1985 e 1989, saltaram de 2,5% para 4,1% do PIB. Já o total de dispêndios com o pessoal empregado por estados e municípios, entre 1988 e 1990, cresceu de 4,7% para 6,8% do PIB²¹⁹.

²¹⁹ Cf. Fernando Rezende. O financiamento das políticas públicas: problemas atuais. In: SILVA, P. L. B.; AFFONSO, R. B. (Org.). **A federação em perspectiva**: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995, p. 38.

O crescimento recente do número de pessoas empregadas no setor público brasileiro, caracterizando uma flagrante contradição com as propostas de redução do Estado e revisão de suas atribuições, deixa de ser surpreendente se levarmos em conta que o empreguismo atinge sobretudo os escalões superiores dos aparelhos estatais, atendendo, em boa parte, ao imperativo de busca de sustentação política.

A região piauiense acompanha a tendência nacional de expansão de gastos com o pessoal da administração estatal. Os dispêndios de pessoal, relativos ao orçamento municipal, entre 1989 e 1995, cresceram de 21,0% para 25,2%²²⁰.

Não foi possível avaliar se essa expansão, dado o nível das atividades estatais, se justificava. De qualquer forma, o ciclo recente de aumento do emprego no setor público coincidiu com o período de revigoração do processo eleitoral.

É certo que o crescimento do emprego público não pode ser debitado exclusivamente na conta do clientelismo eleitoral. Outro fator que influenciou essa expansão foi a transferência de programas sociais federais. Nesse caso, porém, mesmo que o acréscimo de pessoal tenha sido necessário - com a criação de determinadas secretarias e o reaparelhamento de outras, a fim de atender a novas demandas -, não está excluída a possibilidade de manipulação dos cargos para fins clientelísticos, especialmente nos escalões superiores. É possível ainda que as indicações para os postos dirigentes tenham sido feitas sem desconsiderar a competência da pessoa escolhida, mas, evidentemente, dentro de opções determinadas pelas afinidades políticas e sociais.

Há também a criação de novos municípios, incentivada pelas novas regras constitucionais com respeito à partilha de tributos e transferências federais. Como os municípios na região são de médio e pequeno porte, é pouco provável que o desmembramento das novas unidades político-administrativas tenha obedecido a critérios urbanísticos e demográficos mais do que aos de acomodação das clientelas políticas.

²²⁰ Ver acima Quadro IV.1.

Em síntese, a tendência é o declínio do uso do emprego público como recurso de manipulação política no nível inferior do aparato administrativo-governamental. Ao mesmo tempo, cresce a oferta de empregos mais qualificados (secretarias, chefias departamentais, assessorias), objeto do clientelismo de cúpula. Em consequência, a constituição de uma burocracia simultaneamente política e profissional reforça a capacidade de negociação (manipulação) das prefeituras junto às classes populares.

Segundo Teresa Kerbauy, o político "moderno" é aquele

[...] capaz de organizar institucionalmente sua atividade política, profissionalizando sua liderança, além de formar seguidores, estruturar um partido e preparar sucessores representativos dos interesses locais, de acordo com a descrição weberiana do político profissional. Não só isso, mas ele irá também pressionar as agências burocráticas e o Estado central em busca de recursos e cativar largas clientelas usuárias dos serviços e equipamentos sociais, advindos fundamentalmente do processo acelerado de urbanização.²²¹

A essa caracterização, devemos acrescentar o conteúdo social a que os políticos "modernos" (cabos eleitorais estatais) estão subordinados.

No coronelismo, o compromisso entre os latifundiários e a classe dominante nacional se faz em torno dos votos do coronel em troca da *preservação da propriedade agrária obsoleta*. O coronel é um político semiburguês: no plano nacional, está subordinado à defesa dos interesses capitalistas, enquanto, no local, é agente da ordem pré-burguesa.

Já no clientelismo, a barganha entre os grupos regionais capitalizados e os capitalistas dominantes nacionais é feita no sentido de os votos do cabo eleitoral estatal, destinados ao bloco hegemônico nacional, terem, como contrapartida, a *garantia de mercados específicos para os capitalistas regionais*. Nesse sentido, os cabos eleitorais

²²¹ Kerbauy, 1992, p. 40.

estatais são agentes de uma forma especificamente burguesa de controle político.

O Crescimento dos Partidos de Esquerda

O clientelismo estatal, definido como a prática "privatista" na distribuição dos recursos "públicos", remete à modernização burguesa do Estado, cuja característica básica consiste em despir os meios de gestão estatal como posses dos grandes proprietários de terras, configurando-se uma esfera estatal *pública*, distinta da esfera econômica *privada*.

A diferença entre, de um lado, a indistinção entre o *público* e *privado* no coronelismo e, de outro lado, o pressuposto da separação dessas esferas no clientelismo abre a possibilidade para que os partidos de esquerda ascendam ao governo local sob a proposta de gerir honestamente, isto é, de maneira *universalizada*, a "coisa pública".

De fato, tomando-se como referência o PT, observa-se o seu crescimento mais expressivo naquelas sub-regiões do Piauí onde vigem as condições de ascensão do clientelismo. Ao Sul, destaca-se a microrregião de Picos, tradicionalmente caracterizada pela pequena propriedade rural independente. Talvez não seja acaso o fato de se localizar ali a primeira prefeitura ganha pelo PT no estado (1996). Ao Norte, sobressai a microrregião do Baixo Parnaíba, um enclave de modernização econômica, que polariza o estímulo à pecuária capitalizada e concentra as áreas de impacto dos projetos governamentais voltados para a pequena agricultura, principalmente os programas de irrigação e assentamentos agrícolas. Nessa sub-região, a porcentagem de votos do Partido dos Trabalhadores para os cargos majoritários tem sido superior à média de votação no estado para os mesmos cargos, sendo, nela, onde o partido elegeu a sua primeira bancada de vereadores. Confirma-se, assim, uma correlação entre as condições de crescimento do clientelismo e o fortalecimento da política de esquerda.

O respaldo da crítica ao favoritismo político no uso da "coisa pública", através de um melhor desempenho eleitoral do partido de esquerda, indica, indiretamente, que o clientelismo estatal se tornou a

prática político-ideológica dominante. No período da hegemonia dos coronéis, a crítica ao favoritismo era sem eficácia, pois vigorava o sentimento de que os recursos municipais eram propriedades da facção governante.

Tocamos, de passagem, na questão de como o partido de esquerda leva em conta o padrão de política dominante, a fim de elaborar sua tática de ação. Um documento de assessoria ao PT afirma: "Cabe ao Partido dos Trabalhadores uma ação no sentido de desprivatizá-lo (o Estado), de torná-lo público, de devolver à sociedade o controle do Estado. E é nesta direção que devemos procurar resgatar nossas experiências de administração municipal"²²². Um aspecto problemático da formulação consiste, a nosso ver, em elevar a princípio teórico a contraideologia universalista, acreditando-se que as classes populares possam ter o controle do Estado capitalista ("devolver à sociedade o controle do Estado"). A política municipal de esquerda é assumida por uma corrente de intelectuais do Partido, nos limites da ideologia política geral do capitalismo: "Mas o prefeito governa para o conjunto da cidade, que o elegeu, paga impostos e tem que ser provido de serviços públicos, obras, etc."²²³. É bem verdade que se exige do partido de esquerda bastante criatividade para - numa conjuntura em que a tática política não possa ser outra, senão a da defesa da *soberania popular* - extrapolar os limites dessa ideologia política, mostrando a natureza de classe do Estado.

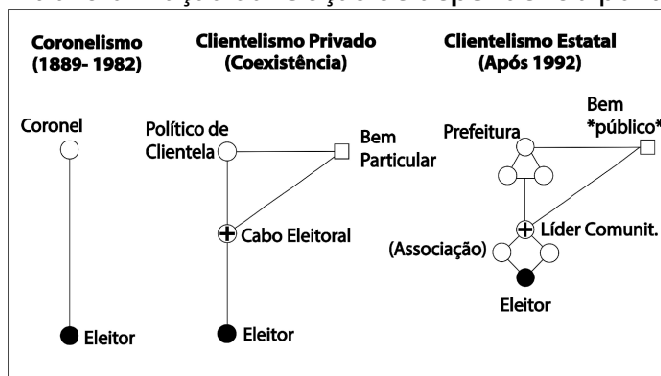
Em síntese, a análise dos vários elementos - associativismo, políticas sociais, modernização administrativa, política alternativa de esquerda - converge para a evidência de que, no noroeste piauiense, o coronelismo foi sucedido pelo domínio do clientelismo estatal.

As figuras abaixo resumem a lógica da transformação da relação de dependência política nessa área do Nordeste rural:

²²² Cf. Jorge Bittar (Org.). **O Modo petista de governar**. São Paulo: Ed. Teoria e Debate, 1992, p. 20.

²²³ Cf. Celso DANIEL, Cinco desafios, in Teoria e debate, p. 17.

Figura 2 - A transformação da relação de dependência política



2. As Razões da Prevalência Clientelista

Uma das razões apresentadas para explicar o domínio do clientelismo seria a piora das condições econômicas das classes trabalhadoras. Argumenta-se, a exemplo de Rubem Murilo Leão Rego, que a saída do trabalhador do interior da grande propriedade rural e a sua ida para a periferia do núcleo urbano implicaria o rebaixamento nas suas condições de vida²²⁴. Não dispúnhamos de uma técnica de pesquisa que pudesse aferir o bem-estar material do trabalhador nas duas situações. No entanto, podemos notar que se, por um lado, o trabalhador da periferia que recebe um salário visse restringida a sua opção de consumo "direto" (bens obtidos do uso da terra), ele, por outro lado, ampliaria o consumo "indireto", através do acesso aos equipamentos urbanos. De qualquer forma, o argumento pressupõe um nexo causal entre a deterioração nas condições econômicas capitalistas e o clientelismo eleitoral. Mas isso também não é evidente.

Há elementos para se reconhecer o contrário, ou seja, o fato de que a deterioração das condições econômicas capitalistas não necessariamente leva ao clientelismo ou, mais genericamente, a um comportamento político *conservador*. É possível, numa conjuntura de crise econômica (desemprego, inflação, diminuição da renda), as classes populares voltarem-se para uma política *progressista*. Como destacam vários estudos, nos Estados Unidos, a classe dos trabalhadores manuais, durante a conjuntura recessiva da década de 1970, apresentou um comportamento político não conservador: valorizou as questões nacionais, votou na oposição e aumentou sua participação polí-

tica²²⁵. Mais especificamente, os trabalhadores manuais conectaram às suas *experiências pessoais* uma avaliação das políticas governamentais *nacionais*, ligando, por essa via, o voto para presidente da República às questões econômicas e sociais. Nesse contexto, o voto adquiriu um caráter mais retrospectivo do que prospectivo, assumindo a feição do voto *negativo*, isto é, de punição ao partido governante²²⁶. Ao mesmo tempo, foi dada à questão política nacional um conteúdo específico: a defesa do *bem-estar social* antes da questão do *crescimento econômico*²²⁷.

A ideologia capitalista, ao opor o interesse individual *privado* ao interesse geral público, tende a desconectar a experiência pessoal de uma avaliação das políticas nacionais²²⁸. Exige-se dos trabalhadores, no plano nacional, um comportamento *altruísta*, em nome do interesse público. A valorização do interesse pessoal é admitida na política local, ligada a problemas mais restritos. A crise dos anos 1970, conseqüentemente, criou as condições para a rejeição desse mecanismo ideológico, à medida que o voto da classe trabalhadora manual no Partido Democrata esteve ligado à identificação do partido com a defesa de uma política nacional de bem-estar social, a qual se refletiria, ampla e diretamente, nas suas experiências de vida. Enfim, o fator econômico, numa conjuntura específica, atuou como um elemento determinante do comportamento político dos trabalhadores, mas o efeito foi na direção oposta à esperada pela tese de que a pobreza é

²²⁵ Ver M. Stephen Wearthford. Economic conditions and electoral outcomes: class differences in the political responses to recession. **American journal of political science**, v. 22, n. 4, p. 917-938, 1978.

Samuel Kernell. Presidential popularity and negative voting: an alternative explanation of the midterm congressional decline of the president's party. **The American political science review**, v. 71, n. 1, p. 44-66, 1977.

Morris P. Fiorina. Economic retrospective voting in american national elections: a microanalysis. **American journal of political science**, v. 22, n. 2, p. 426-443, 1978.

²²⁶ Cf. Fiorina, 1978.

²²⁷ Ver Thomas Ireland. Discussion: micropolitics and macroeconomics. **The american economic review**, v. 63, n. 2, p. 179-180, 1973.

²²⁸ Como mostrou Matthew Burbank, em Explaining contextual effects on vote choice. **Springer**, v. 19, n. 2, p. 113-132, 1997, os "contatos pessoais" (vizinhança, amizade etc.), em cidades americanas e inglesas, pouco influíram na opção partidária - uma referência, antes de mais nada, nacional -, constatação válida tanto para a classe trabalhadora manual quanto para a classe média.

causa do clientelismo ou, mais em geral, do conservadorismo político.

Inversamente, as condições de ascensão econômica das classes populares não necessariamente induzem ao conservadorismo político. É o caso do aparente paradoxo discutido por Ernest Labrousse: a massa de camponeses independentes na França aderiu à revolução numa situação, ao longo do século XVIII, de melhoria econômica²²⁹. Como esclarece o historiador francês, devido à estabilização dos preços de cereais, fonte de graves crises de fome de períodos anteriores ao século XVIII, a França assistiu, naquele século, a uma estabilidade econômica inusitada. No entanto, a crise conjuntural do final do século, menos grave do que as anteriores, não foi sentida dessa maneira - suscitando uma oposição sem precedentes das classes populares à ordem social. Tal mudança de comportamento é atribuída à formação de um novo "estado de espírito" junto às classes populares, difundido pela burguesia (industrial, comercial e financeira), já portadora de uma "consciência coletiva em progresso":

Para além da maturidade econômica da burguesia, se afirma lentamente a maturidade de sua consciência social. De classe em si, ela torna-se classe para si. Exerce, ao longo do século XVIII, sua atração de classe em ascensão sobre as frações de outras classes ou ordens. [Por sua vez] ... as massas camponesas, com seus quadros enriquecidos e independentes, multiplicados durante a expansão econômica generalizada, suscitam elas mesmas suas necessidades diante do inimigo comum.²³⁰

A burguesia, como enfatiza Labrousse, estava em condições de absorver e difundir as novas ideias filosóficas, morais e políticas, em contraposição à visão de mundo tradicional da Igreja e dos senhores feudais. Os camponeses, por sua vez, encontraram no novo espírito que se difundia um estimulante para a sua ira contra os "direitos" feudais.

Em suma, nem o declínio nem a ascensão econômica das

²²⁹ Cf. Ernest Labrousse. En survol sur l'ouvrage. In : F. Braudel ; E. Labrousse (Org.). **Histoire économique et sociale de la France**. Tome II. Paris: PUF, 1970, p. 693-740.

²³⁰ Cf. Labrousse, 1970, p. 740. (A tradução é nossa.)

classes populares, nos quadros do capitalismo, implicam necessariamente um comportamento político conservador, em particular o clientelismo.

Um outro tipo de argumento evocado para explicar a vulnerabilidade do eleitorado ao apelo clientelístico seria a falta de "consciência política". Se por essa expressão pretende-se indicar o sentimento dos valores básicos da cidadania, então, não é correto afirmar que falte aos trabalhadores essa consciência. Como atestam os depoimentos a seguir, os trabalhadores têm consciência do elemento *universalizante* da cidadania.

O que deve fazer [um prefeito]? É trabalhar a bem do município, não olhar pra quem vai beneficiar; porque eu sou um eleitor, dizer que vai beneficiar aquele. (Pequeno Proprietário, Esperantina)

Eu tenho desgosto é da escravidão que eles [políticos] querem fazer com o povo. Um prefeito tem o direito de administrar a prefeitura toda, não só quem é com ele [...]; o direito dele é do tanto que ele me ajudar, ajudar aquele ali que não ajudou ele. (Membro da Associação do Povoado Fazenda Nova, Esperantina).

E um governo também que a beneficiasse a população, não só a população, como todos em geral. Hoje, a gente vê a maioria dos bens e as facilidades para o rico, pra os interesses dele. (Moradora, Tapuio, Esperantina).

Isso ocorre porque a ideologia clientelista só pode se impor onde existe um dos elementos básicos da cidadania: o sentimento da liberdade individual, ao qual se ligam, de forma imediata, dois outros elementos-chaves: o sentimento de pertença à comunidade nacional e a percepção do Estado como representante do interesse geral dessa comunidade. Tais elementos provocam aquilo que Marilena Chauí, analisando a "cultura popular" no Brasil, designou de "consciência trágica", isto é, aquela que descobre a diferença entre *o que é e o que deveria ser*, e que por isso resiste à ordem estabelecida, mas não chega a constituir uma outra existência social, porquanto aprisionada

nas determinações da realidade atual e orientada por uma perspectiva irrealista²³¹. Acrescentamos a ressalva de que, em momentos críticos, os trabalhadores podem extrapolar os limites da ideologia da cidadania: "De qualquer maneira, não tem quem sirva a todos" (membro da Associação do Povoado Fazenda Nova, Esperantina).

Há que se levar em conta também que os trabalhadores têm um conhecimento dos mecanismos da manipulação do voto. A avaliação de que os políticos são, a maioria, "desonestos", "interesseiros", defensores "da panela deles" indica a percepção das formas pelas quais são eleitos. As classes dominadas não apenas têm o conhecimento da manipulação eleitoral, mas também tendem a jogar com essa situação como uma "estratégia de diminuição de riscos"²³². Trata-se menos de um *conformismo*, resultado da ignorância, que de uma *prática defensiva*, pois não se vislumbram vantagens concretas para romper com os esquemas de manipulação.

Agora, se por "consciência política" devemos entender "consciência de classe", então, de fato, a fragilidade das organizações populares abre espaço para o domínio clientelista. No plano sindical, como evidenciou a análise de Claudinei Coletti, a estrutura sindical oficial levada ao campo e o convênio dos sindicatos com o FUNRURAL propiciaram as condições para que várias lideranças sindicais se tornassem precursoras do clientelismo estatal no campo. Através do imposto sindical, sob o controle do Estado, os recursos financeiros dos sindicatos eram destinados, compulsoriamente, para os serviços de assistência social e jurídica aos trabalhadores. Essa função assistencial dos sindicatos foi reforçada, a partir de 1971, com a criação do PRORURAL, programa que injetou recursos no FUNRURAL (existente desde 1963). Os sindicatos, mediante convênio com o FUNRURAL, passaram a ser utilizados para a implementação do programa de benefícios previdenciários aos trabalhadores do campo (aposentadoria por velhice e por invalidez, auxílio-doença, assistência médica e odontológica, pensão por morte, auxílio funeral etc.)²³³.

²³¹ Cf. Marilena Chauí. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 178.

²³² Bruno Jobert. Clientélisme, patronage et participation populaire. **Revue Tiers Monde**, p. 24, n. 95, p. 535-556, 1983.

A inclusão dos serviços previdenciários no interior dos sindicatos rurais obedecia a uma estratégia deliberada do Governo, no sentido de impor uma nova forma de controle sobre os trabalhadores no campo, fato confessado pelo Ministro do Trabalho por ocasião do encerramento do II Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1973²³⁴. Porém, naquela conjuntura, adverte-nos Claudinei Coletti, seria praticamente impossível aos sindicatos fugir à lógica assistencialista, porque, além de ser uma imposição estatal, "[...] os trabalhadores rurais, até aquele momento excluídos do sistema previdenciário oficial, reivindicavam esse benefício"²³⁵. No entanto, isso não tira a responsabilidade das lideranças pelos seus acomodamentos ao papel do sindicato atribuído pelo Estado. Como notou Coletti (1998, p. 86), várias lideranças deixaram de ver no assistencialismo um **meio** de arregimentação dos trabalhadores para a ação reivindicativa, para torná-lo um **fim** em si mesmo. Assim, "[...] através do assistencialismo, os sindicalistas, conscientes ou não do papel que lhes foi atribuído, muitas vezes acabam se transformando em agentes portadores dos interesses governamentais no movimento sindical".

No plano da organização partidária, a supervalorização do Estado, em detrimento da organização independente dos trabalhadores, está presente, embora de modo diferenciado, na história das esquerdas no Brasil. Interessa, aqui, destacar a fase da hegemonia de uma nova esquerda, surgida na década de 1970, que foi determinante na formação do PT. Mesmo esta corrente política - composta por sindicalistas, lideranças dos movimentos sociais, ex-militantes de organizações clandestinas de esquerda -, apesar de defender prática antiestatista, não consegue se desvencilhar por completo da ideologia clientelista.

O surgimento do PT significou, de fato, a hegemonia de

²³³ Cf. Claudinei Coletti. *A Estrutura Sindical no Campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto*. Campinas: Ed. Unicamp/ Centro de Memória, 1998, cap. 1: O sindicalismo oficial no campo: origem e expansão.

²³⁴ Disse o ministro: "O Prorural é o fortalecimento do sindicalismo autêntico, porque à sombra do programa estão surgindo os Sindicatos Rurais, já com propósitos de prestação de serviços e não apenas com propósitos reivindicatórios" (citado em Coletti, 1998, p. 70).

²³⁵ Coletti, 1998, p. 86.

uma nova linha política na esquerda partidária brasileira, cujas razões não convém aqui levantar. Importa, porém, destacar as relações da nova prática política com a ideologia estatista. Como dissemos acima, a linha política do PT possui um componente antiestatal, que se opõe às práticas clientelistas. Mas a valorização da democracia *liberal radical*, não como um meio para fortalecer os grupos reivindicativos populares, e, sim, como um fim em si mesmo, vulnerabiliza a participação do partido nos aparelhos do Estado capitalista.

As experiências do PT nos executivos dos municípios de São Paulo e Campinas foram casos exemplares do que afirmamos. Em ambas as gestões petistas, houve o abandono da lógica "movimentista", que procura dar um peso maior às demandas populares no interior da administração estatal, orientada pela ideologia universalista, para uma lógica de "partido governante", que entra no jogo das barganhas eleitoreiras. Mesmo que, por razões pragmáticas, o PT tivesse que entrar no jogo clientelista, as suas lideranças principais nos governos daqueles municípios - Luiza Erundina, em São Paulo; e Jacó Bittar, em Campinas - acabaram se acomodando a essa política "pragmática". Tanto é assim que ambas as lideranças abandonaram o PT e filiaram-se a partidos mais moderados, adeptos abertos da política de "partido governante". Mas a contradição no PT permanece entre fazer um discurso movimentista e conduzir-se por uma linha da "governabilidade"²³⁶.

Essa observação crítica não incide sobre a flexibilidade do PT - a defesa de uma política universalista, num contexto de maior limitação da democracia capitalista dado o crescimento do clientelismo -, mas sobre seus "desvios", decorrentes, em parte, da teoria política (explícita ou implícita) que tem dificuldade para conceber o clientelismo e o universalismo como faces de uma mesma moeda: o Estado capitalista. A supervalorização do universalismo, acreditando-se que é para valer, termina frustrando as expectativas e conduzindo várias lideranças, num golpe de realismo, ao jogo pragmático das barganhas político-eleitorais. Aliás, essa fragilidade teórica na fundamen-

²³⁶ Apoiamo-nos nas informações do livro de Cláudio Gonçalves Couto. **O desafio de ser Governo: o PT na Prefeitura de São Paulo (1989-1992)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. Entretanto, adotamos um enfoque oposto ao do autor, visto que ele defende a lógica do "partido governante" como um fim em si mesmo.

tação da linha política do PT foi reconhecida por um dirigente e intelectual do partido: "[...] a prática desta nova esquerda está por vezes muito adiante de sua capacidade de autorreflexão, o que acaba por acarretar problemas para sua própria atuação"²³⁷.

Há também uma razão objetiva para a fragilidade das organizações populares (sindicais e partidárias) e o consequente sucesso da estratégia clientelista na sub-região piauiense. Um estudo sobre o fim do coronelismo na região de Toulouse, na França, no final do século XIX, mostrou que a ruptura com os laços de dependência pessoal no campo se fez acompanhar do desenvolvimento de uma consciência de classe do proletariado recém-chegado na periferia da cidade²³⁸. As lutas de classes antagônicas (polarização esquerda/direita) "[...] transformaram as coalizões e relações políticas em Toulouse"²³⁹. No caso da sub-região do Piauí, a mudança política não ocorreu com a elevação ao primeiro plano da divisão esquerda/direita, mas da clivagem governo/oposição, típica dos conflitos que se confinam no interior do bloco de classes dominantes. Uma razão fundamental para tal diferença encontra-se na natureza do processo de implantação do capitalismo.

Na região da França, a industrialização, a urbanização e a chegada do capital no campo ocorreram de maneira "natural", isto é, sob a direção das "forças do mercado", ao longo de quase um século, o que propiciou as condições para o acúmulo da solidariedade de classe e o fortalecimento das contrainstituições dos trabalhadores. No Nordeste rural brasileiro, seguindo um padrão nacional, o capitalismo é implantado de forma *acelerada*, sob a liderança do Estado, que atua como o "criador" das novas classes sociais, num processo que dura em torno de duas décadas (1970/1980) - o que opõe fortes obstáculos à cristalização da solidariedade de classe²⁴⁰.

Em suma, razões de ordem subjetiva (vulnerabilidade ide-

²³⁷ Marco Aurélio Garcia. Esquerdas: rupturas e continuidades. In: Evelina Dagnino (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 125.

²³⁸ Cf. Ronald Aminzade. Breaking the chains of dependency: from patronage to class politics, Toulouse, France, 1830-1872". **Journal of urban history**, v. 3, n. 4, p. 1976-09, 1977.

²³⁹ *Idem, ibidem*, p. 496.

²⁴⁰ Cf. Décio Saes. Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. **Revista de sociologia e política**, n. 6/7, p. 129-47, 1996.

ológica das organizações populares) e objetiva (implantação acelerada do capitalismo) determinaram, na região piauiense, durante a crise de substituição do coronelismo, o predomínio do clientelismo estatal. A burocracia estatal e a burguesia industrial foram os agentes e os principais beneficiados (nesses, inclui-se o capital estrangeiro) da mudança política. Os burocratas convertem-se, no nível local, em novo grupo dirigente, com base na distribuição de recursos governamentais e equipamentos sociais, ao passo que a burguesia industrial obtém, com a modernização agrária, um novo mercado de bens intermediários (máquinas e implementos agropecuários). Por sua vez, o capital financeiro internacional vê atenuado o seu desgaste ideológico, decorrente do frequente impacto no noticiário mundial das tensões e dos conflitos sociais nas áreas "atrasadas".

Em termos da contraposição partidária, o bloco capitalista (novos agropecuaristas, burocratas) se agrupou no MDB, depois PMDB, enquanto o bloco pré-capitalista (latifundiários, classe média tradicional) se alojou na ARENA, depois PDS e PFL. No âmbito estadual, sugerimos a hipótese de que a vitória para o Governo estadual, em 1958, de Chagas Rodrigues (PTB), ligado à burguesia parnaibana, simbolizou a quebra da hegemonia política do bloco agromercantil exportador, sustentado nas forças oligárquicas, sem que se impusessem ainda os interesses de uma nova fração da burguesia regional. As oligarquias se rearticularam em torno da liderança de Petrônio Portela (UDN), retornando ao Governo estadual no pleito seguinte, mas já sem condições de reverter a perda do monopólio das políticas estaduais pelo capital agroexportador, diante da ascensão dos interesses da burguesia comercial importadora de bens industrializados.

Em 1994, o grupo parnaibano voltou, através do voto, ao Governo estadual, sob a liderança populista de "Mão Santa" (PMDB), cuja candidatura contou com o apoio da burguesia agrária emergente e da nova classe média, em contraposição à candidatura do PFL, que mobilizou a seu favor os latifundiários pré-capitalistas e um seguimento da burguesia comercial. É esse confronto de forças sociais e partidárias que as eleições no Baixo Parnaíba já haviam anunciado na década de 1980.

A transição capitalista no Piauí, como de resto no Nordes-

te e no Brasil, pode ser caracterizada através do padrão geral denominado de a "via prussiana" da transição. Lênin usou, pela primeira vez, esse termo para indicar a diferença de resolução da questão agrária nos Estados Unidos, onde foi feita uma reforma agrária, e na Alemanha, onde não houve essa reforma²⁴¹. Porém, em Lukács, a noção de via prussiana da transição capitalista adquiriu um significado não apenas econômico, mas também político, no sentido de que é a via que representa a exclusão da democracia²⁴².

O problema da conceituação lukacsiana consiste em inferir do processo econômico (ausência da reforma agrária) um padrão de regime político (não democrático), pois nem sempre a transição capitalista sem a reforma agrária implicou a ausência do regime democrático. É verdade que essas experiências de democracia tendem a ser mais limitadas (Alemanha, Itália), comparadas com os casos nos quais foram feitas reformas agrárias (EUA, França)²⁴³. Mas há exemplo em que a distribuição da terra foi feita sem que se produzisse uma democracia mais ampla (México). No Brasil, como no Nordeste e no Piauí, onde a modernização da grande propriedade agropecuária (e não a reforma agrária) foi o carro-chefe da mudança no campo, formou-se uma democracia capitalista, embora, por razões que procuramos apontar, sob a limitação de práticas clientelistas.

Como última observação, é interessante indagarmos por que a maioria dos analistas resiste em diagnosticar uma revolução política (burguesa) no Nordeste agrário brasileiro. Jean Blondel propõe o conceito de "novos chefes políticos" para designar os agentes da "modernização política" na sociedade rural da Paraíba. Ele, porém, hesita em apontar uma ruptura em relação à prática política anterior. A afirmação acerca da continuidade da prática política, apesar do reconhecimento de mudanças tidas como parciais ou secundárias, advém, a nosso ver, da generalidade do conceito de "chefes políticos", que recobre tanto os coronéis ("chefes políticos tradicionais") quanto

²⁴¹ Cf. Walquíria D. L. Rego. Questões sobre a noção de via prussiana. In: Ricardo Antunes; Walquíria Leão Rego (Org.). **Lukács, um galileu no século XX**. São Paulo: editora Boitempo, 1996, p. 105.

²⁴² Cf. *Idem*, *ibidem*.

²⁴³ Sem contar que a democracia foi instável na França, com, por exemplo, duas ditaduras bonapartistas.

os cabos eleitorais ("novos chefes políticos"). Sob o argumento de que ambos detêm o controle do eleitorado e a capacidade de manipulação eleitoral, Blondel só reconhece uma mudança política qualitativa naqueles casos em que o eleitorado (os trabalhadores) se manifesta de modo altamente independente, isto é, guiado por ideais programáticos²⁴⁴.

Na mesma linha, Marcel Bursztyn ressalta a continuidade das práticas de manipulação do eleitorado através do conceito de "novos coronéis". A sua contribuição consiste em ampliar o universo dessa conceituação para um novo tipo de cabo eleitoral: os funcionários estatais, ligados à distribuição de recursos e aos equipamentos *sociais*. Jean Blondel havia se limitado, por razões históricas (ele escreveu na década de 1950), à análise do caso dos profissionais urbanos tradicionais (tabelião, advogado, médico), que distribuem benefícios *privados* e individualizados aos eleitores. No entanto, apesar da diferença de âmbito da análise, a conclusão dos dois autores é a mesma: não obstante o processo de modernização econômica, estaria ocorrendo uma **conservação** das práticas políticas. Essa interpretação é sintetizada no conceito de "neocoronelismo", assim incorporado por Maria A. de Andrade: "O neocoronel é um misto de moderno empresário e de coronel. Como empresário, modernizou-se ou soube fazer uso dos instrumentos creditícios e financeiros oferecidos pelo governo. Conservou, porém, velhos traços do antigo coronel no que se refere às suas práticas políticas"²⁴⁵.

Um trabalho a romper com a perspectiva do neocoronelismo em estudos sobre o Nordeste brasileiro é o de Cícero José Soares Neto²⁴⁶. O autor concebe o coronelismo como manifestação política específica (o voto de cabresto) e pondera que o voto de barganha define um outro tipo de processo político (o clientelismo).

²⁴⁴ Cf. Jean BLONDEL, *As condições da vida política no Estado da Paraíba*. Cf. Blondel, 1957, especialmente o capítulo III (A dependência: o "chefe político") e o capítulo V (A independência política: a vida urbana).

²⁴⁵ Cf. Maria Alonso de ANDRADE, Andrade. **Neocoronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República**, in. João Pessoa: Textos UFPb/ NDIHR, 1985, p. 16-17.

²⁴⁶ Cícero J. Soares Neto. **O Seridó e os votos "de Porteira Batida". 1984**. Tese (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH-Unicamp), Campinas, 1984.

O estudo limita-se ao período da República Velha, uma vez que o objetivo do autor é polemizar com a interpretação que nega a necessidade de se distinguir os conceitos de coronelismo e clientelismo²⁴⁷. A pesquisa de Soares Neto beneficia-se do estudo teórico de Décio Saes, *Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação* (1998), no qual são formulados os fundamentos da diferença entre o coronelismo e o clientelismo. Gisélia Franco Potengy, em *"As mudanças nas relações de trabalho e o novo clientelismo do campo na Paraíba"*²⁴⁸, correlaciona a penetração de relações de produção capitalistas em uma região agrária da Paraíba com a transição do domínio coronelício para o clientelístico, embora não haja, no estudo, preocupação em distinguir as formas da nova relação política, ou seja, as variantes do clientelismo.

Do ponto de vista teórico, como vimos ao longo deste trabalho, a noção de "novos coronéis" bloqueia a percepção do clientelismo como prática política burguesa, à medida que aquela noção denota que algo mudou, mas uma dimensão essencial do passado pré-capitalista permanece. Há uma razão de ordem epistemológica para esse procedimento: a defesa de que, nas ciências sociais, os conceitos têm um sentido *flexível*, ou seja, alteram as suas premissas, em correspondência ao movimento da história. Se, num contexto, o termo coronelismo incide sobre o voto de cabresto, noutro, ele poderia referir-se ao voto de barganha. Mas, assim, entre o "velho" e o "novo" coronelismo, o que resta é uma relação de analogia, pela qual certos aspectos abstratos (dominação, particularismo) são percebidos em comum, deixando-se de lado as relações de especificidade. Do ponto de vista político, o uso da noção de "neocoronelismo" pode revelar um apego dos analistas às tradições

²⁴⁷ O trabalho de Maria Auxiliadora Ferraz de Sá, *Dos velhos aos novos coronéis*. Recife: UFPE/PIMES, 1974, embora possua alguns elementos que apontam para o rompimento com a perspectiva do "neocoronelismo", permanece comprometido com a problemática da conservação política, na medida em que procura mostrar as readaptações do coronelismo.

²⁴⁸ G. F. Potengy. **Les plans de modernization de la production de la canne a sucre et leurs repercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Brésil: le cas du Brejo Paraibano**. 1984. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) - Université de Paris X, Nanterre, 1984.

latifundiárias, visto que, como apontamos, ela minimiza a importância da mudança da estrutura agrária como fator suficiente para o fim do coronelismo.

Em síntese, as práticas clientelistas podem ser definidas como meios de garantir o controle do topo do aparelho estatal pelos membros das classes dominantes. De um lado, a distribuição de cargos reforça as solidariedades políticas no interior do bloco dominante. Nesse sentido, os clássicos da ciência política moderna - K. Marx, M. Weber - chamaram atenção para o fenômeno de cooptação de membros do bloco agrário atrasado para os escalões superiores do aparelho de Estado. E autores contemporâneos - como Ralph Miliband e Wright Mills - enfocaram o aspecto da circulação de quadros dirigentes, do bloco capitalista para a cúpula do Estado e vice-versa. O empreguismo, o fisiologismo, o favoritismo são, portanto, fatos normais nos Estados capitalistas avançados e envolvem as várias frações das classes dominantes.

As disputas no interior do bloco no poder constituem uma caução aos compromissos clientelísticos: a fração hegemônica concede benefícios (empregos, recursos estatais, reserva de mercado etc.) às frações subordinadas, em troca do apoio dessas aos interesses daquela. Uma outra abordagem procura explicar o clientelismo como decorrência, simplesmente, de os agentes políticos terem um acesso mais fácil aos benefícios que podem ser concedidos pelo Poder Executivo do Estado. Ora, a questão permanece: o que torna viável o "encurtamento" do caminho de acesso aos bens e recursos governamentais?

De outro lado, a satisfação de interesses imediatos das classes trabalhadoras, em troca do apoio eleitoral, permite conferir uma maioria aos representantes do bloco hegemônico, ao mesmo tempo que produz obstáculos à unificação dos trabalhadores numa política independente. A herança de um parlamento composto por maioria da "aristocracia agrária", assentada no eleitorado de cabresto, fez a burguesia descobrir que o melhor argumento para eleger os seus representantes era o dinheiro, formando as clientelas eleitorais. Os capitalistas tiram partido da situação de insegurança do proletariado, re-

cém-chegado aos centros urbanos, oferecendo alternativa concreta para a solução de problemas imediatos²⁴⁹.

²⁴⁹ Ver James SCOTT; "Scott. Corrupção eleitoral. O aparecimento das máquinas políticas", in. **Revista de ciência política.**, v. 5, n. 3, p. 37-73, 1971.

V. CONCLUSÃO

A pesquisa partiu de duas hipóteses de trabalho, as quais retomamos aqui por partes. A primeira hipótese afirmava que, numa sub-região do Piauí, instalou-se, na última década, o processo de desagregação do coronelismo (a prática do voto de cabresto) e a sua substituição pelo clientelismo (a prática do voto de barganha). De fato, vários elementos mostraram essa mudança política.

O primeiro foi a mudança no sentido de a maioria dos eleitores ter passado do sistema do voto de cabresto para o sistema do voto *livre*. O fenômeno da dissociação do voto confirma essa constatação. Nas últimas eleições, pôde-se observar que os eleitores tendem a desvincular o voto no candidato a prefeito das opções partidárias desse candidato em outros níveis da eleição. Com efeito, os candidatos do PT aos cargos majoritários estaduais e federais têm recebido uma votação bem acima da candidatura a prefeito. Inversamente, os partidos de direita têm tido uma votação mais elevada para o candidato municipal. Essa prática de mistura das opções partidárias torna-se possível em virtude do desencabrestar do voto, uma vez que a fidelidade ao coronel implicava a vinculação das escolhas nos vários níveis da eleição.

No contexto em que o voto é *livre*, o eleitor tende a adotar expectativas diferenciadas, resultando na dissociação das opções partidárias, porque ele percebe que, conforme o nível do pleito, os interesses em jogo são distintos: quanto mais alto o nível da eleição, mais estratégicos são eles. De fato, o índice de votos em branco tende a ser maior na eleição local do que na nacional e na estadual, o que denota

uma relevância menor dada à eleição municipal. De qualquer modo, já não há, na região pesquisada, a vinculação necessária (como obrigava o coronel) entre a opção municipal e as opções estadual e nacional.

O voto *livre* se traduzia, na maioria dos casos, no voto de barganha, que assume uma forma mais sofisticada através do associativismo. A tendência é a de haver uma Associação em toda localidade rural ou em bairros do núcleo urbano, normalmente criada com o apoio da Prefeitura. A maioria dos líderes comunitários dão vida ao cabo eleitoral **estatal**, especializado não mais em prestar pequenos serviços individuais, mas, sim, em intermediar benefícios governamentais de consumo coletivo, sob a forma de programas assistenciais. Esse fato revela os limites da participação comunitária, uma vez que ela pode ser, com relativa facilidade, apropriada pelos esquemas políticos dominantes, transformando-se em um mecanismo de conquistas eleitoreiras. O desafio para as lideranças comunitárias consiste em tomar os programas assistenciais como um meio para fortalecer a capacidade reivindicativa dos trabalhadores.

O segundo elemento se refere ao perfil do quadro partidário na última década. As eleições municipais foram disputadas com mais competitividade, tendo crescido a votação dos pequenos partidos (anteriormente, os currais eleitorais impunham às eleições um caráter quase não concorrencial), bem como o espectro político ampliou-se, passando da situação dicotômica **governo/oposição**, típica do coronelismo, para o campo tripartido **oposição de esquerda/governo/oposição de direita**, mais em sintonia com o pressuposto da *liberdade* eleitoral.

O terceiro elemento diz respeito à alteração do sistema da votação, com o deslocamento de mesas receptoras do núcleo urbano para as localidades da zona rural, oficializando o desmonte dos currais eleitorais (os quais, no dia do pleito, eram instalados na cidade, como forma de ostentar o prestígio do coronel e realizar certa encenação do processo eleitoral). A votação próxima do local de moradia favorece os cabos eleitorais, que diminuem os custos de campanha (as despesas com o transporte e a alimentação dos eleitores só faziam sentido para o coronel que tinha o voto do eleitor garantido) e podem controlar o cumprimento dos acordos com os eleitores.

O quarto indicador se relaciona ao quadro das políticas sociais. Um fator de reforço à responsabilidade social das prefeituras - que, em razão do processo de urbanização acelerada, vêm sofrendo forte pressão em torno das demandas por equipamentos sociais - foi a mudança constitucional de 1988. A nova Carta propiciou uma injeção de recursos financeiros aos municípios: mais ricos, as prefeituras têm uma lista de obras a exibir e a barganhar votos. A Constituição imprimiu também um teor descentralizante às políticas sociais. As prefeituras devem não só aumentar a proporção em gastos sociais, mas também alterar a gestão das políticas, propiciando uma abertura de espaços à participação popular, que, devemos acrescentar, sob a aparência de controlar o Estado, pode converter-se em mecanismo de controle das próprias classes populares. Há indicações de que o gasto estatal social total se elevou entre 1980 e 1992, expansão que ocorre num período em que se combinam a recessão econômica e a concentração da renda, o que acentua o papel compensatório e assistencialista das políticas sociais. Tal quadro de responsabilização social das prefeituras foi percebido como a fase da *"política acelerada"*.

O quinto elemento é a acentuação da modernização das administrações municipais - impulsionada pela urbanização e o enquadramento nas diretrizes dos programas governamentais federais -, incorporando-se critérios de eficiência técnica, necessários a uma gestão que enfrenta um quadro mais complexo de demandas. A contraface da modernização administrativa foi o fim do controle monopolista do aparelho municipal do Estado pela propriedade agrária, estabelecendo-se, a partir de então, a distinção institucional entre as esferas *pública e privada*.

Um último dado a ser apontado, vincula-se ao crescimento dos partidos de esquerda. Somente em um quadro de ascensão da política clientelista estatal - o que pressupõe a modernização burguesa da máquina governamental e, por conseguinte, a identificação do *público* com o conjunto da coletividade - torna-se plausível a crítica ao favoritismo político, abrindo espaço para a proposta dos partidos de esquerda de gestão honesta (isto é, universalizante) da coisa "pública". No domínio coronelício, a crítica ao favoritismo era sem eficácia, pois ali vigorava o sentimento de que os recursos estatais eram propriedades da facção governante.

Este conjunto de mudanças políticas se sintetiza no fato de que as principais prefeituras da região passaram ao domínio de cabos eleitorais, eleitos em oposição aos coronéis e identificados com a política *comunitária*.

A segunda hipótese de trabalho asseverava que a passagem do coronelismo para o clientelismo correspondeu, principalmente, às transformações da estrutura agrária regional, as quais dizem respeito à substituição da grande propriedade pré-capitalista, absorvedora de um enorme contingente de trabalhadores dependentes, pelas formas de propriedade capitalistas, assentadas em relações de trabalho mercantis. De um lado, ocorre a modernização do latifúndio através do crescimento de uma pecuária capitalizada, tendo como principal incentivo as linhas de crédito governamentais, o que implicou a expulsão de mão de obra das grandes propriedades e a adoção crescente do trabalho assalariado. De outro lado, os projetos governamentais de apoio à "pequena produção" - especialmente aqueles que, em razão da forte pressão demográfica e dos conflitos de terra, adotaram a política de redistribuição de terras - contribuíram para a renovação da pequena propriedade independente, voltada para a produção mercantil de alimentos. Um indício de que a agropecuária na sub-região já não está predominantemente ligada ao latifúndio senhorial é o fato de que, após algumas décadas de estagnação, a atividade agropecuária voltou a crescer e registra ganhos de produtividade tanto na grande propriedade quanto na pequena.

A burocracia estatal, através dos instrumentos de política econômica e dos projetos especiais governamentais, converteu-se, assim, num dos principais agentes desencadeadores do desenvolvimento capitalista nessa área periférica. No entanto, a ação estatal significou a manutenção de um modelo espoliador do desenvolvimento capitalista, o qual relega as regiões periféricas a uma integração **seletiva** - forma de atenuar os conflitos nas áreas de alta tensão social e deixar espaço para a ação predatória do capital estrangeiro nas mais rentáveis.

O impacto dessa ação seletiva foi suficiente, como apontamos, para alterar a estrutura socioeconômica vigente no Baixo Parnaíba piauiense. Junto à modernização agrária, formaram-se novas relações de classes, que se expressam na configuração de novos

espaços urbano e rural. Em curtíssimo tempo, os núcleos urbanos veem surgir bairros inteiros compostos pelo proletariado agrícola, marcando uma verdadeira revolução urbana. Na zona rural, os assentamentos rompem com o isolamento físico no interior dos latifúndios, reunindo os trabalhadores nos povoados, de onde passam a reivindicar o consumo de equipamentos sociais e, em boa medida, a barganhar apoios políticos.

Procuramos, também, caracterizar a relação entre o Estado e as classes populares, na área de modernização agrária do Piauí, através do conceito de clientelismo estatal, qual seja, os cabos eleitorais distribuem recursos e favores ligados às instituições governamentais, em troca do apoio político, tutelando as organizações populares. Contribuíram ao domínio do clientelismo estatal duas ordens de fatores: a fragilidade das organizações populares e a implantação acelerada de relações capitalistas.

Por um lado, apresentou-se a vulnerabilidade das organizações sindicais e partidárias. No plano sindical, a estrutura oficial estendida aos trabalhadores rurais e o convênio com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) induziram várias lideranças a se tornarem os agentes precursores do clientelismo estatal no campo, à medida que elas se acomodaram ao papel assistencialista atribuído ao sindicato pelo Estado. No plano partidário, a valorização da democracia capitalista, não como um meio para fortalecer os grupos reivindicativos populares, mas como um fim em si mesmo, enfraqueceu a posição do principal partido de esquerda (o PT) diante dos aparelhos do Estado. Por outro lado, a implantação do capitalismo, repetindo o padrão da indústria nacional, se deu de forma acelerada, processo que dura em torno, apenas, de duas décadas (1970/1980), o que opõe fortes obstáculos à cristalização das solidariedades no interior da classe trabalhadora e, em consequência, à sustentação de um comportamento político de classe independente.

Chegamos, por fim, a um diagnóstico diferente do encontrado em boa parte dos estudos sobre o Nordeste rural brasileiro, os quais negam a existência da transição política nas sub-regiões onde se dão as mudanças da estrutura econômica e do aparelho municipal do Estado. Ao definir a **transição política** de modo restrito e exigente, fazendo-a equivaler à variante da política de classe independente

("emancipação política das classes populares"), os autores dessa corrente de trabalhos deixam de reconhecer como "democrático-modernas" as experiências em que a política não atinge patamar tão elevado, sendo eles induzidos a afirmar a persistência de práticas tradicionais ("neocoronelismo"). No entanto, as classes populares podem, sim, incorporar-se ao regime democrático- burguês, como o caso que estudamos, através de um mecanismo participativo mais limitado - o clientelismo estatal -, em comparação ao encontrado em algumas democracias capitalistas clássicas - a política de classe independente.

REFERÊNCIAS

ALAVI, H. Peasant classes and primordial loyalties. **The journal of peasant studies**, v. 1, n. 1, p. 23-62, 1973.

ALBUQUERQUE, R. de; VILAÇA, M. V. **Coronel, coronéis**. Brasília: EdUnb, 1978.

AMINZADE, R. Breaking the chains of dependency: from patronage to class politics, Toulouse, France, 1830-1872. **Journal of urban history**, v. 3, n. 4, p. 1976-09, 1977.

ANDRADE, A. C. de. A irrigação pública: o DNOCS no Piauí. In: ANDRADE, A. C. de. **Secas e irrigação pública no Nordeste do Brasil**: mitos e realidades - a grande seca de 1979-1984 e o DNOCS no Piauí. São Paulo: Editora da USP, 1996.

ANDRADE, I. Estado, poder local e organizações populares (1978-1985). In: NASCIMENTO, E. P. do; BARREIRA, I. A. (Org.). **Brasil urbano**: cenários da ordem de da desordem. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

ANDRADE, M. A. A. de. **Neocoronelismo e perspectivas eleitorais na Nova República**. João Pessoa: Textos UFPb/ NDIHR, 1985.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste brasileiro**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, M. C. de. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

ARAÚJO, T. B. A promoção do desenvolvimento das forças produtivas no Nordeste: da visão do GTDN aos desafios do presente. **Revista econômica do Nordeste**, v. 28, n. 4, p. 451-468, 1997.

AZEVEDO, S. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: AZEVEDO, S. de; ANDRADE, L. A. G. de (Org.). **A crise da moradia nas grandes cidades**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

BACELLAR, O. I.; LIMA, G. P. **Causas e tendências do processo migratório piauiense**. Teresina: Fundação CEPRO, 1990.

BALIBAR, É. *La philosophie de Marx*. Paris: Découverte, 2001.

BALIBAR, É. Sur les concepts fondamentaux du materialisme historique. In: ALTHUSSER, L. (org.). **Lire le Capital**. Paris : Quadrige/PUF, 1996.

BANDEIRA, W. J. **Os programas e projetos governamentais e seus efeitos sobre a estrutura agrária piauiense no pós-70**. 1993. 2v. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1993.

BARRERA, A. W.; ROARELLI, M. L. M. Relações fiscais intergovernamentais. In: AFFONSO, R.; SILVA, P. (Org.). **Reforma tributária e federação**. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995.

BATTAGLIA, L. Reforma administrativa da prefeitura do município de São Paulo: algumas questões de fundo. **Espaço e debates**, v. 10, n. 30, p. 1-9, 1990.

BIAREZ, S. **Institution communale et pouvoir politique**. Paris: Mouton, 1973.

BIORCIO, R.; NATALE, P. La mobilità elettorale degli anni ottanta. **Rivista italiana di scienza politica**, v. 19, n. 3, p. 385-430, 1989.

BITTAR, J. (Org.). **O Modo petista de governar**. São Paulo: Ed. Teoria e Debate, 1992.

BLONDEL, J. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. Rio de Janeiro: FGV, 1957.

BOURDIEU, P. **A juventude é apenas uma palavra. Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. (Questões de Sociologia).

BRAGA, E. M. **Os labirintos da habitação popular**: conjunturas, programas e atores. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

BURBANK, M. Explaining contextual effects on vote choice in Political behavior. **Springer**, v. 19, n. 2, p. 113-132, 1997.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos**. Petrópoles: Vozes, 1984.

CACIAGLI, M. Il clientelismo nel Terzo Mondo. **Rivista italiana di scienza politica**, v. 19, n. 2, p. 321-331, 1982.

CALDEIRA, T. P. do R. **A política dos outros**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CANO, W. Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: MARANHÃO, S. (Org.). **A questão nordestina**. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

CARVALHO, R. V. A. Coronelismo e neocoronelismo: eternização do quadro de análise política no Nordeste? **Cadernos de estudos sociais**, v. 3, n. 2, p. 193-206, 1987.

CASTRO, M. H. de. Equipamentos sociais e política local no pós-64: dois estudos de caso. **Espaços e debates**, v. 8, n. 24, p. 64-74, 1988.

CATANZARO, R. Potere e politica locale in Italia. **Quaderni di sociologia**, XXIV, n. 4, p. 273-322, 1975.

CERI, P. Sei tipi di scambo sociale. **Rassegna italiana di sociologia**, v. 25, n. 1, p. 1-10, 1984.

CERRONI, U. **Teoria do partido político**. São Paulo: LECH, 1982.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHILCOTE, R. H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: Edusp, 1990.

CHUBB, J. The social bases of an urban political machine: the christian democratic party in Palermo. *In*: LEMARCHAND, R.; EISENSTADT, S. (Org.). **Political clientelism, patronage and development**. Beverly Hills: Sage publications, 1981.

COLETTI, C. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Ed. Unicamp/ Centro de Memória, 1998.

COSTA, L. C. B. F. **Arraial e coronel**: dois estudos de história social. São Paulo: Cultrix, 1978.

COUTO, C. G. **O desafio de ser governo**: o PT na prefeitura de São Paulo (1989-1992). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

D'INCAO, M. C. **O Bóia-fria**: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1983.

DANIEL, C. As administrações democráticas e populares. **Espaço e debates**, v. 10, n. 30, p. 1-10, 1990.

DANIEL, C. Cinco desafios. **Teoria e debate**, v. 1, n. 33, p. 1-6, 1997.

DANIEL, C. Poder local no Brasil urbano. **Espaço e debates**, v. 8, n. 24, p. 1-10, 1988.

DEAN, W. **Rio Claro**: um sistema de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. Campinas: Ed. Unicamp, São Paulo: Ícone, 1985.

DOBB, M. (Org.). **A transição do feudalismo ao capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAORO, R. **Os donos do poder**. 10. ed. v. II. Porto Alegre: Editora Globo, 1995.

FARIAS, F. P. **Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)**. 2010. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH- Unicamp), Campinas, 2010.

FAUSTO NETO, A. M. Q. Revivendo mecanismos autoritários: as organizações de moradores na gestão de políticas públicas. *In*: NASCIMENTO, E. P. do; BARREIRA, I. A. F. (Org.). **Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya; Fortaleza: Sudene; UFC, 1993. p. 17-32.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil** - ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FIORINA, M. P. Economic retrospective voting in american national elections: a micro-analysis. **American journal of political science**, v. 22, n. 2, p. 426-443, 1978.

FOSTER, G. M. The dyadic contract in Tzintzuntzan II: patron-client relationship. *American anthropologist*, v. 65, n. 1, p. 1-15, 1963.

FRANCO, M. S. C. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GARCIA JR., A. Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres no Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 3, n. 7, 1988.

GARCIA, M. A. Esquerdas: rupturas e continuidades. DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GARO, I. La bourgeoisie de Marx: les héros du marché. *In*: GARO, I. *et al.* **Bourgeoisie: état d'une classe dominante**. Paris: Syllepse, 2001.

GAY, R. Community organization and clientelist politics in contemporary Brazil: A case study from suburban Rio de Janeiro. **International journal of urban and regional research**, v. 14, n. 4, p. 648-666, 1990.

GIULIANI, P. Relações de trabalho assalariado: confrontação social e propostas de mudança. *In*: Mestrado de Sociologia e Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (Org.), **Relações de trabalho e relações de poder**: mudanças e permanências. Fortaleza: UFC, 1986.

GOLDMAN, M.; SANT'ANNA, R. Elementos para uma análise antropológica do voto. *In*: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. *In*: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

GRANOU, A. **La bourgeoisie financière au pouvoir**. Paris: Maspero, 1977.

GRAZIANO, L. Patron-client relationships in Southern Italy. **European journal of political research**, v. 1, n. 1, p. 3-34, 1973.

GREMION, P. **Le pouvoir périphérique**. Paris: Seuil, 1976.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HEREDIA, B. A. **Formas de dominação e espaço social**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.

HEREDIA, B. Política, família, comunidade. *In*: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996.

HOBBSBAWM, E. Os camponeses e a política. **Ensaio de opinião**, v. 8, n. 1, p. 42-56, 1978.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IRELAND, T. Discussion: micropolitics and macroeconomics. **The american economic review**, v. 63, n. 2, p. 179-180, 1973.

JAHODA, M. et al. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

JOBERT, B. Clientélisme, patronage et participation populaire. **Revue Tiers Monde**, p. 24, n. 95, p. 535-556, 1983.

KAUFMAN, R. R. The patron-client concept and macro-politics: prospect and problem. **Comparative studies in society and history**, v. 16, n. 3, p. 284-308, 1974.

KERBAUY, M. T. M. **A morte dos coronéis: política interiorana e poder local**. 1992. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.

KERNELL, S. Presidential popularity and negative voting: an alternative explanation of the Midterm Congressional decline of the President's party. **The american political science review**, v. 71, n. 1, p. 44-66, 1977.

LABROUSSE, E. En survol sur l'ouvrage. In: BRAUDEL, F.; LABROUSSE, E. (Org.). **Histoire économique et sociale de la France**. Tome II. Paris: PUF, 1970. p. 693-740.

LANDÉ, C. H. Networks and groups in Southeast Asia: some observations on the group theory of politics. **American political science review**, v. 67, n. 1, p. 103-27, 1973.

LE GALES, P. Du gouvernement des villes à la gouvernance. **Revue Française de Science Politique**, v. 45, n. 1, p. 57-95, 1995.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LEMARCHAND, R. Comparative political clientelism: structure, process and optic. In: EINSENSTADT, S.; LEMARCHAND, R. (Org.). **Political clientelism, patronage and development**. Beverly Hills:

Sage publications, 1981.

LEMARCHAND, R. Comparative political clientelism: structure, process and optic. /n: EISENSTADT, S.; LEMARCHAND, R. (Orgs.). **Political clientelism, patronage and development**. Beverly Hills: Sage Publications, 1981.

LEMARCHAND, R. Political clientelism and ethnicity in tropical Africa: competing solidarities in nation-building. **The american political science review**, v. 56, n. 1, p. 1-12, 1972.

LEMARCHAND, R. Political clientelism and ethnicity in tropical Africa: competing solidarities in nation-building. **The American Political Science Review**, v. 56, n. 1, p. 68-90, 1972.

LEMENHE, M. A. de A. L. **O(caso) dos coronéis**: tradição e modernidade na política cearense. 1994. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

LEVY, E. **A democracia nas cidades globais**: um estudo sobre Londres e São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

LI-CAUSI, L. Antropologia e ideologia: note sul 'patronage' nelle società mediterranee. **Rassegna italiana di sociologia**, v. 17, n. 1, p. 1-8, 1976.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LOPES, J. B. A cultura do mando: subserviência e nossas populações pobres. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 25, p. 38-41, 1994.

LORRAIN, D. La montée en puissance des Villes. **Economie e humanisme**, n. 305, p. 6-18, 1989.

MARANHÃO, S.; SAMPAIO, Y. **Estado, planejamento regional e classes sociais no Nordeste**. São Paulo: Estudos econômicos, 1987.

MARQUES, E. C. **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2003.

MARTINS, A. S. *et al.* **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento.** Teresina : Fundação CEPRO, 1979.

MARTINS, P. H. N. La récupération du 'developpement' par l'oligarchie dans le Nordeste brésilien ou la modernisation agraire détournée. **Revue Tiers Monde**, v. 22, n. 126, p. 391-412, 1991.

MARX, K. **Grundrisse**. v. 1. México: Siglo Veintiuno Editores, 1971.

MARX, K. **O Capital**. v. 1. Tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MEDEIROS, A. J. **Sindicalismo rural e mobilização camponesa na crise do populismo: o caso do Piauí -1958-1964.** 1994. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1994.

MEDICI, A. Políticas sociais e federalismo. In: SILVA, P; AFFONSO, R. (Org.). **A federação em perspectiva: ensaios selecionados.** São Paulo: FUNDAP, 1995.

MEILLASSOUX, C. Recherche d'un niveau de détermination dans la société cynégétique. **L'homme et la société**, v. 1, n. 6, p. 95-106, 1967.

NASCIMENTO, F. A. A Aliança Nacional Libertadora no Piauí. **CADERNOS de Teresina**, n. 6, p. 17-21, 1988.

NASCIMENTO, F. A. do. **Avaliação do sistema municipal de governo.** Relatório de Pesquisa. Teresina: SEPLAN/IICA, 1994.

NEVERS, J. Y. Du clientélisme à la technocratie: cent ans de démocratie communale dans une grande ville, Toulouse. **Revue française de science politique**, v. 33, n. 3, p. 428-454, 1983.

NOGUEIRA, M. S. **Pequenos produtores rurais: movimentos e interações com a reforma agrária.** Brasil e Piauí (1970-1990). 1997. Tese (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

NUNES, E. **A gramática política do Brasil**. Brasília/Rio de Janeiro: ENAP/Jorge Zahar Editor, 1997.

OLIVEIRA, F. de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. Estudos do CEBRAP 2. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1972.

OLIVEIRA, F. de. A metamorfose da arribação. **Novos estudos CEBRAP**, n. 27, p. 67-92, 1990.

OLIVEIRA, F. de. Da dívida aos direitos: a dialética da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 9, n. 25, p. 42-4, 1994.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, F. de. **Estudo sobre as estruturas de poder no Nordeste pós-SUDENE**. Relatório de Pesquisa. São Paulo: CEBRAP, 1988.

PALMEIRA, M. Política, facções e voto. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (Org.). **Antropologia, voto e representação política**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996.

PANG, E. S. **Coronelismo e oligarquias (1889-1943)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PERISSINOTTO, R. **Classes dominantes e hegemonia na República Velha**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

POTENGY, G. F. **Les plans de modernization de la production de la canne a sucre et leurs repercussions sociales et politiques dans le Nordeste du Brésil: le cas du Brejo Paraibano**. 1984. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) - Université de Paris X, Nanterre, 1984.

POULANTZAS, N. O problema do Estado capitalista. In: BLACKBURN, R. (Org.). **Ideologia na Ciência Social**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

POULANTZAS, N. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: Maspero, 1972.

POULANTZAS, N. **Les classes sociales dans le capitalisme aujourd'hui**. Paris: Seuil, 1974.

PRADO JR, C. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. **Revista brasiliense**, n. 28, 1960.

PRETECEILLE, E. Dynamiques politiques locales et tendances nationales. **Espaces et sociétés**, v. 1, n. 1, p. 48-49, 1986.

PRETECEILLE, E. Inégalités urbaines, gouvernance, domination. *In*: BALME, R.; FAURE, A.; MABILEAU, A. (Dir.). **Les nouvelles politiques locales**. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1999.

PRETECEILLE, E. Left-wing local governments and services policy in France. **International journal of urban and regional research**, v. 5, n. 3, p. 411-425, 1981.

PRETECEILLE, E. Paradigmas e problemas das políticas urbanas. **Espaço e debates**, v. 10, n. 29, p. 1-10, 1990.

QUEIROZ, M. I. P. de. Coronelismo numa interpretação sociológica. *In*: FAUSTO, B. (Org.). **História da civilização brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

QUEIROZ, T. de J. M. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí**. Teresina: UFPI/APL, 1994.

REBELO, E. M. de. **Relações entre urbanização e educação escolar no município de Esperantina, no período 1960/1980**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 1997.

REGO, R. M. Dilemas da questão agrária brasileira. **São Paulo em perspectiva**, v. 7, n. 3, p. 21-29, 1993.

REGO, W. L. Questões sobre a noção de via prussiana. *In*: ANTUNES, R.; REGO, W. L. (Org.). **Lukács, um galileu no século XX**. São Paulo: editora Boitempo, 1996.

REZENDE, F. **As metamorfoses do Estado**. São Paulo: Edições Abag, 1993.

REZENDE, F. O financiamento das políticas públicas: problemas atuais. In: SILVA, P. L. B.; AFFONSO, R. B. (Org.). **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

RIBEIRO, E. M. Experiências associativas de camponeses em Minas Gerais. **Cadernos de Estudos**, n. 7, 1994.

RIBEIRO, L. C. de Q. (Coord.). **Questão urbana, desigualdades sociais e políticas públicas: avaliação do programa nacional de reforma urbana**. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ-FASE, 1994.

RIBEIRO, L. C. de Q. O município e a reforma urbana: os desafios da política urbana redistributiva. **Proposta**, n. 22, p. 5-17, 1994.

ROCHA, J. A pequena produção rural no estado do Piauí. **Carta CEPRO**, v. 9, n. 1, p. 5-18, 1983.

RODRIGUES, J. R. T. **Magistério leigo rural do Piauí: concepções e práticas**. 1985. Tese (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1985.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. 2. ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.

RONIGER, L. Civil society, patronage and democracy. **International journal of comparative sociology**, v. 35, n. 3/4, p. 207-20, 1994.

ROSA, V. S. **O sentido do tenentismo**. 3 ed. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1976.

ROSENSTONE, S. J. Economic adversity and voter turnout. **American journal of political science**, v. 26, n. 1, p. 25-46, 1982.

ROUQUIÉ, A. L'analyse des elections non concurrentielles: controle clienteliste et situations autoritaires. In: HERMET, G. (Org.). **Des elections pas comme les autres**. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1978.

SAES, D. A emergência do populismo no Brasil e na América Latina. In: DAGNINO, E. (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SAES, D. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAES, D. Coronelismo e Estado burguês: elementos para uma reinterpretação. *In*: SAES, D. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1998.

SAES, D. Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas. **Revista de sociologia e política**, n. 6/7, p. 129-47, 1996.

SAES, D. **Democracia**. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

SAES, D. **Estado e democracia**: ensaios teóricos. Campinas: IFCH-Unicamp, 1994.

SALES, T. **Agreste, agrestes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cebrap, 1982.

SALES, T. **Movimentos sociais no campo frente à ação do Estado**. Col. Ciências sociais hoje. São Paulo: Anpocs/Revista dos Tribunais, 1989.

SALES, T. Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira. **Revista brasileira de ciências sociais**, n. 25, p. 26-37, 1994.

SANTOS JR., O. A. **Reforma urbana**: por um modelo de planejamento e gestão das cidades. Rio de Janeiro: FASE-UFRJ/IPPUR, 1996.

SANTOS, A. de P. Dinâmica e problemática do crédito rural no Piauí. **Carta CEPRO**, v. 10, n. 1, p. 36-60, 1984.

SANTOS, E. P. Evolução da vida política no município de Picos, Piauí. **Revista brasileira de estudos políticos**, n. 10, p. 160-83, 1961.

SAUNDERS, P. **Social theory and urban question**. London: Holmes & Meir Publisher, 1981.

SBR. Revista da Sociedade Rural Brasileira. São Paulo, n. 358, 1950.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCOTT, J. C. Corrupção eleitoral. O aparecimento das máquinas políticas. **Revista de ciência política**, v. 5, n. 3, p. 37-73, 1971.

SCOTT, J. C. Patron-client politics and political change in Southeast Asia. **American political science review**, v. 46, n. 1, p. 91-113, 1972.

SCOTT, J. Patronage or exploitation. In: GELLNER, E.; WATERBURY, J. (Org.). **Patrons and clients in mediterranean societies**. Nova Iorque: London, 1977.

SIGAUD, L. **Os clandestinos e os direitos**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, D. Movimentos sociais urbanos e estado: efeitos políticos institucionais e consolidação democrática. In: Nascimento, E. P. do; BARREIRA, I. A. (Org.). **Brasil urbano: cenários da ordem e da desordem**. Rio de Janeiro: Notrya, 1993.

SILVA, J. da. Discurso. **Almanack da Parnahyba**. Ano III. Belém: Livreiros Editores, 1926.

SILVA, J. G. da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. São Paulo em Perspectiva, v. 7, n. 3, p. 2-10, 1993.

SILVA, M. O. da. **Política habitacional brasileira**. São Paulo: Cortez, 1989.

SINGER, P. A política das classes dominantes. In: IANNI, O. (Org.). **Política e revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

SOARES NETO, C. J. **O Seridó e os votos "de Porteira Batida"**. 1984. Tese (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH-Unicamp), Campinas, 1984.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

SOUSA, A. de. O cangaço e a política da violência no nordeste brasileiro. **Dados**, n. 10, p. 97-124, 1973.

TELAROLLI, R. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

THEOBALD, R. On the survival of patronage in developed societies. **Archives européennes de sociologie**, v. 33, n. 1, p. 183-191, 1992.

THEOBALD, R. The decline of patron-client relations in developed societies. **Archives européennes de sociologie**, v. 24, n. 1, p. 136-147, 1983.

THERBORN, G. The rule of capital and the rise of democracy. **New left review**, n. 103, p. 3-41, 1977.

THIOLLENT, M. A captação de informação nos dispositivos de pesquisa social: problemas de distorção e relevância. **Cadernos do CERU**, v. 16, p. 81-105, 1981.

TORRES, A. A organização nacional. 4. ed. Brasília: Edunb, 1982.

VALADARES, L. **Governança e políticas públicas no Brasil**. Paris: Seminário IUP, 2002.

VILLA, M. A. **Canudos: o povo da terra**. 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

WEARTHFORD, M. S. Economic conditions and electoral outcomes: class differences in the political responses to recession. **American journal of political science**, v. 22, n. 4, p. 917-938, 1978.

WEINGROD, A. Patronage and power. *In*: GELLNER, E.; WATERBURY, J. (Org.). **Patrons and clients in mediterranean societies**. Nova Iorque: Duckworth, 1977.

WEINGROD, A. Patrons, patronage, and political parties. **Comparative studies in society and history**, v. 10, n. 4, 388-397, 1968.

WHITELY, P.; SEYD, P. Rationality and party activism: encompassing tests of alternative models of political participation. **European journal of political research**, v. 29, n. 1, p. 215-234, 1996.

WILKINSON, J. **O Estado, a agricultura e pequena produção**. Salvador: CEPA/BA, 1986.

WRIGHT, E. O. **Classe, crise e o Estado**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1981.

DOCUMENTOS, MEMÓRIAS

Anuário Estatístico do Piauí, 1984/85.

CEPRO, Fundação. **A fala de Pedro Freitas**. Teresina: CEPRO, 1984.

CEPRO, Fundação. **Entrevista com João Clímaco d'Almeida**. Teresina: CEPRO, 1984.

IBGE. **Censo agropecuário**, 1970, 1980, 1985, 1995.

IBGE. **Censo demográfico**, 1970, 1980, 1991.

IBGE/UNICEF. **Crianças e adolescentes- indicadores sociais**. v. 4. Rio de Janeiro: IBGE/UNICEF, 1992.

IBGE; **PNAD**, 1986-90.

Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças Públicas do Brasil**, 1989, 1991, 1993, 1995.

APÊNDICE A - EXTRATO DAS ENTREVISTAS²⁵⁰

TEMAS: a) o voto de cabresto; b) a organização do curral eleitoral; c) da sujeição à liberdade na relação econômica; d) da sujeição à liberdade na relação política; e) o clientelismo privado (ou individual); f) o clientelismo estatal (ou comunitário); g) a eleição por nível e cargos; h) as representações do voto, dos políticos, e do Estado.

a) O Voto de Cabresto:

"O sistema da votação, era que a gente tinha que votar para o patrão; ali era sujeito, num sabe" (Trabalhador Rural, Bairro Santinho, Barras).

"Naquele tempo, viu, tinha os patrão, como eu morei lá na Santa Cruz, os patrão pediam o voto nosso, que eles não eram candidato, mas tinha os candidatos deles. Aí tinha os morador, e ele pedia o voto, que nós votasse para os chefes dele, pra os candidatos dele. E nós, como morador, votava" (Trabalhador Rural, Bairro Santinho, Barras).

"No meu tempo que eu comecei a votar pela primeira vez - eu

²⁵⁰ Apresentamos neste anexo fragmentos das entrevistas realizadas para a pesquisa, os quais foram considerados relevantes para o estudo do tema em questão. Estes fragmentos encontram-se organizados em oito temas, apresentados abaixo. Para uma compreensão maior dos fragmentos de falas transcritas, algumas informações foram apresentadas entre parênteses. O nome dos entrevistados e aqueles que foram citados durante as entrevistas também foram preservados, sendo representados apenas por suas iniciais.

morava na terra, eu era agregado do patrão -, quem escolhia o candidato era o patrão. Se fosse do agrado dele, ele chamava a gente: 'rapaz, nós vamos votar nesse partido tal, fulano de tal, esse é que é', terminava, nós votava, a gente cumpria o que ele pedia" (Pequeno Proprietário, Barras).

"Naquele tempo, era uma coisa comparando como quem pega cachorro ruim pra levar pro mato - era obrigado. Se não fosse votar, já o patrão dizia: 'você vai pra fora'. E aí você ficava nervoso, mas era o jeito você ir votar" (Morador, Marrecas, área de conflito, Barras).

"Antes do sindicato, era daquele jeito que você sabe, né: o voto de cabresto" (Morador, Currais Novos, área de conflito, Barras).

"De primeiro, o povo tinha que votar onde o proprietário mandava. Se você morava agregado de uma pessoa ... Ele dizia: 'eu tenho tantos morador'; ele ia lá num político desses e podia até mesmo vender os eleitor. Ele chegava e dizia: 'o meu candidato é esse', e tinha que votar mesmo. [...] Lá onde nós mora era o curral eleitoral de um candidato, porque o proprietário governava. Porque lembro muito bem que quando o PT surgiu aqui em Esperantina, (os moradores) não iam deixar de votar no patrão pra votar no PT" (Morador, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"A gente votava, tinha que ser do jeito do patrão. Por sinal até mesmo do coronel G. Ele contava muito com o voto da gente. No início a gente era com ele. Eu votava sempre nos candidatos dele. Depois, eu não sei porque, que a gente não vai votar mesmo esperando pela ajuda, mas ele tinha que cobrar da gente é a renda como deveria ser, e não descontar em votação. Ele fazia questão dos morador dele tudo ser eleitor dele; que votava para os candidatos que ele queria" (Moradora, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"Ele, G., lutou com minha mãe para aumentar a minha idade para votar pra eles. Talvez eu não tivesse uns 15 anos. Eu disse não. Só votei quando completei os 18 anos. Mas aquele voto, sabe: 'você vota pra mim ou perde a moradia'. Não tive alternativa não. Fui votar mesmo, porque achava que ele era o

patrão, o dono da terra, e já passava aquela ordem: 'você tem que votar no meu candidato'; ele chegava e apresentava: 'olha, o meu candidato é esse daqui, os meus morador tem que votar nesse candidato aqui'. E aí se aquele candidato que ele apresentava não fosse eleito. Aí, moleque ia voar fora. E não perdia nenhum. [...] Era o voto de curral mesmo, ali, fechado, não sai ninguém" (Moradora, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"Em tempo de eleição, quem não votasse pra ele (patrão), ele jogava fora, porque aquele não era morador dele" (Moradora, Currais Novos, área de conflito, Barras).

"Até o padre na Igreja não dizia? Nesse tempo era o S. velho, ele dizia: 'você vota no seu patrão'; na Igreja lá, olhando pra ele, ele dizia: *'você é morador de fulano, você vota é pra ele; você é morador de seu M. L., vota pra ele; você é morador de seu G., vota pra ele; de seu B., vota pra ele.* [...] Dentro da Igreja ele dizia: 'a gente vota naquele que a gente mora no terreno dele'. E aí seu J. fechava nós tudinho na mão! Mas nunca me deu nenhum dinheiro pra comprar uma agulha. Porque esse povo aí do lado, ele mandava um corte pra cada um, mas nunca me deu nenhuma agulha, mas pros outros aí... tudo era morador dele. Era porque ele tinha raiva era desse povo daqui desse Tapuio [...]. Do lado ali, ele dava, morador dele, mas pra nós, pra votar, era de graça pra ele; não era pra dar nada, que nós era dele. Ele já sabia que nós votava era pra ele, era firme. [...] Parece que quando ele temia que aquela pessoa votava pra outro, ele agradava logo, comprando, mesmo que está comprando: 'eu já estou agradando, que esse aqui pode votar pra outro, e eu agradando ele vota pra mim'. E aqui ele sabia quem era meu pai; meu pai não deixava nenhum trocar pra lado nenhum" (Moradora, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"Fora de hora, ele (coronel G.) chegava com um corte de pano; dava pra uns, pra outros não dava. E aí com tudo aquilo, mesmo sem ele não dá nada, mas a gente tinha que votar nos candidatos dele" (Moradora, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"Especialmente por parte do meu marido... Ele tinha mais receio, ele era mais ligado ao patrão [...]. *Ele achava que aquilo era uma covardia, a gente morar na terra daquele proprietário e passar para um outro partido*" (Moradora, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"De primeiro, o proprietário tinha o trabalhador como um filho dele, digamos assim" (Morador, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"Sou eleitora há muitos anos, desde eu com 18 anos; e acabar agora não sou registrada. A trama que os ricos faziam: a gente tirava o título e não era registrado. *Não precisava mostrar nada lá*; só fazia: 'tá aqui, vim fazer o alistamento para tirar o título'; a petição era feita em casa, e só fazia eles levar pro cartório" (Moradora, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"Mas aqui prefeito só ganhava mesmo os L., que era a família mais rica, que era M. L., G. L., P. L.; eram três irmãos; ricos mesmos daqui eram esses três homens [...]. *Esses prefeitos tudo era humilhado a eles*" (Moradora, Tapuio, área de conflitos, Esperantina).

"Quando eu comecei votar, eu comecei votar naquela história do voto de cabresto, encurralado; eu não tinha partido, o partido quem fazia era o patrão. Ele chegava lá, dizia: 'eu vou votar pra o fulano, porque fulano é bom'. E no fim ele ganhava a boa gorjeta dele, e nós ficava sempre só votando" (Presidente do STR - Esperantina).

"O pano de fundo da nossa realidade em Esperantina era o monopólio da terra; os grandes patrões que queriam conduzir os pequenos lavradores, não só para explorar a sua força de trabalho, mas também explorá-los politicamente" (Pároco, Igreja Católica, Esperantina).

b) A Organização do Curral Eleitoral:

"Naqueles tempos, eles vinham buscar quase naquela hora da gente votar, assim do meio-dia pra tarde, pra quando chegar, botar a gente naqueles depósitos pra gente não andar, num sabe" (Trabalhador Rural, Bairro Santinho, Barras).

"Aquele chefe, como um setor como esse aqui, ajeitava tudo

naquele local e o carro vinha, apanhava e ia todo mundo naquela hora votar certo para aquele proprietário" (Morador, Marrecas, área de conflito, Barras).

"Naquele tempo, o patrão ia apanhar a gente lá na hora. Ave Maria! Pra votar pra ele, ele ia na hora, menino. Nesse tempo, ele andava com a gente adulando! Ah! mandava o carro, ia deixar na porta, tranquilo; *no tempo de ir pra perto da urna, tinha que levar a gente lá junto, lá tranquilo*" (Trabalhador Rural, Bairro Santinho, Barras).

"Teve uma vez que eu vim votar, e lá era preciso a gente ir tudo a cavalo; ele alugou um cavalo e me deu" (Trabalhador Rural, Bairro Santinho, Barras).

"Aí, naquela época, os patrões sempre tinham aquele adágio de querer subordinar os moradores [...]. As facilidades que tinham é só porque sempre eles colocavam carro; mas pra mim não era facilidade, porque a pessoa vinha com os cabrestos nos queixo, porque chegava, derramava aquela carrada ali de frente o barraco das suas comedorias, ali você entrava para almoçar ou jantar, conforme fosse a hora que você viesse chegando na carrada; mas ali, *você já tava certo que no sair do portão, a chapa já vinha na sua mão a quem você tinha o direito de votar; ainda mesmo que você pegasse outra chapa na rua, mas aquela chapa não era válida*; você pegava a chapa de quem lhe desse para satisfazer a quem lhe entregasse, mas o que estava valendo era aquela, *porque você dizia: 'não, o que fulano me deu foi essa, eu vou votar nele'*. A pessoa votava sempre naquele cabresto" (Morador, Currais Novos, área de conflito, Barras).

c) Da Sujeição à Liberdade na Relação Econômica:

"Vige! Naquele tempo era muito difícil; se a pessoa tirasse um quilo de gênero de dentro do terreno para vender fora, aquele patrão sacava fora; dizia que aquele não era morador, já tava roubando de dentro da propriedade dele para vender. E se a pessoa quisesse vender algum quilo de gênero, isso era no maior oculto da vida" (Moradora, Currais Novos, área de conflito, Barras).

"Aqui a gente teve uma privação que o sujeito não podia vender um quilo de côco fora e nem o tucum. E aí foi afrouxando tudo, que hoje tá tudo frouxo, sobre a venda do gênero do terreno, viu; a pessoa pode levar sem assombro para cidade [...]. Primeiro o sindicato apoiou e depois a Igreja. Por uma parte está sendo melhor, porque o sujeito pode trabalhar mais liberado; por outra, não está tendo morada para morar. Nós estamos querendo é a morada" (Morador, Currais Novos, área de conflito, Barras).

"De primeiro o proprietário tinha o trabalhador como um filho dele, digamos assim. Ele tinha que ir trabalhar, ou que quisesse ou que não. Se ele (proprietário) deixar pra formar um serviço hoje, ele ia lá na fazenda e dizia: amanhã eu tenho tantos trabalhador. Ele formava, avisando todo mundo na boquinha da noite, para ir bem cedo. Se não fosse, podia desatar a rede" (Morador, Tapuio, área de conflito, Esperantina). "Quando o conhecimento nosso chegou, nós pegamos a dizer para os companheiros: 'rapaz, a nossa vendinha nós tem que levar e nós vende aonde nós quiser. Aí, começamos a pegar e levar pra onde nós queria. Aí, foi onde entrou essa greve. Digo: 'rapaz, tu sabe duma coisa? Vamos se reunir aqui uma caravana de companheiro e vamos às Barras, agora, levando a nossa produção e vender aonde nós quer. O procurador dele acompanhava nós até aqui. Se a gente descia do carro, ele descia também. Quando nós ia pra balança, ele tava rente. Aí, a gente dizia: 'pega teu dinheiro e bota no bolso'. Ele botava no bolso e ele entrava por um lado e nós entrava por um outro. [...] *Hoje nós estamos mais com a nossa liberdade*" (Morador, Currais Novos, área de conflito, Barras).

"Eu resolvi a deixar (de doar a diária para o patrão) e mudar mesmo, porque eu me senti, em mim mesmo, que eu fosse trabalhar uma diária ao menos para uma pessoa igualmente eu. Não pra uma pessoa que tem mais do que eu. Pegar do que é meu e dar pra ele (patrão)? Deve ajudar a quem não tem também" (Morador, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"Na verdade, nós não era contra os proprietários, nós era contra a forma como eles usavam os trabalhadores, a exploração

que eles usavam com os trabalhadores, o trabalho podemos dizer escravo que eles usavam com o trabalhador, a renda fora do normal" (Presidente do STR, Barras).

"Tenho certeza que a minha vinda para a administração concorreu pra que acontecesse uma revolução no campo, com a melhora de vida da população. [...] As 1400 famílias, que se eu não tivesse sido prefeito, eles continuariam agregados, eles continuavam sendo chamados de caboclos, e sendo explorados como eram antes" (Prefeito, Barras).

d) Da Sujeição à Liberdade na Relação Política:

"O sistema da votação era que a gente tinha que votar pra o patrão; ali era sujeito, num sabe? (Risos!) Agora hoje em dia não é mais; o amigo é *liberto*, ele vota pra quem quer" (Trab. Rural, Bairro Santinho, Barras).

"Hoje o que foi que houve? Que acabou-se isso (acompanhar o patrão)! O camarada hoje vota aonde quer" (Trab. Rural, Bairro Santinho, Barras).

"Depois que eu morei aqui, ainda tinha ainda (o voto preso), mas depois mudou. *Nós ficamos libertos*. Não teve mais patrão que disse para nós votar, porque logo nós viemos embora pra cá" (Trab. Rural, Bairro Santinho, Barras).

"Depois que eu tomei conta do meu lote, eu achei que aí eu tava pisando mais firme, podia dizer isso (se o candidato agradava ou não). Porque a vontade toda vida eu tive de dizer, mas aí para não haver aquele conflito entre eu e ele (patrão), para não ficar aquela briga, pra não ficar mal visto com ele, quando ele mandava: 'eu tenho um candidato pra votar', eu tava votando" (Pequeno Proprietário, Barras).

"No voto de cabresto, no interesse dele (patrão), era quem ele queria que o sujeito votasse; quem não votasse, caia fora. *E hoje nós estamos liberados*, nós vota pra quem nós quiser" (Morador, Currais Novos, área de conflito, Barras).

"A pessoa votava sempre naquele cabresto. [...] Hoje, não. Tá vendo que se quiser vir a carro, venha; mas você já vem consciente do que vai fazer" (Morador, Currais Novos, área de conflito, Barras).

"Outro dia um proprietário me chamou e disse assim:

- Miguel, estou precisando de você.

- Diga, patrão, o que é que o senhor quer?

- Estou precisando de você. É o seguinte: pra nós dar uma ajuda no meu candidato a prefeito.

- Qual é ele dos dois?

- (J. L.). Você me ajuda pra gente botar o homem na prefeitura; nós vamos comprar a área minha, que eu tenho a área pra vender; vendo pra ele e aí ele vai dar para os trabalhador.

Eu disse para ele:

- Cidadão, é o seguinte: ele já foi mandato aqui, quatro anos dentro do poder, dentro dessa mesma greve que estou, ele nunca fez nada, ele nunca comprou um palmo de terra. Então, hoje é que ele vai comprar?!

Cortei as espumas dele, ele saiu, foi embora. Comigo é desse jeito, companheiro! De agora por diante, proprietário comigo eu não estou nem lá!" (Morador, Currais Novos, área de conflito, Barras).

"Esse desapegar dos partidos tradicionais é um processo também lento, sobretudo quando se sabe que há nesse campo muita pressão por parte dos donos de terra: se você pertencer ao partido dos trabalhadores você vai colocado fora. Então, por questão de sobrevivência, muitos, ainda com certo medo, preferiram continuar atrelados ao partido do patrão. Mas foram poucos, a maior parte do pessoal rompeu com isso" (Pároco, Esperantina).

"O eleitor de Barras hoje, até mesmo aquele que a gente julga menos esclarecido, hoje ele já tem uma convicção própria" (Jornalista, Barras).

"Barras, [...] ela é politizada" (Militante, PC do B, Barras).

"O povo de Barras hoje é um povo livre. É capaz de escolher os seus candidatos. [...] Nós acabamos aquela prática de chefes políticos" (Prefeito, Barras).

"Eu acho que daquela política dos coronéis, claro que já passamos. Acabou aquele voto de cabresto" (Vereador do PL, Barras).

"As pessoas hoje procuram escolher o seu candidato pelo que ele poderá fazer pela sua comunidade. Já passou o tempo daquele eleitor de curral" (Vereador do PPB, Barras).

"(Houve mudança) quando começou a quebrar aquela oligarquia que existia aqui, aquelas estruturas de famílias que se dizem poderosas, que são coronéis mesmo; era na base do coronelismo aqui" (Agente Governamental, Esperantina).

"Na década de 50, quando votei pela primeira vez, no município de União, o coronelismo eleitoral era público e notório. Lembro-me de um fato ocorrido em Poços D'água, propriedade então pertencente a meu tio J. M., comerciante e chefe político da UDN. Um seu agregado de apelido T. quando alguém lhe perguntou em quem iria votar, respondeu: 'Dou meu voto pro seu M., ele dê pro diabo, dê pra quem quiser'. [...] Agora, votando em Lagoa Alegre, município desmembrado de União, onde há luz de Boa Esperança, e em consequência rádio e televisão; posto telefônico e três linhas de ônibus [...], *a grande diferença reside no fato de os políticos serem obrigados a comprar os votos dos cabos eleitorais* [...]. Trocando em miúdos, a eleição virou comércio a grosso e a varejo sem o qual ninguém logra ser eleito" (Professor da UFPI, Jornal O Dia, 11/10/94, p. 6).

e) O Clientelismo Privado (ou Individual):

"A gente vota pra eles porque talvez eles dá uma ajudazinha à gente e a gente não tem o que dá e dá aquele votinho pra eles. Então, eles ficam satisfeitos e a gente também" (Trabalhador Rural, Bairro Santinho, Barras).

"Nós não temos uma saúde como nós merecemos; nós não temos um atendimento... Se o sujeito chega num hospital desse daí, só vai atendido se for por ordem de fulano de tal e fulano e fulano. Se não ser, se a pessoa chegar lá desconhecido, sem ter ninguém que lhe atenda, quer dizer se não ser mandado de ninguém ou sabendo que você vai votar no candidato de alguma pessoa que teje lá dentro interessado, você não consegue nada. Isso eu acho uma discriminação muito horrível" (Pequeno Proprietário, Barras).

"Aí, (o trabalhador) diz que não vai votar no PT porque o PT não faz vantagem, não dá um pneu, não dá um carro (pra uma viagem), que não tem. Aí então, ele se encosta num pau que faz sombra; o PT é um pau pelado" (Trabalhador Rural, Bairro Santinho, Barras).

"Aqui em Barras, os políticos que nós temos, eles são os primeiros a deixar as pessoas acomodadas, porque os objetivos do político é só gratificar as pessoas, com uma coisa qualquer, com uma manilha, é pagando um talão de luz, um talão de água, e isso não é administrar. Eu acho que administrar é gerar emprego" (Vendedora ambulante, Barras).

"Ah! É rede, calça jeans, peça de bicicleta, do pneu pra cima; ele (candidato) é estourado; é muito trabalhador; mas os votos dele são muito caros. Mas é trabalhador. E ele tem voto. [...] Agora, você pode examinar qualquer eleitor se na época que eu fui candidata se eu dei uma Cibalena; agora, serviço prestado eu tenho. Olha, eu saio da minha casa meia-noite pra ir aplicar soro em gente no interior, porque eu sou enfermeira, tenho o meu curso" (Cabo eleitoral, PSDB, Esperantina).

"Vê esses votos sem serem comprados, é uma prova real de que algo está mudando [...]. O mais interessante em tudo isso é constatar que, por exemplo, esses dois mil votos em Esperantina foram conscientes, que *essas pessoas não venderam o voto*" (Candidato a deputado estadual, PT, Esperantina).

"O favoritismo, dar dinheiro para as pessoas, remédios, fazer promessas, usar da mentira para desmoralizar os outros, são as estratégias dos partidos de direita para ganhar as eleições. O favoritismo é o mais forte" (Pároco da Igreja Católica, Esperantina).

"Colocam-se maiores exigências na aposentadoria rural para tentar diminuir os gastos públicos, uma vez que este é o setor de maior peso nos gastos de benefícios. Há o argumento de que as *exigências visariam evitar as fraudes* (a ingerência dos escritórios de políticos). Mas se tornaram tão pesadas que tendem a inviabilizar a aposentadoria de muitos velhinhos" (Subgerente do Setor de Fiscalização do INSS).

"Se o eleitorado, principalmente no interior, se ele se contentasse só com o benefício que a pessoa consegue pra região era muito bom. Mas o eleitor não se conforma só com isso. Ele quer de qualquer maneira uma ajuda pessoal" (Vereador, PPB, Esperantina).

"Agora, se qualquer um chegar, estirar a mão no bolso, e tirar um cheque e dizer: tá aqui, receba 2 mil, ou 3 mil ou 5 mil, candidato a prefeito ou qualquer um deputado, eu estou no ponto para receber e retribuir ele depois com o meu trabalho" (Vereador, PPB, Esperantina).

"Olha, dobrou o preço de uma campanha política. E eu acho que não é só aqui em Esperantina não, pelo que eu vejo, porque vejo a situação naquelas cidades vizinhas, vejo aquela reviravolta, aquele desembesto do próprio eleitor, correndo atrás de candidato pra pedir isso e aquilo" (Vereador, PPB, Esperantina).

"Hoje eu sei que só existe dois caminhos no Nordeste para se ganhar a política: ou convive com o povo ou compra o voto dele. Em Esperantina principalmente, aqui a ideologia é Franciscana: é dando que se recebe" (Ex-vereador do PT, Esperantina).

"Agora na (época da) política, é mais dinâmico. O eleitorado tem mais pedido a ser atendido. Mas meu eleitorado mais seguro, aqueles que me dão sustentação, nessa época, não me cobram nada, só fazem é me ajudar, porque eu já tive um trabalho de base com eles durante o mandato. [...] Pra esse pessoal que faz política no dia a dia, a política é barata. Agora aqueles que querem por vaidade ser prefeito, por vaidade ser vereador, sem ter serviço prestado, morando em Teresina (capital), pra esse sai caro essa política" (Vereador, PSDB, Esperantina).

"Eleição devia ser era no inverno! Que era para saber as dificuldades que tem da rodagem para chegar na casa do *cliente eleitor*" (Morador, Marrecas, área de conflito, Barras).

"Eles já têm dito pra nós, do PMDB, PFL: - Eleitor é muito fácil da gente enganar; se não mentir, não fazer promessa, se não oferecer uma bobagem que ele leve uma vantagem na hora,

com certeza não vai ter o voto dele" (Presidente do STR, Barras).

"A gente pode dizer que a dificuldade maior está na cabeça da própria pessoa; na falta de formação da população, que não é suficientemente esclarecida. E aí é um processo que vem de longos anos, porque você sabe que no meio disso tudo está a educação [...]. Mas como a gente sabe que não tem uma população esclarecida, aí então é a dificuldade de a gente obter o voto simplesmente através da proposta clara, proposta objetiva; quer dizer, não basta só isso. A gente sabe que a dificuldade pra nós (PT) está aí sim pelo dinheiro, pela barganha, o assistencialismo, o paternalismo. E nós só temos a argumentação para colocar em contrário" (Professor, Militante do PT, Barras).

"Por que manter a obrigatoriedade do analfabeto votar? É exatamente para se criar o clientelismo político; pra chegar, dá a japonesa, o pneu de bicicleta, porque é mais fácil de comprar o voto dele. É uma pessoa menos consciente, às vezes até por uma necessidade que passa" (Cabo eleitoral, PSB, Barras).

"Se não houver uma mudança no sistema econômico, a tendência é daqui uns dias quem não tiver dinheiro não se elege. Vai se deixar vereador, deputado, que faz alguma coisa pelo povo; esses geralmente são pobres, e esses sem recursos não se elegem daqui uns dias. Vão se eleger só magnata, só gente que tem indústria, que tem muito dinheiro. E aí vai gerar mais desgraça, porque vai ser o monopólio, só dos ricos" (Vereador, PTB, Barras).

"Existe este (vizinho) bem aqui assim. O candidato dele é o real. Quem der dinheiro pra ele é quem ele vota. Ele quer do vereador quinhentos reais e do candidato a prefeito ele quer um *freezer*. Parece que sábado (o candidato) marcou uma reunião na casa dele e ele tá zangado porque descobre quem é ele; e ele quer uma coisa encoberta, pra ficar enganando um e outro; não quer publicamente não. [...] Foi você que andou agora ali, não? Pois aquele velho é o pai dele. Disse que ia votar para quem desse a ele uma bateria do motor, um

pneu e um amortecedor também, e perguntando: 'E eu o que queria? - Não, não quero nada não. Votar? Quero que quem eu vote ganhe, que é pra me dar serviço pra eu ganhar dinheiro. Acho importante é a pessoa trabalhar para ganhar e não pedir. [...] Aqui mesmo tá muito difícil esse negócio de eleitor; na hora que o candidato trisca nele, ele já está pedindo as coisas" (Pequeno Proprietário, Esperantina).

"Por que esse voto (barganhado) é o mais comum, é o mais usado? Falta condição de cada um que vive no interior ou próprio na cidade; pessoas da classe baixa, que não têm condição" (Membro da Associação do Povoado Lagoa dos Macacos, Esperantina).

"O político chegar bem ali e oferecer 5 reais e a pessoa virar pro lado dele! 'Não, eu vou votar pra fulano, porque ele me pagou', eu já ouvi isso! 'Eu vou votar pra fulano porque ele me pagou, me deu 5 reais'. Que mentalidade tem uma pessoa dessa? Aí dizem que é porque é desinformada. Não é não. De primeiro o pessoal não tinha informação, mas agora tem meu irmão! [...] Não precisa a gente vender o voto, não precisa a gente querer nada de ninguém. Que isso não é certo. Se a gente vai votar, se a gente vai dar o voto da gente, a gente dá de livre e espontânea vontade pra quem a gente quer; a gente não tem a obrigação de dizer assim: 'Ah! Eu vou votar pra fulano, porque eu devo isso e isso a ele'. Eu não digo isso. Eu arranjei um emprego através de político; mas o primeiro voto que eu dei pra ele eu paguei, você não acha?" (Zeladora de Escola Pública, Esperantina).

"Mais fácil aqui, em emprego, é ser professora, mas tudo através de político. [...] Antes minha mãe pedia para que a gente acompanhasse um mesmo partido. Mas só que agora, principalmente depois que eu perdi o emprego (de professora), eu voto pra quem eu quero" (Comerciária, Esperantina).

"Mas as pessoas que eu devo mais fineza são essas que me deram o pão de cada dia [...]. Eu tenho que amostrar as vantagens de algum que fez comigo. O pessoal diz assim: 'Ah! Que esse político, é uma obrigação que ele tem'. Mas ele tem tantos, né. E enxergar um acolá... Eu sou assim, até uma coisa que

eu vou comprar, se eu vou comprar é fiado, eu fico devendo aquele favor, porque aquela pessoa teve a delicadeza de me arrumar aquilo ali pra eu pagar depois" (Vendedora ambulante, Esperantina).

"A grande massa é despreparada, não tem uma consciência política. Nós estivemos constantemente a ouvir pessoas oferecendo seu voto por qualquer valor" (Deputado estadual, PT).

"Eu nunca dependi de prefeitura para fazer política. Eu sempre fiz política ao meu modo, às minhas custas, no meu escritório de advocacia, trabalhando, atendendo as pessoas" (Deputado Estadual, PMDB).

"Mais é o poder econômico, prometendo e até dando determinada vantagem ao eleitor, para que o eleitor vote nos candidatos de sua preferência. [...] O que fazem os agentes políticos, e é condenável, é com muita antecedência, fazendo determinados serviços àquelas pessoas humildes, pessoas carentes, muitas vezes até promessas de recompensas, promessas de dinheiro, promessas de emprego, que são práticas bastante condenáveis, mas bastante usuais, nós sabemos. [...] Por trás, sabemos que isso (a compra do voto) acontece." (Juiz de Direito, Esperantina).

"Essa prática é clientelismo, que vem de muitos anos para cá, está arraigada em nosso contexto social. [...] Então, eu vejo que o *nosso processo democrático fica um tanto quanto, vamos dizer assim, inebriado*, não se torna muito legítimo, porque o povo não tem aquela capacidade de auto-definição; ele faz isso muitas vezes por uma subordinação qualquer. Então, ao meu modo de ver isso quebra a heterogeneidade que devia ter, no sentido de que as pessoas não fossem dirigidas. [...] O abuso do poder econômico existe; nós não podemos mascará-lo de maneira alguma; apenas, às vezes, esse ato é feito subrepticiamente, ele é feito de uma forma tão obscura, nós não temos como chegar por falta de provas" (Presidente do TRE-PI).

"Em Elesbão Veloso, eu fui promotor em Elesbão Veloso há uns seis anos, tinha uma família lá que eu não quero me refe-

rir ao nome, uma família de políticos, eles desviavam a merenda escolar para sustentar porco na fazenda deles. Eu denunciei, consegui a condenação de todos eles, três anos de prisão, e o tribunal achou que devia absolvê-los por falta de provas" (Promotor Público, Barras).

"Pra que ele (eleitor) vai pedir um favor pra A, B ou C? Pra quê? Qual o motivo, se não for a necessidade?" (Idem).

f) O Clientelismo Estatal (ou Comunitário):

"A Associação foi criada, pela maneira por hora que eu vejo, pelo sistema político; parece que seja para os políticos ter acesso ao voto, entendeu? Parece que não tinha como os políticos conquistar a grande maioria de votos, e criaram essas Associações para eles poder embeber alguns presidentes de Associação com conversa, entendeu? [...] Se criou as comunidades (Associações) porque pelo menos eles (políticos) não tiveram aquela oportunidade que tinha na época dos coronéis, que eles podiam encurralar os eleitores, *então eles criaram as comunidades para poder ter acesso ali dentro, entendeu?* Dizendo que vai trazer isso pra comunidade, vai levar uma energia, vai levar um poço tubular, e aquele negócio todo" (Pequeno Proprietário, Barras).

"Barras é hoje um município que está pilhado de Associações. Essas Associações foram criadas com a participação da rádio clube (pertencente ao esquema do prefeito). A nossa emissora aqui está conscientizando o trabalhador que devia se organizar. [...] Associações que se não fosse o político progressista, que acreditasse, não faria isso, como governos anteriores não fizeram. Por que? Porque é uma faca de dois gumes; você criar uma Associação dessa e depois essa Associação se conscientizar de tudo e você não conseguir torná-la subjugada a você. Então, muita gente tinha medo disso, e o Cabelouro (prefeito) nunca teve medo disso. Ele colocou as pessoas para trabalhar nesse sentido; oficializou mais de cem Associações e estão todas aí. E ele diz: - Associações que se organizam e vão escolher em quem devem votar" (Radialista, Barras).

"Foi como eles (trabalhadores) enfrentaram os coronéis; foi coletivamente, em Associações, juntos reivindicavam os seus direitos sociais. Hoje, são vereadores, prefeitos que estão fundando Associações. Pra você vê como a coisa está muito diferente. [...] Os políticos querem mesmo é criar as Associações e mantê-las no seu domínio, como os currais eleitorais de antigamente. Eles dizem: 'na Associação tal os eleitores são meus; votam em mim ou em quem ele quiser'. Essa é a intenção deles em criar as Associações" (Presidente do STR, Barras).

"Cada bairro nessa cidade tem uma Associação, cada bairro novo que vai surgindo funda a sua Associação; e em cada local do interior também, cada comunidade tem uma Associação, onde os trabalhadores se reúnem e discutem os problemas da comunidade, onde eles já percebem o que tá ruim e o que tá bom para eles, onde eles se reúnem, fazem abaixo-assinados e procuram as autoridades para reivindicar. Não é mais aquela história de vir um de cada vez para pedir o pneu de bicicleta; eles vêm para reivindicar, e muitas dessas lideranças nem pedem nada para eles. Eles estão tão conscientizados que eles hoje... A maioria dos pedidos são pedidos feitos para atender a comunidade: é a antena parabólica, é a estrada, é a escola, é o centro comunitário, é o programa do leite, é qualquer coisa que a comunidade precisa: é a água, o açude, a barragem. [...] Aqui as comunidades todas, até onde eu sei, votam na gente. Para você ter uma ideia, de todos esses presidentes de Associações tem um só, que é da Associação de Deficientes, que não vota com o nosso esquema. Porque o nosso esquema foi o esquema que organizou as Associações, que apoiou as Associações. Por isso existe um compromisso nessas Associações, nessas comunidades" (Prefeito, PMDB, Barras).

"Tem aquelas Associações, no caso, que eu sou mais ligado, e o trabalho da prefeitura, devido eu ser um vereador de oposição, não chega até essas comunidades. [...] Fiz o meu trabalho, o verdadeiro trabalho de vereador: acompanhando, na hora mais precisa, do transporte, da doença, do remédio, tudo enfim. Infiltrado também nessas Associações, procurei da

melhor maneira possível para que essas comunidades levantassem, e hoje são o que são, quer dizer, organizadas, com documentos, só esperando os recursos do governo federal" (Vereador, PPB, Barras).

"Nós trabalhamos muito com as lideranças comunitárias. Fizemos um trabalho inicial na prefeitura de formação de Associações, organização da comunidade, para que se pudesse levar o benefício para a comunidade. Deixar de ser atendidos aqueles pedidos individuais" (Prefeito, PSDB, Esperantina).

"Nossa obra que eu considero maior não é uma coisa palpável; é esse contato, essa abertura, essa aproximação, que houve entre o poder público e as comunidades. Hoje o trabalhador não tem preconceito de vir na prefeitura; ele tem coragem de chamar o secretário ou o prefeito lá na comunidade dele para pedir as coisas, para exigir até, porque nós temos uma cidade que já tem uma consciência política muito grande, e o pessoal já sabe reivindicar os seus direitos" (Secretário de Apoio à Produção, Esperantina).

"Olha, a política nunca deixa de entrar, por mais que os técnicos queiram evitar. Na verdade eles querem que a própria Associação procure o PAPP. Mas essa prática nos tempos passados era assim, continua sendo, e vai continuar assim. O deputado, o prefeito vai lá e procura o presidente, o coordenador do PAPP, procura o governador para interceder. Então, vai demorar muito tempo ainda para as Associações caminharem sozinhas, sem ter, sem o apoio da classe política" (Prefeito, PMDB, Barras).

"O nosso projeto é o seguinte, vamos dizer, o nosso projeto do centro comunitário. Nós faz aqui e procura uma pessoa daquelas que tenha mais influência, no caso do vereador, no caso do prefeito, ou entrega na mão do deputado; uma pessoa que tenha mais acesso ao órgão que aquele projeto vai ser encaminhado. [...] No meio dos projetos também tem o lado político. Tem o lado político por que? Se o projeto chega lá no PAPP, na mesma hora o presidente lá do PAPP liga lá para o político, no caso, de Barras: 'Rapaz, aqui tá chegando um projeto da Associação tal, você tem interesse nisso?' Se

ele disser: 'Rapaz, eu não tenho interesse', esse projeto vai engavetado, lá ele fica. [...] Encaminhar um projeto na esfera municipal torna-se mais fácil. No governo do estado já se torna mais difícil; o Secretário vai fazer uma 'auditoria', vai consultar o político da cidade. E quando se trata de âmbito federal, é mais difícil ainda, porque tem que ocupar o político da cidade, este ocupa o deputado, pra chegar até aquele órgão" (Presidente da Associação de Moradores do Xiquexique, Barras).

"O problema mais sério de Associação é o seguinte: qualquer projeto desse que chegue em qualquer repartição, o chefe lá do setor telefona - ou é para o deputado ou para o prefeito - se é do esquema: - Rapaz, aqui tá chegando um projeto, esse pedido, esse pessoal é com vocês? - Não, rapaz. Esse pessoal não é nosso não. De lá mesmo, você pode ficar ciente que ali mesmo já foi dado fim. É desse jeito. Mas se todos os recursos viessem direto para a Associação, eu tenho certeza que seriam bem melhor aplicados" (Secretário, Associação de Moradores do Xiquexique, Barras).

"Aqui também, às vezes, o prefeito também entra na briga das Associações. Às vezes o prefeito apoia um candidato, e é uma influência muito grande. Porque se o prefeito diz: 'Olhem, eu vou apoiar fulano de tal, vocês votem nele'. É lógico que se eu for membro da Associação eu vou votar nele. Por que? Porque se o prefeito está dizendo que vai apoiar ele, aquele presidente quando for eleito, ele vai ter mais chance de conseguir as coisas com o prefeito" (Presidente da Associação de Moradores do Xiquexique, Barras).

"Eu e M. C. (esposa), nós trabalhamos, nós incentivamos o povo, nós como cabos eleitorais... As pessoas se orientam é só pelo incentivo que eles têm, pelo papel que venho exercendo por eles. Então, não precisa nem eu chegar lá e dizer: 'você tem é que ir por aqui'. [...] Esse pessoal vive acompanhando a gente, de passo a passo, pra onde a gente vai" (Presidente da Associação do Povoado Unha de Gato, Barras).

"Nós aqui, dizem que nós... eu sou mesmo petista até à alma. Por que a gente não tem acesso à energia? Por causa dessa

questão. Tem aquele pobre que diz: - Olha, não passa na casa dela não, que ela vota no PT" (Moradora, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"Eu sou diferente. Eu poderei pedir o político uma coisa que eu não tenha, mas não em troca de voto, mas como direito de ele dar, porque ele tá no poder dando extração ao que é nosso; ele não tá ganhando não é para administrar o que é dele, é pra administrar o que é nosso. Então, por eu saber que ele está administrando uma coisa que é nossa, o dinheiro é nosso, não é que eu vá em todos os momentos está pedindo a ele. Que é no caso, que hoje muitos não vive muito afirmado na terra, dando muita força aos outros, é porque vive pendurado nas tetas dos políticos, e nós não vivemos disso" (Secretário do STR, Barras).

"A Associação aqui se reunimos todo mundo e se associou-se, mas não foi nem a custo dessa água não. Todo mundo era para receber um dinheiro aqui que dava para comprar criação, dava para comprar gado, plantar capim - a Associação foi essa. O dinheiro vinha; eles vinham aqui, marcava reunião, o pessoal tudo com documento na mão, e aí se juntava, o pessoal ia no banco pra receber o dinheiro, cada qual se virava com aquele dinheiro. E veio vindo, passou assim quase um ano, o pessoal aqui começaram falar, quando vieram foi muito diferente. [...] Essa água veio, mais foi assim como que vem uma coisa pra consolar uma pessoa muito tola" (Membro da Associação do Povoado Fazenda Nova, Esperantina).

"Aí, fui chamada pra essa Associação aqui: 'eu vou experimentar o que tem pra mim'. Aí vim, me associei - aqui o meu lugar é escasso de água, de luz, de quitanda pra eu comprar as coisas, estrada - pois eu vou me associar ali; pode ser que as coisas venha mais mior, porque agora cada qual vamo pegar mesmo é no dinheiro, na mão (sorrisos!), pra nós comprar o que nós tem necessidade, precisão pra botar dentro de casa, pode ser que a coisa agora se endireite" (Membro da Associação do Povoado Nova Fazenda, Esperantina).

"Hoje tudo é através agora de Associação. Eu vou no Banco e

o gerente diz: - Rapaz, só através da Associação" (Pequeno Proprietário, Esperantina).

"Você sabe que hoje, tudo aquilo que vem é em nome de comunidade" (Presidente do STR, Esperantina).

"Em primeiro lugar, porque tudo que se consegue hoje é através de grupo; particularmente não se consegue mais nada" (Membro da Associação do Povoado Fazenda Nova, Esperantina).

"Eu votei num candidato que era adversário do atual prefeito. Mas hoje, pelo trabalho do prefeito, eu aprovo e voto no seu candidato. Pelo que ele tem feito nessa região, muita coisa nessa Associação, estrada, antena parabólica, então por essa razão aprovei e voto no candidato dele" (Membro da Associação do Povoado Lagoa dos Macacos, Esperantina).

"O prefeito hoje que entrar na prefeitura e não fizer nada, ele está condenado a ser banido do quadro político. Porque cai em cena a outra corrente direitista e a esquerdista. Como naquele tempo não tinha outras, as outras eram só na base do faz de conta, era fácil, não precisava fazer nada. Hoje precisa. Ou se faz ou é banido de fato! Essa é a política acelerada. É o aceleração do cérebro, que faz o eleitor pensar. O prefeito tem que fazer o que todo mundo veja. Aumentou a competição: quem faz mais. O melhor símbolo é a faculdade: se você quer passar, você não tem que estudar dia e noite? O prefeito aqui em Esperantina não é mais só pegar o dinheiro, guardar e comprar o voto, não senhor. Não é assim mais não; está longe de ser assim. Para o prefeito. Agora, vereador, aí muda a história" (Ex-vereador do PT, Esperantina).

"A prefeitura que queira assumir o lugar do INAM ou da LBA, se torna um serviço social. Não: uma prefeitura tem que se voltar para obras de alcance comunitário" (Ex-prefeito, PSDB, Barras).

"Eu não sei se é porque o eleitorado dele (prefeito) é maior, ele dá uma atenção muito mais especial ao interior" (Assessoria do CEPES, Esperantina).

"A gente não tem nem bem dizer assim apoio da prefeitura, porque a gente é visto como oposição à prefeitura. [...] A gen-

te vê as diferenças, porque às vezes... Teve esse programa do PAPP, programa nacional, e essas verbas que veio ele (prefeito) só deu prioridade para as Associações que ele dava assessoria. Quer dizer, nós fazia um trabalho há muito tempo, e ele não nos chamou para na hora das discussões ver qual era o projeto que a gente queria, ele foi direto com os diretores dele lá. Então, a gente vê essa discriminação nas Associações. [...] Foi feito um projeto para a FNS; só que eles se aproveitam, porque depois quando veio esse projeto, ficou na mão dos vereadores; então, eles dividiram entre si. A gente denunciou essa questão de eles terem se aproveitado do nosso projeto" (Presidente da Associação dos Moradores da Nova Esperança, Esperantina).

"E aí eu mostrei para a sociedade que se pode trabalhar sem injustiça, sem discriminação. Hoje nós temos obras realizadas em propriedades de pessoas que foram contra o prefeito; nós temos obras realizadas em comunidades que não são petistas e temos obras realizadas em comunidades que são totalmente petistas. O que nós estamos levando em conta é a necessidade da benfeitoria. A autonomia de que eu possa gastar, a gente procura fazer nas comunidades que realmente estão precisando, independente de quem sejam as pessoas, onde elas votam, a quem elas estão filiadas. Existe também um caso interessante. As localidades mais esquecidas do município, não só em Esperantina, mas em todos os municípios, pelos menos os nossos aqui vizinhos enfrentam esse problema, são as localidades que ficam próximas aos limites com os outros municípios, porque existe uma mistura de votos: os eleitores de um município votam em outro. Então não se sabe em quem votam. E os prefeitos, na sua maioria, eles fazem as benfeitorias querendo o voto como retorno. Sendo assim, essas comunidades limites ficavam totalmente desgarradas, porque o prefeito ficava na dúvida se investia e os eleitores iam votar no seu vizinho. Nós fizemos também um trabalho voltado para essas comunidades, e nós nunca chegamos lá perguntando onde elas votavam. A gente perguntava qual era a necessidade delas. Sempre nós trabalhamos desse jeito.

Acho que é por isso que o nosso trabalho vem dando certo. [...] Quando o prefeito (PSDB) me fez o convite para a Secretaria, eu disse a ele que eu tinha as minhas condições, que elas eram as seguintes: eu não fosse fazer um trabalho voltado totalmente para a política partidária. Por exemplo, que eu não fosse manobrado por vereadores; que eu não fosse manobrado por cabos eleitorais ou chefes políticos ligados ao prefeito; que poderia até atendê-los, como eu atendo, desde que fosse uma coisa com lógica. [...] Eu coloquei também, na época que assumi, que com dois anos seriam as eleições, e eu prevenia logo ele que a gente poderia até votar no mesmo candidato, se fosse por coincidência. E mais uma vez ele repetiu que não me contratou como político e sim como técnico e que eu já tinha uma experiência de trabalho comunitário" (Secretário de Apoio à Produção, filiado ao PT, Esperantina).

"E eles (deputados federais da bancada do Piauí) já falavam isso: 'está havendo privilégio da discussão de verba, favorecimento'. Porque o que a esses caras interessa mesmo é uma verba; eles querem chegar no município deles, no prefeito que o apoiou, e na base social que o apoiou e dizer: - Ó! Está aqui o orçamento; o deputado tal trouxe recurso tal pra fazer aqui um poço, fazer uma estrada. É isso que garante o voto deles. Então, pra eles você pode ficar falando: - Mas esses caras não apresentam nenhum projeto! Você pega um cara como o F. M. (deputado federal), eu converso muito com ele, ele tem clara essa visão: - Não, N., não é assim não. - Mas F.?... Não que ele não tenha competência para apresentar muitos projetos. Tem. *É um cara muito competente; se quisesse apresentava muitos projetos técnicos; ele tem estrutura, tem assessoria. Mas isso pra ele não rende voto.* O que lhe rende voto? É ele trazer... Vai lá no orçamento, na emenda. Vai levar o prefeito pra ser atendido pelo Ministro. Ele vai lá cavar os recursos. Ele não vive... Aliás, os deputados de esquerda são diferentes; vivem de ir lá e apresentar ideias, de fazer projetos" (Subgerente do Setor de Fiscalização do INSS).

"Estadualmente, tivemos o apoio de 200 km de estrada; tive-

mos o apoio de 36 açudes, fora os outros poços cacimbões. [...] Então, a gente ficou devendo aquela fineza, que ficou na prática. Não foi pra mim, então eu não deveria nada; eu fiquei devendo porque ficou lá na base" (Cabo eleitoral, PTB, Barras).

"O meu trabalho eu defino desta maneira: vendo as necessidades, converso com as pessoas. Aí eu vou levar aquilo em frente e batalhar para que consiga aquilo que o pessoal está querendo alcançar. Não que eu consiga tudo aquilo que o pessoal *reivindica*. Porque, você sabe, um machado sem o cabo não tem a mesma serventia de machado com cabo. É o meu caso: um vereador sem o governo fica difícil" (Vereador, PPB, Esperantina).

"Essa prática de clientelismo é realmente uma política que está se inovando. [...] Todos os municípios, onde eu fui votado, as lideranças políticas que me procuram eu procuro ajudar no que for possível [...]. Lá na minha terra, em Barras, nós ajudamos muito. Nós fazemos esse tipo de política, mas uma política que ajuda os mais necessitados, aqueles que nos procuram" (Deputado estadual, PMDB).

"O atrito (entre os partidos) não chega a ser ideológico; o atrito é mais econômico, em torno dos benefícios da máquina (governamental)" (Professor, Barras).

"Hoje os partidos políticos dominantes saem daquela política do coronelismo e do clientelismo individual, daquilo que presta favor direto ao eleitor, para uma política mais liberada, uma política mais do clientelismo estatal, inclusive o clientelismo estatal perpassa os próprios partidos chamados progressistas. [...] Nós podemos cair no que a gente pode chamar o 'clientelismo de esquerda'. Porque muita gente que milita na esquerda, no PT estão inseridos em organizações não governamentais que recebem recursos, e esses recursos são utilizados em serviço para o povo. [...] O povo pode receber essas ajudas, essas atividades, como se fossem favor: favor do CEPES, favor do Sindicato, favor de uma Associação, favor da Igreja. O povo tendo esse entendimento, vai consequentemente votar em candidatos que estejam direta-

mente ligados a essas atividades. Então, isso aí é uma forma de clientelismo. [...] Quer dizer, os partidos de direita usam os recursos do Estado, usam as máquinas do Estado para fabricar votos. A esquerda pode usar de entidades, de estruturas que recebem recursos não governamentais e até governamentais para fabricar votos. [...] Então, o povo pode estar votando no PT não por achar que o PT pode ter um projeto melhor, mas pelo fato do PT está ligado às organizações que presta serviços para eles. [...] Eu acho que isso acontece, pode ocorrer não só em Esperantina, mas em outros lugares. Pode ocorrer até mesmo em Prefeituras que o PT possa ganhar ou está; é preciso ter o cuidado de a prefeitura não se tornar clientelista igual a prefeitura do PFL ou PSDB." (Militante do PT, Esperantina).

g) As eleições por nível (local, estadual e federal) e cargos (executivo, legislativo):

"Aonde você chegava: - Ói, meu Presidente eu já sei" (Cabo eleitoral, PSDB, Esperantina).

"Aqui nós ganhamos primeiro e segundo turno pra Lula, apesar de não ter forças políticas. Mas como os deputados... o interesse é próprio deles: 'não vota no Lula, mas vota em mim'. Fizeram essa dobradinha. Taparam o eleitor, driblaram: 'vota no Lula, mas... não tem nada não'; às vezes diziam até que o Lula era bom mesmo, pra satisfazer o eleitor, de forma tal que votando neles, no fulano e não sei quem, os piores dos piores, tá bom. E o eleitor fez essa baralhada aí" (Ex-vereador do PT, Esperantina).

"A campanha estadual, na parte de deputado, ela é sempre mais uma política de clientelismo, onde você compra o voto" (Cabo eleitoral, PSB, Barras).

"Na eleição municipal, até pedir o eleitor pede menos do que na estadual. Porque ele sabe que quando é a estadual, a gente recebe recursos de deputado, estadual e federal, recebe de senador também, então ele sabe que nós lideranças, vereadores, estamos recebendo alguma coisa pra fazer aquele trabalho. E quando é na nossa, ele sabe que nós não temos re-

curso de nada. Então, se ele sabe que a gente não tem recursos, ele não pede essas coisas; a pidação é menor. E o trabalho é mais forte, porque é um trabalho de porta em porta, como se a gente andasse pedindo esmola" (Vereador, PTB, Barras). "Na eleição para escolher o prefeito, o eleitor, o eleitor comum, ele tem mais cuidado. O prefeito ele vota com o coração. É aquela pessoa que ele pode ter acesso mais na frente, para pedir qualquer tipo de favor, para resolver qualquer problema dele. Ele pensa nele, nele e na família [...]. Enquanto que para a escolha do vereador, ele pensa mais num problema imediato, não pensa mais na frente, porque sabe que o vereador não vai ter condições de resolver nada mais na frente. Quem vai ter é o prefeito. [...] Tem muita gente que confunde que o vereador tem a mesma função do prefeito. Quando o povo diz que o vereador não faz nada, ele acha o seguinte: o vereador não faz uma escola, uma estrada, um posto de saúde, um calçamento. Quem faz é o prefeito. Então, ele acha que o vereador não tem papel nenhum. Ele se elege só para ganhar dinheiro e ter privilégio. [...] Na disputa municipal, eles (grupos locais) vão ter a caneta na mão para decidir as coisas. Então, eu acho que a disputa municipal é mais acirrada, ela é mais frontal, ela é mais nervosa, ela é mais tensa" (Militante do PT, Esperantina).

h) As representações do voto, dos políticos e do Estado:

"Eu acho que o voto tem que ser solidário, porque a gente tem que escolher alguém para lutar pela gente, brigar pelos nossos direitos" (Membro da Associação do Povoado Lagoa dos Macacos).

"Deve de votar numa pessoa que represente a gente, representante a comunidade, o povo mais carente" (Idem).

" - Mas é porque quando a gente vota no pobre, quando ele chega lá, ele não olha pra gente, ainda é pior do que os ricos.

- E aí a gente mete a vara nele.

- Se ele não tá fazendo nada direito, a gente vai e tira ele. Do mesmo jeito agora nós fizemos com o vereador do PT.

- E a gente votou nele e o que foi que ele fez?

- Num fez nada. Mas nós tiremos ele de lá. Agora nós tá querendo colocar outro que nós sabe que vai trabalhar pela pobreza, que ele não compra voto de ninguém. Pois se um político comprar o seu voto, quando ele tiver lá em cima, você não tem o direito de cobrar dele nada.
- Pois é. Por isso que eu vou tomar dos outros e voto pra aquele que não me deu nadinha!
- Pois é. Tem que fazer isso!
- Olha, o rico que é rico, que promete, não faz nada; aquele que é pobre, ganhando, não faz também, porque não tem de que fazer.
- Quando ele não tem consciência!
- Na minha consciência, eu ia assinar o meu nome, botar lá e pronto.
- O voto em branco!
- Vamos fazer um vereador minha gente!
- Eu fiz uma promessa, apesar de que eu não ando acompanhando ninguém, eu fiz uma promessa pra não votar mais em ninguém e isso eu vou cumprir.
- Eu vou querer a palavra só um pouquinho. Esse é o meu ponto de vista... Quando nós vamos votar, nós vamos dar poderes a algumas pessoas governar o nosso município, seja o estado, até o nosso país. Então, nós devemos pensar muito e devemos ver o passado dessa pessoa que nós vamos eleger; porque eu sempre digo, quando uma pessoa faz uma determinação de vida, ele procura viver a sua vida de uma maneira que ele sendo uma autoridade, ele vai fazer até com mais força, porque ele tem mais poder. Nós, por exemplo, damos força a ele. Então, nisso é que nós devemos pensar. Essa história de ser pobre ou ser rico não importa não, porque o que importa é a responsabilidade do cidadão. O que nós devemos pensar é qual é o cidadão, o que ele faz na sua vida particular, independente de política" (Membros da Associação de Moradores da Nova Esperança, Esperantina).
- "Quando é tempo de eleição, o sujeito fica com o ombro doído de baterem na rua; depois que passa, só não passam o carro pro riba porque a gente troca de banda, e se ele vem a

pé, precisa o sujeito desviar que ele nem olha. E quando é no tempo de eleição conhece até no nome; é como no mercado quando a carne tá sobrando: - Fulano vem cá, que tem carne boa!"(Morador, Marrecas, área de conflito, Barras).

"Todo político é interesseiro. O político, ele tenta chegar primeiro com qualquer benefício. Ele quer tá lá dizendo: 'Esse benefício foi eu que consegui; esse benefício foi eu que corri atrás'. Para que o povo entenda que, embora não tenha sido ele, tenha sido ele mesmo que conseguiu. Porque o político ele só trabalha no lado político pra ele tirar vantagem, quer em cima do eleitor, quer em cima de qualquer pessoa que seja" (Secretário, Associação de Moradores do Xiquexique, Barras).

"Porque eles pensam que a nossa Associação é mais do PT. Mas não. A Associação dos moradores ela é apartidária; é do PT, do PFL, é de todo mundo. É uma Associação do bairro; no nosso bairro tem crente, tem todo mundo, e todo mundo tem direito de participar da Associação" (Membro da Associação dos Moradores da Fazenda Nova, Esperantina).

"Eu não gosto muito nas reuniões, assim, de falar sobre isso (opção partidária), porque a gente que trabalha no movimento é vista como sempre do PT, e eu nunca me posiciono nisso, inclusive até assim eu me distancio no tempo de eleição; eu me distancio mais assim, porque o trabalho que eu faço é muito diferente. E eu não gosto muito que as pessoas me confundam como a V. do PT e não a pessoa que está aqui pra ajudar a Associação. Eu sempre faço pra distinguir isso" (Assessora do CEPES, Esperantina).

"Desde quando ele (político) vai assumir uma prefeitura, não é para trabalhar só pra o grupo dele. É para trabalhar pra todo mundo" (Idem)

"Um bom presidente, era que olhasse pra tudo. Olhasse para a riqueza e pra os pobres. Aí ele era um bom presidente, mas não olha" (Morador, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"Como seria um bom governo? Que olhasse os dois lados, não só para um. E um governo também que abeneficiasse a população, não só a população, como todos em geral. Hoje, a

gente vê a maioria dos bens e as facilidades para o rico, pra os interesses dele" (Moradora, Tapuio, área de conflito, Esperantina).

"O que deve fazer (um prefeito)? É trabalhar a bem do município, não olhar para quem vai beneficiar; porque eu sou eleitor, dizer que vai beneficiar aquele..." (Pequeno proprietário, Esperantina).

"Os critérios na escolha para prefeito, governador, presidente são os mesmos. Variam apenas pela amplitude. Agora, um ponto chave é esse: a pessoa que demonstre as condições de *administrar para todos*. Por exemplo, eu não votei para o prefeito, o governador, o presidente, mas ele é o prefeito meu, governador, presidente, mesmo eu não tendo votado pra ele" (Professora, Esperantina).

"A gente conversa com os companheiros, coloca pra ele a responsabilidade do voto. Por exemplo: - Você sabe o preço que custa o seu voto, o valor do seu voto? O candidato pode ganhar ou perder as eleições por um voto. Um voto, o voto seu, custa o futuro das crianças, da sociedade, da comunidade como um todo" (Presidente do STR, Barras).

"Na minha opinião, um governo pra ser bom é ele não roubar e não deixar ninguém roubar. Mas a gente vê hoje, os governos querem ser governo por interesse próprio. [...] Então, política hoje é interesse" (Secretário da Associação do Xiquexique, Barras).

"Então, eu não tô brigando por terra, eu tô brigando pela permanência na terra, que é um direito de todos nós viver na terra, como ele também têm o direito de viver na terra como rico, mas não é um direito só dele viver, é um direito de todos" (Secretário do STR, Barras).

"Então, a dificuldade do político tá aí, do governo tá aí, porque ele não se encarrega de trabalhar com a classe trabalhadora, sofredora. Ele vai lá pra cima... Aquilo que ele vai atender é de quem tem condição, os latifundiários; quando eles vão precisar é de muito, que dava pra atender até um município" (Presidente da Associação do Povoado Unha de Gato, Barras).

"O governo e o prefeito são as autoridades que ficou nas cidades. O *governo* abastece o município; o *prefeito* recebe aquelas verbas pra trabalhar no município, mas não são todos que liga, ele pega aquela verba, digamos 100 mil reais ou 80 mil reais, ele não faz o que é necessário dentro do município. Ele vai, joga aquilo ali para os poderosos e a população vai ficando pelo lado de fora, como orelha de panela. [...] Eu tenho desgosto é da escravidão que eles querem fazer com o povo. Um prefeito tem o direito de administrar a prefeitura toda, não é só quem é com ele, porque se eu ajudo o prefeito e aquele ali não ajuda, ele só me ajudar, não senhora; o direito dele é do tanto que ele me ajudar, ajudar aquele ali que não ajudou ele" (Membro da Associação do Povoado Fazenda Nova, Esperantina).

"O governo do Estado, em primeiro lugar, tem que cuidar do pessoal carente, fazer benefício, porque o recurso pra nós eu sei que vem, agora só que não chega até onde nós. O prefeito do município também protege numa partes, num protege nas outras, numa localidades, noutras não; *sempre tem umas localidades que o prefeito cuida mais, sempre chega mais lá*. Eu acho que assim a administração não está muito normal. Mas de qualquer maneira, não tem quem sirva a todos" (Idem). "Ele (prefeito) tem que administrar bem o município; ele tem que ajudar os pobres, não é só os ricos. Que eles só vivem por causa dos pobres que ajudam eles também" (Idem).

"Eu acho pra um governante municipal, estadual, ser bom governo, em primeiro lugar, ele deve olhar para as regiões, todas as regiões, e procurar fazer projeto em cada localidade" (Membro da Associação do Povoado Lagoa dos Macacos, Esperantina).

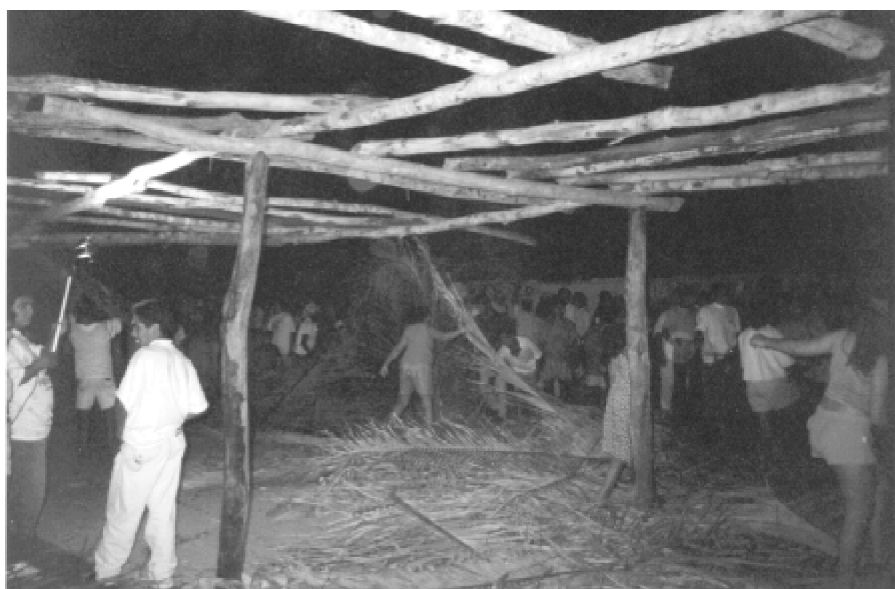
APÊNDICE B - FOTOGRAFIAS



Ação de cabos eleitorais no transporte e na "orientação" de eleitores. Eleição de 3 de outubro de 1996, em Barras-PI.



Eleitores aguardam, após a votação, a chegada do transporte dos cabos eleitorais.



Desmonte do "Barracão" de distribuir comida, por ordem da justiça eleitoral, na véspera da eleição, em Barras-PI.



Vista do "Barracão" desativado em frente à residência do candidato a Prefeito (partido da situação). Um sinal da desagregação do coronelismo.



Morador de latifúndio senhorial na Zona da Mata, em Barras-PI.



Moradores da propriedade "Marrecas", Barras-PI. Área de conflito.



Líderes da Associação de Moradores do Povoado "Unha de Gato", em Barras-PI. A Associação foi criada com o apoio da Prefeitura.



Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Esperantina-PI. Expressão da ruptura com a ordem coronelista

Resumo Curriculum Vitae

FRANCISCO PEREIRA DE FARIAS

Possui graduação em Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1987), mestrado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (1999) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (2010). Atualmente é Professor Associado no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Conflitos e Coalizões Políticas, atuando principalmente nos seguintes temas: política brasileira, hegemonia política, democracia capitalista, aliança de classes e estado.

Ao final de quase quatro décadas de construção democrática, a literatura sobre a transição brasileira, bem como sobre o sistema partidário nacional e suas implicações subnacionais, tornou-se volumosa e diversificada. Esse livro dialoga com a literatura do momento de sua elaboração, as etapas ainda iniciais da década de 1990, sob um enfoque teórico específico. É uma referência fundamental para compreender o papel dos setores populares na construção da participação no ambiente democrático, da sua relação com a política e os políticos, e a definição da dinâmica clientelista em um estado do Nordeste rural.

Rachel Meneguello

Professora Titular de Ciência Política
Universidade Estadual de Campinas

Farias dedica boa parte do estudo às mudanças das condições estruturais da sociedade piauiense que trouxeram novas práticas políticas: as novas formas econômicas agrícolas, a urbanização e suas conseqüências. O progresso econômico, a difusão do trabalho assalariado, a expansão do Estado, rompeu a antiga relação vertical existente no campo. Assim, o livro constrói um painel das origens da nossa elite política piauiense e das práticas que a sustentaram no poder. Não se pode duvidar que isto aponta para a existência de uma forte demanda por este tema dentro do campo mais geral dos estudos sobre ciência política no Piauí e no Brasil.

Ricardo Alaggio Ribeiro

Doutor em Ciência Política pela
Universidade Estadual de Campinas
Professor titular da Universidade Federal do Piauí

